

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR CULTURAS E
IDENTIDADES BRASILEIRAS**

ANDRÉ GILBERTO DA SILVA FRÓES

**Do urupê de pau podre à maquinização -
Monteiro Lobato e a formação nacional (c.1914-1941)**

**São Paulo
2014**

ANDRÉ GILBERTO DA SILVA FRÓES

**Do urupê de pau podre à maquinização -
Monteiro Lobato e a formação nacional (c.1914-1941)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP) para a obtenção de título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros
Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

Versão corrigida. A versão original encontra-se disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

© reprodução total

Fróes, André Gilberto da Silva

Do urupê de pau podre à maquinização - Monteiro Lobato e a formação nacional (c.1914-1941) / André Gilberto da Silva Fróes -- São Paulo, 2014.

Orientador : Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade.

Versão do título para o inglês: Monteiro Lobato and the national formation (c.1914-1941).

Descritores: 1. Lobato, Monteiro, 1882-1948 2. Literatura brasileira 3. História do Brasil 4. História da cultura 5. História econômica 6. História do petróleo 7. Nacionalismo I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD13/2014

CDD 869.93092

André Gilberto da Silva Fróes

Do urupê de pau podre à maquinização – Monteiro Lobato e a formação nacional (c.1914-1941).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP) para a obtenção de título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

RESUMO

FRÓES, André Gilberto da Silva. *Do urupê de pau podre à maquinização - Monteiro Lobato e a formação nacional (c.1914-1941)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O presente trabalho aborda a trajetória e produção intelectual de Monteiro Lobato a partir de sua vinculação à questão nacional, expressa, na perspectiva do escritor, como malformação. Neste sentido, a pesquisa procurou investigar as distintas formas de abordagem do problema em dois momentos do itinerário do autor, conectados a diferentes períodos da experiência histórica nacional: o projeto literário lobatiano inicial (c. 1914-1925), vinculado, em um contexto de questionamento sobre a viabilidade da nação brasileira, ao nacionalismo paulista em construção e ao esforço de elaboração da particularidade nacional; e a tentativa de implementação, durante a década de 1930, de uma proposta específica de modernização econômica, então erigida como a resposta do autor para o desafio da formação nacional. Esta é uma pesquisa de caráter multidisciplinar que transita pelas áreas da história cultural e da história econômica, manejando conceitos da sociologia e procedimentos da crítica literária.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, História do Brasil, Literatura Brasileira, Modernização.

ABSTRACT

FRÓES, André Gilberto da Silva. *Monteiro Lobato and the national formation (c.1914-1941)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The present work deals with the trajectory and the intellectual production of Monteiro Lobato and the way it is connected with the national question, expressed in the writer's perspective as *malformação* (concept that defines the national formation as an incomplete process).

In this sense, the research tried to investigate the distinctive approaches to the problem in two specific moments of the author's itinerary, which were connected with different periods of national historical experience: the Lobato's initial literary project (c.1914-1925), associated with São Paulo's nationalism which was under construction and the elaboration effort of national particularity, in a context of questions about the Brazilian nation viability; and the attempt to implement, during the 1930 decade, a specific proposal for economic modernization, at that time formulated as the author's answer to the challenge of national formation. This is a research of multidisciplinary character that transits in the areas of cultural history and the economic history, handling concepts from sociology and procedures from literary criticism.

Keywords: Monteiro Lobato, History of Brazil, Brazilian Literature, Modernization.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	8
À guisa de Introdução – O arcaico e o moderno no Pensamento Social Brasileiro	13
Capítulo 1 - O urupê de pau podre:	
Monteiro Lobato, literatura e o projeto nacional paulista (c. 1914/1918-1925)	23
1.1 “O espetáculo da derrota” - a questão nacional na Primeira República	23
1.2 Movimento editorial, literatura e o projeto nacional paulista	28
1.3 Monteiro Lobato e o projeto nacional paulista	35
Capítulo 2 - Ciclo literário de Urupês:	
o projeto literário de Monteiro Lobato (c.1918-1925)	41
2.1 Monteiro Lobato, crítico de arte	41
2.2 Exceção à rasura do trágico	48
2.3 O ciclo literário de Urupês	52
2.4 Dois estudos de caso	58
2.4.1 o caso da advertência	58
2.4.2 Negrinha	62
2.5 Vestígios da mudança:	
a polêmica silenciosa de Monteiro Lobato com Oliveira Vianna	67
Capítulo 3 - Maquinização: o projeto lobatiano de Brasil moderno (c. 1930-1941)	75
3.1 A campanha do petróleo nos anos 1930	76
3.2 Do petróleo como euforia... ..	79
3.3 ... ao petróleo como tragédia	87
3.4 Monteiro Lobato e o petróleo	95
3.5 Síntese da posição modernizadora de Monteiro Lobato	108
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

Devo ao meu orientador Alexandre de Freitas Barbosa especial agradecimento, não somente pelo constante incentivo e dedicação, mas pela viabilização desta pesquisa ao apostar nas possibilidades de um despretenso trabalho de graduação.

Aos professores Ana Paula Simioni, Bernardo Ricupero, Elias Saliba, Fernando Paixão e Marcos Antonio de Moraes, e aos estudiosos Ana Paula Koury e Enio Passiani pelas diferentes oportunidades de reflexão e debate, importantes para abrir caminhos e consolidar hipóteses.

Aos funcionários da Biblioteca e da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Brasileiros, em especial à Cristina, pela sempre pronta atenção.

Aos meus amigos, Alan, Ana, Danilo, Eduardo, Eliane, Júlio, Katia, Lenise, Paulo, Tatiane, Teófilo e a todos que me acompanharam nesta empreitada.

À minha família, por me acolher em todos os momentos.

À Silvia, minha companheira de vida, pelo constante carinho, apoio e compreensão.

Para meu filho, André João.

APRESENTAÇÃO

Conta-se que, para a admiração geral de todos que atentamente acompanhavam os trabalhos no sítio de Dona Benta, confirmando as previsões estrambóticas do Senhor Visconde de Sabugosa – ironizado por aqueles que tachavam os visionários do sítio de exploradores da superstição popular – finalmente, o óleo jorrou. Quem mais de perto acompanhou os desenlaces que se seguiram, assim narrou os momentos finais daqueles involvidados acontecimentos:

O cortejo seguiu solenemente na direção do Caraminguá nº 1, acompanhado pela multidão dos comensais em delírio. Lá, defronte da sonda, Quindim parou e Dona Benta pediu a Mister Kalamazoo que pegasse a coroa de rosas das mãos da Emília e a colocasse na torre, com o letreiro que Pedrinho traçara em letras de ouro num quadrado de papelão.

Mister Kalamazoo assim fez. Pendurou na torre a coroa de rosas e prendeu por baixo o letreiro de Pedrinho.

SALVE! SALVE! SALVE!

DESTE ABENÇOADO POÇO – CARAMINGUÁ Nº 1,

A 9 DE AGOSTO DE 1938
SAIU, NUM JATO DE PETRÓLEO,

A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL.

Todos correram a ler.

Novas palmas, novos bravos, novos hurras acolheram aquela inscrição em letras de ouro e com um significado de ouro.

Mas Dona Benta, que não podia de sono, apenas disse:

- AMÉM...

E mandou Quindim tocar para casa. Foi dormir.¹

É curioso, no trecho, o contraste entre a empolgação dos espectadores e a disposição aparentemente indiferente de Dona Benta. Quando o público se encontrava no ápice do êxtase coletivo, a personagem se recolhe, na intenção do repouso, para o interior do ambiente privado. Há

¹ LOBATO, Monteiro. *O Poço do Visconde. (Geologia para Crianças)*. 14ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968, pp. 252-253.

um jogo sutil pelo qual o posicionamento de Dona Benta diante da coisa pública (no caso, o petróleo) legitima aquilo que ela representa – a ação do um agente (privado) desinteressado de glórias pessoais e empenhado na satisfação do interesse coletivo. No âmbito da história, o comportamento da personagem é a resposta para o êxito de uma trajetória orientada para um programa de – agora reconhecidas – grandes consequências para ao país.

Esta narrativa foi publicada no contexto de progressiva radicalização da atividade petrolífera de Monteiro Lobato, no fim dos anos 1930. Certamente, é uma elaboração, no nível ficcional, das expectativas em relação ao desfecho daquela companhia, mas, em certo sentido, sintetiza o campo de preocupações do escritor, de diversos modos e em diferentes momentos envolvido com a questão nacional. Sem dúvida, a perspectiva nacionalista é marcante na produção e experiência de Monteiro Lobato, afirmação de nenhuma forma inédita; porém, as características de sua abordagem sobre o nacional e as perspectivas e projetos empreendidos ainda encontram seus campos de estudo em aberto, porque se trata, além do mais, de dois importantes momentos históricos ainda em debate: primeiro, de construção do campo cultural, nos anos 1920, e depois, de elaboração do campo do pensamento econômico e de economia política, a partir da década de 1930. Dois âmbitos bem distintos, mas que encontram o elemento de ligação na preocupação lobatiana pela formação nacional.

Este trabalho pretende, a partir da periodização elaborada pela historiografia lobatiana², compreender o envolvimento de Lobato com a questão nacional a partir desses dois momentos específicos – a construção de uma literatura vinculada à elaboração de um projeto nacionalista, de fins dos anos 1910 até meados da década seguinte, e a concepção e desenvolvimento de um projeto específico de modernização nacional, durante a década de 1930.

Monteiro Lobato aparece em meados dos anos 1910 dentro do ambiente intelectual que tomava para si a tarefa de repensar a nação. Neste momento, era flagrante a concepção de que os homens que fizeram a República tinham falhado em seu projeto de construção nacional, resultando disto a constatação corriqueira de que a nação ainda não havia se constituído definitivamente. Neste âmbito, que marcará toda a trajetória de Monteiro Lobato, o escritor vai compor seu primeiro projeto literário. Rapidamente, o autor toma lugar como produtor cultural vinculado ao projeto nacional paulista em elaboração, o qual, apoiado no poder econômico do estado de São Paulo,

2 Cf. CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1962, vol. 1 e 2.; AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia & SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997. Cf. também os trabalhos de caráter monográfico, que oferecem igualmente periodizações a partir de sua abordagem sobre o escritor: CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos vernissages*. São Paulo: Edusp, 1995 e PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca. Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru, EDUSC, 2003.

tratava de se erigir como um modelo cultural de viabilidade nacional. No nível mais imediato, a literatura de Lobato responde ao projeto paulista, explorando símbolos e linguagens de cor local. Ao ser contraposta à produção literária modernista subsequente, aquela vinculação sofrerá denúncia por suposta estreiteza de sua visão localista. O modernismo paulista, tornando-se tendencialmente hegemônico, vai determinar uma reordenação de valores culturais. Lobato, então, passa a ser considerado um “passadista”, ou, na melhor das hipóteses, “pré-modernista”, de qualquer modo, caracterizado pela falta.

Seguindo o esforço anterior de decantação do ideário modernista sobre o autor, empreendido pelos trabalhos de Enio Passiani e Tadeu Chiarelli³, buscamos, na presente pesquisa, abordar a produção lobatiana à luz da questão nacional. Parte de nosso esforço se orientou para a investigação da especificidade da produção literária lobatiana em relação à estrutura cultural modernista. Isso porque, supomos, a partir da reestruturação do campo cultural por este movimento, muitas das condições de leitura do texto lobatiano deixaram de estar imediatamente disponíveis para o leitor contemporâneo. A pergunta pela especificidade lobatiana nos conduziu ao elemento comum do conjunto literário que denominamos *ciclo literário de Urupês*, a saber, a presença do *trágico*. Na escrita lobatiana, o elemento trágico tem um duplo sentido: possui um traço estético que funciona como instrumento de (des)ordenação interna do texto literário – um *modo de formar* – e compõe uma visão interpretativa sobre o Brasil – uma *forma de pensar*. A *tragicidade* do texto lobatiano – a qual não deve ser confundida com um gênero literário – é um modo específico, no nível da produção ficcional, de elaboração da malformação nacional, representada, no âmbito estético, pelo paradoxo. Mais que resposta, ela representa uma problematização ao apontar para os limites e as (in)viabilidades nacionais.

No prosseguimento da investigação sobre a questão nacional lobatiana, a pesquisa se voltou para a atuação do escritor na década de 1930. Durante estes anos, Monteiro Lobato vai concentrar seu esforço no desenvolvimento de um projeto de modernização econômica do país. Tratava-se da afirmação, então inusual, de que o “problema brasileiro” teria sua solução na implementação da indústria nacional do petróleo e do ferro, bases para a construção de uma nação “maquinizada”. Orientando sua ação para as atividades de pesquisa e exploração do petróleo, o autor busca se fazer, a partir de sua posição de escritor nacionalista e frente a diferentes âmbitos do Estado e da opinião pública, legítimo representante dos interesses nacionais. Explorando seu capital simbólico e social no sentido de sua conversão em capital econômico e apoio político, o autor se colocará à frente das

3 Cf. CHIARELLI. Op. cit. e PASSIANI. Op. cit.

companhias petrolíferas nacionais privadas, fazendo-se também delas representante. Não obstante, a conjuntura de construção progressiva do intervencionismo estatal, sensivelmente na atividade petrolífera – em colisão com as concepções negativas de Lobato a respeito da ação do Estado e em desacordo com sua defesa de um papel diretor para os agentes da iniciativa privada – conduzirá ao sucessivo estrangulamento do espaço de atuação do escritor. Entretanto, apesar do malogro de suas companhias, o escritor obtém êxito na condução do petróleo à questão nacional.

Em termos da interpretação lobatiana, a modernização representou uma resposta para a malformação nacional. Com o projeto, Lobato transforma o aspecto econômico em solução para o problema formulado, na década passada, em termos culturais⁴. A partir de suas proposições, a nação tornava-se factível.

No conjunto do desenvolvimento da investigação, nos reservamos uma omissão estratégica. Procuramos não nos debruçar sobre a literatura infantil lobatiana. Certamente, há um projeto nacional específico também no interior dessa literatura, mas sua abordagem exigiria outro estudo que, diante da impossibilidade de abarcar tudo, optamos por abdicar. Como corpus documental, elegemos sua chamada “literatura geral”, a correspondência disponibilizada por outros pesquisadores⁵ e alguns documentos de arquivo.

A respeito das questões teóricas e de método, dada a multidisciplinaridade exigida pelo objeto em questão, em especial a orientação específica de cada um dos capítulos dessa dissertação, esta pesquisa buscou pinçar elementos de diferentes teorias de acordo com as possibilidades interpretativa para o caso em tela. Assim, de modo mais geral, nos utilizamos de algumas categorias de análise de Pierre Bourdieu, sem preocupação em ter coerência com todo o sistema de pensamento deste autor. Para as questões de ordem literária, mais que uma teoria, nos valem de um método de análise inspirado nos trabalhos de Roberto Schwarz, em especial, *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis e Que Horas São?*, os quais igualmente oferecem, junto ao trabalho de Paulo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, um importante enfoque sobre o tema da malformação nacional. De modo mais geral, foram orientadoras as questões de fundo tratadas por um amplo espectro de pensadoras do Pensamento Social Brasileiro a partir do eixo

4 Agradeço esta ideia ao meu orientador Alexandre de Freitas Barbosa.

5 De grande contribuição para este trabalho foram as correspondências reunidas em CHIARADIA, Kátia. *Ao Amigo Frankie, do seu Lobato. Estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo (1936) e O Poço do Visconde (1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008 e TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das Cartas”: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários*. 2007. 2º vol. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

condutor *arcaico-moderno*. Como trabalho eminentemente historiográfico, e abordando uma porção de tempo mais próxima ao âmbito da *história eventual*, esta pesquisa se pode dizer estruturada a partir de uma espécie de método indiciário⁶ aplicado à produção textual, tentando, a partir de fragmentos do discurso, reconstruir seus significados, as intenções dos agentes e dos grupos sociais, e as realidades históricas.

Em “À guisa de introdução – o arcaico e moderno no Pensamento Social Brasileiro”, busca localizar Monteiro Lobato dentro de um campo de preocupações comum à experiência intelectual do país, de modo que, ao mesmo tempo em que fosse possível a visualização panorâmica do debate sobre a formação nacional, se pudesse apontar a especificidade do escritor.

O capítulo 1, “O urupê de pau podre: Monteiro Lobato, literatura e o projeto nacional paulista (c. 1914/1918-1925), procura explicitar as vinculações sociais que determinaram a elaboração literária lobatiana no *nível imediato*. Monteiro Lobato ocupou uma posição importante como produtor e empresário cultural vinculado ao projeto nacional paulista em elaboração. Parte do prestígio de que gozava se lastreava em sua capacidade de prover uma imagem cultural correspondente ao poderio econômico do estado paulista. Ao mesmo tempo, o nacionalismo paulista representava uma alternativa para a viabilidade nacional.

No capítulo 2, “Ciclo literário de Urupês: o projeto literário de Monteiro Lobato (c. 1918-1925)”, intenta-se investigar os mecanismos internos de construção literária a partir do compromisso do autor com a questão nacional. A despeito da vinculação mais imediata com o nacionalismo de matriz paulista, o escritor constrói uma forma literária que explicita as inviabilidades e fraturas da formação nacional. Compondo um *modo de formar* específico, o autor traduz a malformação para o âmbito estético-literário.

O capítulo 3, “Maquinização: o projeto lobatiano de Brasil moderno”, estuda a campanha de Lobato em prol da modernização nacional. Afirmando que o problema nacional seria resolvido a partir do desenvolvimento das indústrias do petróleo e do ferro, o escritor vai orientar seu esforço, durante a década de 1930, para implementação da atividade petrolífera no país. Buscando elevar o petróleo à questão nacional, Lobato intenta se fazer depositário dos interesses coletivos a partir de sua legitimidade de escritor nacionalista. A modernização lobatiana aparece sobretudo como sua resposta, na notação econômica, para a malformação nacional elaborada anteriormente em termos culturais.

6 Sobre o método indiciário, Cf. GINZBUG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

O arcaico e o moderno no pensamento social brasileiro

A cidadezinha de Passos, um jatobá, Rangel olhando para o jatobá, e eu no fundo da terra, num trem elétrico sob o Hudson, vendo Rangel de olhos fixos no jatobá!

Monteiro Lobato. Nova York, 05/09/1927.

Na epígrafe acima, trecho de uma carta que Monteiro Lobato escreveu de Nova York, em 1927, para o seu amigo Godofredo Rangel, em Minas Gerais⁷, salta imediatamente o sentimento de contraste: a cidadezinha de Passos – o grande Hudson; os olhos fixos, a lentidão de Rangel – Lobato na velocidade do trem elétrico; a simplicidade e naturalidade do jatobá – a engenhosidade técnica da grande máquina moderna; madeira – eletricidade; Rangel talvez em uma superfície campal – Lobato no profundo da terra.

Quem vê Rangel? Lobato, provavelmente de sua máquina de ver longe - a mesma de ver futuro⁸. Ora, Lobato descobrira algo que lhe dava uma visão para ver além, para ver adiante, que lhe punha superior, mesmo na profundidade da terra. Lobato tem a sobranceira e o gozo de quem de súbito descobriu a peça que procurava – eureka, deu encaixe! Lobato descortina o futuro, destrincha o seu segredo. A afirmação fundamental de Lobato é a descoberta da possibilidade de inscrever o futuro no presente, antecipá-lo, acelerar o tempo e encolher o espaço - a distância de Lobato para Rangel não é a mesma que de Rangel para Lobato; em sua máquina, Lobato *pode* alcançá-lo, Rangel está imóvel. Lobato não só olha para o futuro, viaja por ele, é confortavelmente conduzido até sua miragem.

Rangel está preso ao passado, distante, quieto, olhando para o jatobá, mas como que já sentindo nostalgia pela perda próxima deste jatobá que já começa a ser um presente ausente, na eminência de deixar de ser, já que a carta comunica que o futuro, ainda promessa na terra do jatobá, vem veloz, correndo pelo trem elétrico. Mas a bem da verdade, o Rangel nostálgico não é aquele de carne e osso que a biografia atesta o recebimento da carta, é sim imagem que habita Lobato – é o mesmo Lobato. Ora, Lobato está nostálgico de sua terra, de Rangel e do jatobá. A ironia é que a desmedida típica da modernidade – um insensato trem elétrico em disparada por dentro da terra –

7 LOBATO. *A Barca de Gleyre*. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972, p. 339.

8 No romance *O Choque das Raças*, Lobato imagina uma série de máquinas futuristas, para ver longe, para prever o futuro, etc. Cf. LOBATO, Monteiro. *A Onda Verde e O Presidente Negro*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1957. É desnecessário dizer que estamos tomando estas imagens do autor livremente.

não pode ser concebida por Lobato a não ser pela remissão à Rangel, à cidadezinha de Passos, ao jatobá. Para compreender, Lobato precisa voltar às suas feições antigas, se volta para Rangel, se volta para o passado, precisa de consentimento, de fazer as pazes com um seu outro antigo.

Para um homem de letras da periferia, a oposta no moderno não se reduz a uma simples opção, já que está relacionada à reordenação profunda da identidade.

A epígrafe resume bem o dilema porque passa a construção da nacionalidade em um país localizado na periferia do sistema capitalista. Arcaico e moderno, atraso e progresso, nacional e estrangeiro, universal e particular, desenvolvimento e subdesenvolvimento, constituem o desafio, dilema e tensão que acabam cristalizando um *topos* no pensamento social e na literatura nacional⁹. Assim, talvez devêssemos nos perguntar se não seria o caso de assombrar-se com a presença persistente destes pares conceituais que, embora com significados ligeiramente diferentes, mas conectados, ocupam um lugar cativo no pensamento social brasileiro. Porque quando se trata de se debruçar sobre o que por vezes é chamado realidade nacional, e mesmo na abordagem das muitas interpretações sobre esta realidade, os binômios, dualismos ou dualidades que formam aquele campo semântico se impõem. Seria essa a marca fundamental de um pensamento brasileiro, que trata sempre de revolver a produção intelectual assinalando o lugar que ocupa no sistema-mundo? O particularismo do universal? A identidade no cosmopolitismo?

Assim é que, sem querer minorar as distinções nos diversos textos e contextos que compõem a tessitura do pensamento social brasileiro e, certamente, parte da produção literária nacional, é significativo que o eterno retorno do arcaico, da tradição, da herança, do passado, do ibérico, do patriarcal, do primitivo, do atraso, do subdesenvolvido, enfim, em seu amplo vocabulário matizado de intenções diversas, reposicionado e ressignificado a cada momento histórico, parece marcar justamente, ao menos desde o fim do século XIX, as interpretações do Brasil, não obstante, ou a despeito das intenções de maior cientificidade de umas ou outras abordagens. Ora negativos, ora positivados, são conceitos avaliativos da posição do país em relação

9 As questões que seguem são devedoras de três textos fundamentais: ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987; e CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. Ainda, como inspiração, BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007 e RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

a um outro, indicando ao mesmo tempo a condição de mal-formação ou ainda-não-formação, quer dizer, se posicionam em relação à viabilidade do país. Mas há outro peso na balança, que também age com mais ou menos gravidade, com sua igualmente nada gratuita elaboração vocabular: civilização, progresso, moderno, modernismo, modernização, desenvolvimento, americanismo, etc. O segundo termo completa o sentido que se lança sobre o país a partir deste campo tendencialmente dual. Como ideal ou como condenação, a busca da inserção do futuro no presente é uma marca da vida ideológica nacional, cristalizada em seu esforço constante de fazer o Brasil “contemporâneo ao seu tempo”¹⁰. Desta fórmula, um dos termos é retrospectivo (é fruto de avaliação histórica, sociológica, econômica, literária, etc), o outro é projetivo (enfeixa as expectativas de futuro). Há, com certeza, historicidade nestas abordagens: está no posicionamento ou nos significados específicos que os conceitos que recobrem as ideias de arcaico e moderno assumem em cada momento histórico. Justamente, situar estes termos, desdobrar os significados possíveis e as tensões que despertam pode contribuir para elucidar o significado intelectual de um período. A simples consideração do que fica e do que muda já é produtora de sentido, quer dizer, tanto de significado, quanto indicativa das orientações que o pensamento toma no país.

A primeira distinção que abriria a bifurcação na árvore genealógica nacional estaria já na valorização de um ou outro termo da fórmula, ora afirmando a continuidade “evolutiva” básica e a singularidade frente aos representantes da modernidade civilizacional, ora, por adesão a esta, valorando a ruptura, ora ainda compondo uma conciliação entre as duas posições.

Assim, o Gilberto Freyre de *Nordeste* poderá indicar a unidade básica de nossa formação – a família patriarcal da qual deriva a civilização tropical do açúcar – valorizando o doce passado de antagonismos equilibrados em contraposição ao presente degradante. A respeito, é ilustrativo sua avaliação sobre a usina do açúcar¹¹. Esta representaria a inserção de um modo de produção “moderno” no interior de uma atividade tradicional, historicamente responsável pela reunião do senhor branco com o escravo negro, união esta que teria gerado uma sociabilidade produtora de um modo de vida, de uma cultura e de uma “raça” brasileiros, que compensaria os efeitos negativos da escravidão justamente pela constituição deste sentido original. Sendo o amálgama entre arcaico e moderno, a usina de açúcar prolonga ao mesmo tempo em que transforma a atividade tradicional. A antiga relação entre senhor e escravo dá lugar agora à relação entre patrão e empregado, o que desfaz justamente o laço criador da “civilização do açúcar” de Gilberto Freyre. O antigo equilíbrio

10 IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

11 FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004, pp. 177-178.

de antagonismos dá lugar agora à sua intensificação. Gilberto Freyre vai denunciar a usina do açúcar porque está seria mais predatória do que os antigos engenhos, não tendo entretanto a contrapartida que imaginava para estes.

A usina do açúcar em Gilberto Freyre é sobretudo uma metáfora do declínio da sociedade patriarcal pelo avanço das forças modernas, que transformam os modos de vida, de produção e a paisagem tradicionais. Não obstante, a essa corrente, que desconfia dos elementos da modernidade, se nomeia “modernismo regionalista”, o que indica a normatividade do vocábulo e a flexibilidade de seus sentidos. Neste sentido, Gilberto Freyre seria um “modernista” porque valoriza o elemento compósito da sociedade (o amálgama entre branco, negro e índio), vislumbrando nele o valor particular da nacionalidade brasileira e a razão de sua criatividade em se fazer um povo. Mas, justamente coerente com este princípio, tende a desvalorizar o elemento de futuro que o moderno apresenta, se este significar a modificação daquele sentido original do Brasil.

Em *Raízes do Brasil*, ao contrário, Sérgio Buarque de Holanda lamenta justamente o fato da modernidade não haver se inscrito de forma radical na vida (política) nacional, decorrendo o privado, o rural e a cordialidade sobre o público, o urbano e o impessoal, o que resultaria em uma sociedade que apenas parece moderna, mas que traz suas *raízes* firmemente presas ao passado. Em Sergio Buarque o binômio moderno-arcaico tomará dignidade. Reverberando a “moléstia de Nabuco”¹² ao afirmar que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”¹³, já que traríamos de “países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias”¹⁴, Sergio Buarque dá expressão intelectual a uma linhagem interpretativa que talvez seguirá fecunda até as “ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz. Em Nabuco a contradição entre “sentimento da pátria” e “inteligência” já traz os elementos formadores da dualidade entre arcaico e moderno, no momento em que cosmopolita ainda não havia se conciliado com o nacional¹⁵. Para Nabuco, esta era uma cisão irreversível:

Estamos assim condenados a mais terrível das instabilidades, e é isto o que explica o fato de tantos sul-americanos preferirem viver na Europa... [...] é a atração das afinidades esquecidas, mas não apagadas, que estão em todos nós, da nossa comum origem europeia. A instabilidade que me refiro, provém de que na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana, e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a forma em que cada um de nós foi vazado ao

12 O termo é de Mario de Andrade em sua discussão com Carlos Drummond de Andrade. Cf. FROTA, Lélia Coelho (org.). *Carlos & Mario: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.

13 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31

14 Idem.

15 Os modernistas sempre tiveram prazer especial em assinalar que este fora um feito seu.

nascer. [...] O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia.¹⁶

Esta “instabilidade” que o jogava para fora do país, Nabuco atribui ao que chama de “atração do mundo”, assinalando pois uma condição de exterioridade entre o Brasil e a “civilização”, esta, sinônimo de Europa. Sente-se em Nabuco uma superioridade da Europa (o “mundo”) sobre o Brasil, superioridade por fim abandonada em prol de um conformismo “nativista”: “Quando [...] vi que a imaginação podia quebrar a estreita forma em que estavam a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos d'alma [...] deixei ir a Europa, a história, a arte, guardando do que é universal só a religião e as letras”¹⁷.

Aí, a aceitação do nacional significava o abandono dos elementos da “civilização”, entretanto abandono nunca completo, como mostra o trecho, o que conduz a uma espécie de patriotismo entre aspas – diferente daquele que imagina em Taunay, como escreveu, “o mais genuíno *nativista* que conheço, porque não compreende sequer vida em outra terra, em outra natureza”¹⁸.

Assim, a contraposição de Nabuco retorna em Sergio Buarque. A diferença é que a anterior relação de exterioridade entre o nacional-arcaico e o cosmopolita-moderno é deslocada para o interior do território, passando a fazer parte da própria constituição de nossa “personalidade”. Quer dizer, os componentes modernos, que provêm da civilização (do universal), se inscrevem no país, mas de modo superficial, pois seriam barrados pelos elementos arcaicos internos. Mais que isto, o Brasil não estaria apartado da civilização, já que a ação dos portugueses significou a “conquista do trópico para a civilização”¹⁹; mas, por outro lado, era um processo que respondia principalmente à expansão do “sistema agrário”²⁰, donde o limite desta “civilização de raízes rurais”²¹.

De certo modo, *Raízes do Brasil* procura percorrer as respostas a essa constatação. Busca-se explicar por que a “civilização” não se desenvolveu de modo pleno no Brasil. Sérgio Buarque intenta mostrar que existe certa inadequação entre a sociedade brasileira e a modernização civilizacional, de outro modo, o arcaico representa um obstáculo para o moderno – daí, os pares de contrários que povoam o livro: personalismo X moral do trabalho, ócio X negócio, trabalho X aventura, sementeiro X ladrilhador, cooperação X prestância, Estado X família, público X privado, burocrata X funcionalismo patrimonial, caudilhismo X liberalismo, etc. Quer dizer então que, como

16 NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro – São Paulo – Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1964, p. 45-46.

17 NABUCO. Op. cit. p. 50.

18 NABUCO. Idem.

19 HOLANDA. Op. cit., p. 43.

20 Ibid., p. 47.

21 Ibid., p. 73.

naquele Gilberto Freyre, existe uma tensão entre o moderno e o arcaico, entretanto, vislumbra-se a possibilidade de transformação positiva do nacional pelo moderno. Essa mudança possível e desejada (a “nossa revolução”) não significaria a perda de nenhuma singularidade nacional, já que o arcaico havia impedido a formação de uma nacionalidade propriamente dita – assim, assinala a “falta de coesão de nossa vida nacional”, e continua: “é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra a nossa desordem”²². Entre uma distinção sincrônica (nós e os outros) é inserida uma distinção diacrônica, temporal, e por isso propriamente moderna (o arcaico e o moderno).

Em parte, esta obra de Sérgio Buarque responde a Oliveira Vianna. Este autor realizara uma interpretação da história nacional que abria caminho para teorias autoritárias em voga nos anos 1930²³. Assinalando também a superficialidade de nossa modernidade, Oliveira Vianna volta-se para o passado em busca da singularidade nacional; porém, não encontra a unidade essencial básica de Gilberto Freyre; ao contrário, sua interpretação leva ao “insolidarismo”. A vida nacional estaria marcada pelo “espírito de clã”, uma tendência centrifugista que ameaçava permanentemente a debilitada unidade nacional. Após a independência, o Estado imperial, a atuação dos “estadistas” e o Poder Moderador haviam possibilitado a manutenção da nação brasileira; mas a experiência republicana, ao importar teorias liberal-democráticas, em desacordo com a realidade do país, ameaçaria a estabilidade nacional, já que a democracia encobriria relações personalistas, abandonando a nação aos caudilhismos locais. À corrente liberal, Oliveira Vianna vai denominar “idealismo utópico”, assinalando a superficialidade deste ideário. A tendência oposta seria o “idealismo orgânico”, que deduziria suas ideias da própria experiência histórica brasileira e conduziria o autor à afirmação de um Estado centralista forte.

Assim, Oliveira Vianna condena o moderno (em teoria política) em prol da volta à tradição política ibérica, arcaica. À “nossa revolução” - as transformações sociais e políticas operadas a partir de 1888, na qual Sérgio Buarque verá a passagem para uma sociedade moderna - Oliveira Vianna responsabiliza pelo descaminho por que passaria a nação brasileira, correndo o risco de não vir a se constituir efetivamente. Por isso, neste autor, o diagnóstico da malformação conduz à afirmação do rompimento momentâneo com a modernidade (política) ocidental. O caminho para a

22 HOLANDA. Op. cit., p. 33. Certamente esta é uma resposta a Oliveira Vianna, mas tal comentário cabe também a Gilberto Freyre.

23 Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil. Populações Rurais do Centro-Sul*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. vol. 1; e também _____ *O idealismo da constituição*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, em que o autor desenvolve os conceitos, empregados por Monteiro Lobato, *idealismo orgânico e idealismo constitucional*.

construção de uma via nacional brasileira estaria na dobra sobre si mesma.

Uma das correntes que cunha uma nova relação dentro do campo semântico tendencialmente dual é representada pelos modernistas. A partir desse movimento, a oposição entre os elementos tradicionais, identificados à identidade brasileira e alicerçados em sua história, e os elementos da inovação, de extração externa, que conectaria o país ao desenrolar da história “universal” (a “atração do mundo” de Nabuco), dá lugar a uma combinação fertilizadora, ainda que desajustada²⁴. É o processo que Antonio Candido vai chamar de “desrecale histórico”²⁵, enfeixando uma dialética sem síntese ou de síntese difícil²⁶. O atraso passa a vantagem²⁷; o primitivo se torna matéria de arte e substrato da nacionalidade²⁸ – a afirmação do arcaico corresponde a tomar o bilhete de embarque para o expresso da civilização²⁹. A agressividade conciliatória da antropofagia modernista visa sobretudo curar da “moléstia de Nabuco”, que impedia o brasileiro de se reconhecer a si mesmo sem abdicar da “civilização”. A “atração do mundo” unilateral, sofre ataque irreparável, como comenta Mário de Andrade à Drummond:

Mas adiante você fala de 'apertado dilema: nacionalismo ou universalismo'. [...] não existe essa oposição entre nacionalismo e universalismo. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros – ou o regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. [...] Ninguém que *seja* verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com o seu passado, com as suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e a terra, com a família, etc., ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional. [...] Pois é preciso desprimitivar o país, acentuar a tradição, prolongá-la, engrandecê-la. Você fala de “tragédia de Nabuco”,³⁰ que todos sofremos”. Engraçado! Eu há dias escrevia numa carta justamente isso, só que de maneira mais engraçada de quem não sofre com isso. Dizia mais ou menos: “o doutor Chagas descobriu que grassava no país uma doença que foi chamada moléstia de Chagas. Eu descobri outra doença mais grave, de que todos estamos infeccionados: a moléstia de Nabuco”.³¹

Do dilema do nacional/arcaico-universal/moderno, passa-se à *combinação, justaposição* ou *dialética*, em dosagem variada, desmedida³² e irreverente – esse o traço fundamental que o

24 SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Cit., p. 20.

25 CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Cit. p.126-127.

26 ARANTES. *Sentimento da dialética...* cit. p. 71.

27 *Ibid.*, p. 27.

28 LAFETÁ, João Luiz. *1930: a Crítica e o Modernismo*. 2ªed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 22. Também ANDRADE, Mario de. “O movimento modernista.” In _____ *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002, p. 275.

29 Em carta a Carlos Drummond, comenta Mário de Andrade: “Se lembra da *Paulicéia?* [...] *Os abacaxis, as mangas, os cajus/ Almejam localizar-se triunfantemente,/ Na fremente celebração do Universal!...*” In FROTA, Lélia Coelho (org.). *Carlos & Mario: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002, p. 69.

30 Em carta anterior, Drummond havia escrito: “Reconheço alguns defeitos que aponta no meu espírito. Não sou ainda suficientemente brasileiro. Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. [...] Desculpe se vou estender-lhe ante os olhos os cenários da velha tragédia de Joaquim Nabuco.” In FROTA. Op. cit., pp. 56-57; 59.

31 Mario de Andrade in FROTA, Op. cit., p. 70.

32 Esta é uma imagem típica da autoconstrução modernista: “Apenas Sergio Milliet punha um certo mal-estar no incêndio, com sua *serenidade equilibrada*... E o filósofo da malta, Couto de Barros, pingando ilhas de consciência

movimento modernista busca, essa a nova identidade brasileira. Era algo que servia bem com a experimentação estética, mas se tornava difícil quando se pensava em termos de “atualização da inteligência artística brasileira”, no sentido que dá Mário de Andrade na sua exigente autocrítica dos anos 1940³³. Quer dizer, ia bem com a arte, mas deixava o caminho livre para um tipo de “modernização conservadora”. Nesta toada, analisando a poesia de Oswald de Andrade, escreve Roberto Schwarz:

[...] voltemos à fórmula de Oswald para o poema “pau brasil”. A sua matéria-prima se obtém mediante duas operações: a justaposição de elementos próprios ao Brasil-Colônia e ao Brasil-Burguês, e a elevação do produto – desconjuntado *por definição* – à dignidade de alegoria do país. Esta a célula básica [...].³⁴ Surpreendentemente, o resultado é valorizador: a suspensão do antagonismo e sua transformação em contraste pitoresco, onde nenhum dos termos é negativo, vem de par com a sua designação para o símbolo do Brasil [...]. Portanto, a modernidade no caso não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo, mas em depurar os seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada e, naturalmente, inventiva, como que dizendo, do alto de onde se encontra: tudo isto é meu país.³⁵

Há um elemento utópico no projeto modernista, quando espera que ao se deixar contaminar pelas manifestações tradicionais emergja a consciência nacional construtora³⁶. Meio século depois, comenta Schwarz: “em lugar da contribuição local à diversidade das culturas, vem à frente a história da má-formação nacional, como instância da marcha grotesca ou catastrófica do capital”³⁷. E completa Paulo Arantes: “Não é que o universal não exista, simplesmente na hora histórica presente ele não cumpre o que promete, quando não mente apresentando-se como realizado”³⁸.

Ao retomar uma tradição literária anterior ao modernismo – a de Machado de Assis – Roberto Schwarz pôde assinalar o caráter *desajustado* da atualização modernista. Como já citado acima, a elite ilustrada de fim de século se dizia vítima de um dilaceramento entre o “sentimento local” e a “inteligência universal”. Com o narrador machadiano, Schwarz demonstra como este dilema era constitutivo da própria lógica de dominação da classe senhorial. Era justamente da circulação entre as esferas do dever e do arbítrio que a classe dominante se alimentava, afirmando

em nós [...]” ANDRADE, Mario de. “O modernismo...” Cit., p. 260 (*grifo nosso*).

33 “Viramos abstencionistas abstêmios e transcendentais [...] E apesar de nossa atualidade, da nossa nacionalidade, da nossa universalidade, uma coisa não ajudamos verdadeiramente, duma coisa não participamos: o melhoramento político-social do homem. E esta é a essência mesma da nossa idade.” Ibid. pp. 278; 280.

34 SCHWARZ. *Que Horas São?* Cit., p. 12.

35 Ibid., p. 22.

36 “Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Estão passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. [...] Você faça um esforcinho pra abraçear-se. [...] Ou ao menos se não formos nós já completamente brasileiros, *as outras gerações que virão, paulatinamente desenvolvendo nosso trabalho, hão de levar enfim esta terra à civilização.*” Mario de Andrade In FROTA. Op. cit., p. 71.

37 Apud ARANTES. *Sentimento da Dialética...* cit., p. 19

38 Ibid. p. 20.

os ideais da civilização ao mesmo tempo em que justificava as formas de convívio oriundas do patriarcalismo. Sérgio Buarque, com vistas à viabilização de um Estado-nação moderno, já havia assinalado a inadequação constitutiva entre os elementos tradicionais da sociedade e os elementos da modernização. Agora, nos passos de Caio Prado Jr. – para quem a colônia nunca estivera apartada da civilização, já que seu desenvolvimento era consequente ao lugar que ela possuía na ordem europeia capitalista – Schwarz podia afirmar que a presença do arcaico não significava nenhuma anomalia periférica, nem era devido a descompasso (atraso) civilizacional algum³⁹. Era a norma. Por isso a *volubilidade* do narrador machadiano, que encobriria (muito mal) a sua “desfaçatez de classe”. Daí que a “interpretação triunfalista de nosso atraso”, feita pelo “programa pau-brasil e antropofágico de Oswald de Andrade”⁴⁰, ao propor uma “postura cultural irreverente e sem sentimento de inferioridade”, com o tempo apareça como ingênua e ufanista⁴¹. Isso porque “a quebra do deslumbramento cultural do subdesenvolvido não afeta[ria] o fundamento da situação, que é prático”⁴². De outro modo, a despeito dos lucros para a identidade nacional, o modernismo não altera o lugar do Brasil enquanto periferia.

Ora, como estamos tentado demonstrar, no pensamento social brasileiro há uma persistente operacionalização das ideias de arcaico e moderno a partir das interpretações sobre a formação nacional, manejados como um leque variado e intercambiado de opções, vistos ora como *dilema* da nacionalidade, ora como um processo *dialético* ou *combinado*. É possível ensaiar uma periodização, desde que não tomada de modo rígido: de 1870⁴³ até os anos 1920, arcaico e moderno tenderiam a se apresentar como *dilema*, compondo um campo conceitual dual em geral excludente; após os anos 1920, haveria uma tendência maior a encarar arcaico e moderno de modo *dialético* (sua síntese pretende ser a identidade nacional); ao que parece, nos anos 1970, que não compõe nosso objeto de estudo, haveria uma reformulação do campo semântico dual, o qual voltaria a se colocar em termos de *dilema* – por exemplo, impossibilidade estrutural em se moldar uma nação autônoma, dada a impropriedade de uma revolução nacional burguesa. Entretanto, esta periodização apenas aponta tendências gerais, sendo possível identificar exceções significativas.

Há uma compreensão sobre Monteiro Lobato que se torna disponível ao abordá-lo a partir

39 Aliás, formulação parecida é encontrada em outros membros da geração de Schwarz, como, por exemplo, OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

40 SCHWARZ. *Que Horas São*. Cit., p. 37.

41 Ibid. p. 38.

42 Ibid. p. 36.

43 Se estiver correto Arantes, que afirma estar em Silvio Romero “o primeiro registro por extenso de nosso problema”. _____. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In ARANTES, Otilia & ARANTES, Paulo. *Sentido da Formação. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 15.

desta experiência de pensamento. O autor inicia sua trajetória intelectual como “homem de letras”, fazendo da produção ficcional uma ferramenta de manejo da questão nacional – uma particularidade frente aos autores do pensamento social brasileiro, em geral, ensaístas. Sua cidadania junto a este grupo de intelectuais é adquirida porque, de modo semelhante, Lobato opera aquelas categorias duais como forma de abordagem da especificidade nacional – o que, aliás, será determinante da maior parte de sua trajetória intelectual.

A hipótese inicial deste trabalho propõe que, em consonância com o ambiente intelectual das primeiras décadas do século, o escritor vai vislumbrar a formação nacional como *dilema*, o qual se apresentará, mediante elaboração literária, em termos de *paradoxo*, sendo a forma *trágica* sua transcrição estética. Neste sentido, no conjunto de textos que denominamos *ciclo literário de Urupês*, pensamos ser o “revés trágico” a característica mais importante, porque, possuindo uma persistência retrospectiva de significado, desorganiza, desestabiliza e desequilibra estruturas, conteúdos e convicções, o que, no contexto de questionamento sobre a formação nacional, é uma elaboração literária da malformação. Ao fim, a perspectiva trágica funciona como uma forma de organização textual e produz um tipo de conhecimento, aguçando os sentidos para os limites e impossibilidades da nação. Trama, assim, um *modo de formar* e uma *forma de pensar*.

Ao se inscrever no campo da dúvida, a matriz trágica fornece uma perspectiva crítica que impulsiona a busca de identificação e solução para o então denominado “problema brasileiro”. Ao que parece, as propostas modernizadoras do escritor, nos anos 1930, são sua resposta, deslocada para o campo econômico, para malformação nacional, anteriormente elaborada em termos culturais.

Capítulo 1

O urupê de pau podre: Monteiro Lobato, literatura e projeto nacional paulista (c. 1914/1918-1925)

O presente capítulo tratará inicialmente do ambiente intelectual imediatamente anterior ao início da carreira de Monteiro Lobato. Abordando a percepção geral de crise política e nacional-identitária presente nas três primeiras décadas do século XX, buscaremos explicitar as questões que serão determinantes para as formulações do autor sobre a nação. Em seguida, passaremos às vinculações do escritor junto ao grupo comprometido com um projeto nacional de matiz paulista. Entre os meados das décadas de 1910 e 1920, Monteiro Lobato ocupa um importante lugar como produtor e empresário cultural ligado ao esforço por dotar São Paulo de realizações culturais correspondentes à hegemonia econômica do estado. Este projeto nacional e o ensaio de uma “escola paulista” de literatura oferecem o primeiro lugar de leitura da produção lobatiana, dentro do próprio período, proporcionando o nível mais *imediato* de significação desta produção.

1.1 “O espetáculo da derrota” - a questão nacional na Primeira República

Desde o começo do século XX, ao menos, havia uma percepção geral de crise nos meios intelectuais e políticos no Brasil. Após quase um século de independência ainda não era evidente que constituíssemos uma nação, e depois de algumas décadas de vida republicana as esperanças de que esta pudesse solucionar os problemas nacionais começava a aparecer como ilusão, uma promessa não cumprida. Certamente esse sentimento já nasce junto à própria organização da República, que lega muitos grupos descontentes para o desterro ou o ostracismo⁴⁴, mas nos anos subsequentes a decepção e o desânimo parecem se alastrar para parcelas das próprias elites intelectuais e dirigentes, intensificando o impasse que já vinha dos anos iniciais⁴⁵. Alberto Torres,

44 “A rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo.” CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 56.

45 “A situação [na década de 1890] era de impasse. De um lado, o liberalismo foi utilizado pelos vitoriosos como instrumento de consolidação do poder, desvinculado da preocupação de ampliação das bases deste poder. De outro, demandas de ampliação formam formuladas, na maior parte, seja dentro da fuga romântica do anarquismo e do

que ocupa importantes cargos dentro do corpo burocrático da República, é uma das vozes que se levanta:

Não nos devemos iludir, quanto à gravidade destas *crises*, que se nos revelam gravíssimas [...]; é preciso que encaremos, com retidão e ânimo sereno, a feição dos nossos problemas. Se a pátria é, antes de tudo, a nação, isto é, a gente, o momento próprio para defendê-la [...] [será] aquele em que o espetáculo da nossa derrota, nos processos sociais da seleção social e econômica, se nos apresenta com as formas flagrantes de uma positiva subordinação e de um já sensível abatimento em amplas camadas da população.⁴⁶

“Espetáculo de nossa derrota”, “subordinação”, “abatimento”, enfim, “gravíssimas crises” resumem um diagnóstico pessimista e desesperado, que clama, por prevenção, pelo paradoxal “ânimo sereno”. Sabe bem que está em jogo a estabilidade da sociedade e a integridade do Estado-nação. São palavras fortes que vão ecoar pela Primeira República.

A insatisfação ia alto e clamava por mudanças – ou se reforma o liberalismo, fazendo valer verdadeiramente o corpo doutrinário que nasceu sob a República⁴⁷, ou se reconecta à tradição centralista autoritária que a solução republicana teria diluído, e tenta-se assim dar jeito aos desenfreios dos interesses do “espírito de clã”. Sobre este último ponto, diagnosticava Oliveira Vianna:

Mesmo hoje, [a nação,] essa grande e patriótica aspiração dos nossos maiores é ainda um alto ideal, sobrepairante nas camadas superiores da nacionalidade. Não desceu ainda, nítido e lícido, até o seio do povo: nos campos, nas cidades, nos litorais, nos sertões. Não se fez ainda um grande ideal coletivo [...]. Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional.⁴⁸

A afirmação de um ideal centralista vem de par com a constatação de que não haveria uma nação constituída, efeito de uma espécie de incapacidade interna de gerar solidariedade para além dos interesses locais. Era um diagnóstico que encontrava antecedente em Alberto Torres: “Nas nações novas o fato, resultante da forma peculiar da sua exploração, é que a *sociedade* não chega jamais a constituir-se: a assimilação e a integração, obras do lento e gradual evoluir, nos velhos

radicalismo republicano de estilo rousseauiano. Balançava-se entre a negação da participação, a participação autoritária e a alienação. Não havia fórmula viável de combinar os aspectos interativos com os aspectos contratuais da cidadania.” Ibid., p. 65.

46 TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 32, p. 22. Grifo meu. A primeira edição do texto é de 1914.

47 Era a posição, por exemplo, de Rui Barbosa. Cf. GOMES, Angela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 492.

48 VIANNA, Oliveira. *Populações...* cit., p. 366.

países, não encontram [aqui] os mesmos móveis de estímulo e de operação [...]”.⁴⁹

Na versão de Oliveira Vianna, já que o tempo não tivera naturalmente operado a constituição da nação, caberia ao Estado fazê-lo até que a sociedade pudesse compreender o “alto ideal”. Essa vertente, que na conjuntura dos anos 1930 se enrijecerá em uma política autoritária, compunha então o campo de possibilidades que a busca errante de respostas para o angustiante problema da formação nacional colocava – busca que se desdobrava em interpretações da realidade nacional e disputas políticas⁵⁰.

Compunha o sentimento de crise também a constatação de que a República não conseguira integrar política e economicamente a massa da população. A famosa afirmação de Aristides Lobo, de que o povo assistira bestializado à proclamação, continuava se atualizando. Certamente, a série de revoltas populares do período era um alerta para o tamanho problema. Por um lado, havia uma crescente massa urbana que permanecia à margem do sistema econômico e político, vivendo de atividades informais e em espaços que o Estado não tinha controle ou alcance⁵¹. De outro, um extenso território interior que era praticamente desconhecido, e nos quais sua população vivia entregue a si. Avaliando o contexto em que se dera a independência, Manoel Bonfim pintava um quadro que, numa abordagem dupla, também traduziria a então presente realidade nacional:

Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiçagem, produtos de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animadas de rancores, uma *população vivendo à margem da civilização [...], reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas*.⁵²

Essa avaliação indica um ponto máximo de distância entre o ideal desejado (“civilização”) e o lado extremo que compunha a realidade (“hordas primitivas”), simbolizando o dilema das “novas sociedades”⁵³.

Todos esses são elementos que compõe o diagnóstico de que a República não conseguira resolver o problema da integração da “gente” à nação. O que era especialmente problemático, já que o “povo” seria um dos esteios da nacionalidade: “[...] o Brasil sofre todas as crises de uma sociedade nova formada, por um povo estranho, em território diverso do de sua origem, que até hoje não fundou as bases da sua adaptação à terra e não organizou a sua vida: eis as causas do seu

49 TORRES, Alberto. Op. cit., pp. 32; 42. Grifo do autor.

50 Cf. GOMES. Op. cit.

51 Ver, por exemplo, a descrição sobre as regiões pobres do Rio de Janeiro, então capital da República, em SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 72 et seq.

52 BONFIM. Op. cit., pp. 144-145. *Grifo nosso*.

53 *Ibid.*, p. 233.

atual estado, agravados por um acúmulo de crises, nossas e alheias”⁵⁴.

Completa o quadro a percepção de que todos os outros elementos formadores do “caráter nacional” eram precários: língua, religião e raça, os “fios de techedura, entre outros, na composição dos elementos vitais de associação”, força “de sua atividade solidária – são aqui dissolventes”⁵⁵.

Informado por correntes positivistas e deterministas – Spencer, Le Bon⁵⁶ -, era constante a ideia de que a população nacional era degradada, seja porque mestiçada, seja porque compostas de “raças” consideradas inferiores. Esses argumentos eram sedutores porque, de um lado, apresentavam uma roupagem científica que lhes emprestava legitimidade, e de outro oferecia uma explicação para a dificuldade da formação nacional⁵⁷. Mas, por seus pressupostos, impunha limites e até mesmo questionava a possibilidade de uma nacionalidade brasileira. Por isso, desde logo se levantam vozes que pretendem desmontar esses argumentos, utilizando-se porém da mesma lógica argumentativa, fundada em justificativas científicas:

Voltaram-se, então, os sociólogos do egoísmo e da exploração para a história contemporânea, e encontraram que, no momento – como em todos os tempos, os homens não se apresentavam no mesmo estado de desenvolvimento social e econômico: havia uns mais adiantados do que outros, uns já decaídos, outros ainda na infância; e, sem hesitar, traduziam eles essa desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova da sua aptidão ou inaptidão para o progresso.⁵⁸

Ao que junta o argumento de autoridade científica, como seus adversários, para validar a exposição anterior: “Darwin nunca pretendeu que a lei da seleção natural se aplicava à espécie humana, como o dizem os teóricos do egoísmo e da rapinagem”⁵⁹.

Como pode se notar, nas primeiras décadas do século XX, a nação se apresentava sobretudo como dilema.

Esse conjunto de diagnósticos partilhado nas últimas décadas da Primeira República por um amplo leque de agentes políticos e intelectuais responsabilizava esta situação crítica à distância entre teorias típicas do momento e o que era considerado a realidade nacional profunda. Nestas

54 TORRES. Op. cit., p. 78.

55 Ibid., p. 42.

56 Cf. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 131 et seq.

57 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

58 BONFIM. Op. cit., p. 244.

59 Ibid., p. 249.

primeiras décadas do século são palavras-chave “problema nacional”, “solução”, “ilusão”, “idealismo” e “realidade”, como no trecho de Alberto Torres:

O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples [...] [de] vagos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de ideias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência de nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social.⁶⁰

Ainda, em Oliveira Vianna:

O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. [...] Sob este fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um artificial [...].⁶¹

E também em Manuel Bonfim: “Procedem, esses republicanos, como se a República fosse uma realidade à parte, cujo papel é o de conferir às nacionalidades uma nobreza política especial, e cuja posse, por si só, as deva contentar⁶²”.

“Jogo floral de teorias”, “misérrimas realidades”⁶³, falta de “integração” e “assimilação”, “pleno sonho”, desaparecimento do “sentimento de nossas realidades”. As avaliações esbarram todas na percepção de uma malformação nacional⁶⁴, diagnóstico pessimista que interpreta a identidade brasileira em termos de falta. Elaborada de forma de dilemática, a questão não podia se resolver pela simples adesão a um dos polos da dualidade; daí a constante hesitação que caracteriza praticamente toda esta produção intelectual entre 1870 e 1920, e que vai adentrar o século XX com a roupagem do modernismo, balançando na corda bamba dos pares conceituais: natureza e cultura, arcaico e moderno, tradicional e progresso, real e imaginário, civilização e barbárie, nacional e estrangeiro.

Neste panorama, a nação se colocava como um possível desejado e necessário, mas que, sob risco da barbárie, parecia ter sua mola esticada até a distensão. Conforme a afirmação de Alberto Torres, a ciência, a política, o clima, a raça, a língua, a história, que em outros povos seriam elementos para a moldagem do “caráter nacional”, pareciam aqui cumprir um desserviço. Daí porque a construção da nacionalidade constantemente estava vazada em formas dilemáticas, sendo

60 TORRES. *Op. cit.*, pp. 14-15.

61 VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais...* cit., p. 19.

62 BONFIM, Manoel. *Op. cit.*, p. 201.

63 “[...] a República vai sendo um jogo floral de teorias, sobre um campo de misérrimas realidades”. TORRES. *Op. cit.*, p. 32.

64 O conceito de malformação ou má-formação nacional pode ser encontrado, entre outros, em SCHWARZ. *Que Horas São?...* Cit. e ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética...* cit.

as produções culturais sínteses desta dinâmica. A peculiar literatura de Monteiro Lobato não é exceção, simbolizando em diferentes níveis este momento de tensões intensificadas.

1.2 Movimento editorial, literatura e o projeto nacional paulista

Em seu 3º número de 16 de maio de 1921, a revista *A Novella Semanal* dava, na secção “Vida literária”, o resultado de um inquérito sobre a atividade editorial de São Paulo. Apresentando o balanço das obras editadas na cidade em 1920, chegava ao total de 901.000 exemplares e 203 títulos, sem contar pequenas editoras, empresas de outras cidades do estado e obras editadas pelos próprios autores. As maiores tiragens eram de obras didáticas, de agricultura e de literatura de cordel, mas a matéria procurava destacar os livros de “boa literatura”, citando os 8.000 exemplares de *Urupês* e as duas edições de *Alma Cabocla*, de Paulo Setubal. E afirmava: “Se nem todos esses algarismos são lisonjeiros, alguns pelo menos merecem ser registrados com prazer”⁶⁵. A simples menção destes números correspondia a uma espécie de troféu, atestado da legitimidade para São Paulo, dispensando maiores necessidades de explicação: os próprios números já seriam “interessantes conclusões” (cf. *figura 1* abaixo).

Refletindo sobre esses números em seu *Physionomia de “Novos”*, João Pinto da Silva deduz que a produção de São Paulo atingiria, na probabilidade mais modesta, 4.505.000 leitores⁶⁶, concluindo então do desvio do “Rio para São Paulo [d]o centro de comércio de livros do país”⁶⁷. Indagando das razões para tanto, ele responde:

Examine o mapa do sistema ferroviário de São Paulo: a capital do Estado aparece ali como uma espécie de centro de aranhôl, com linhas troncos e ramais lançados estrategicamente em todas as direções. Se, por um lado, esse ótimo aparelho de circulação de riquezas atrai considerável parcela de vida de Minas, por outro domina a zona mais fértil e menos bárbara do Mato Grosso, anexando, economicamente, ao porto de Santos, ao mesmo tempo, largo trecho do Paraná estendendo a influência paulista através de Santa Catarina, pelos trilhos, em tráfego mútuo, da São Paulo - Rio Grande.⁶⁸

São Paulo, portanto, encontrava o eixo central do país. Essa imagem é ainda apresentada por outros autores, como no seguinte trecho de *Cidades Vivas*, de Brenno Ferraz do Amaral – título

65 *A Novella Semanal*. São Paulo, n. 3, maio, 1921, p. 55.

66 SILVA, João Pinto da. *Physionomia de “novos”*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922, p. 169.

67 *Ibid.*, p. 170.

68 *Ibid.*, p. 172.

que joga com *Cidades Mortas* de Monteiro Lobato:

Se traçarmos no mapa de São Paulo – observou alguém – o cruzeiro dos pontos cardeais, cujos extremos os indiquem, teremos assinalado as diretrizes históricas de nossa vida, desde a Colônia. As estradas de ferro se implantaram sobre as pistas bandeirantes, rumo Norte-Sul e Leste-Oeste. Descendo o vale do Tietê, a Sorocabana reafirma no ferro dos seus trilhos o itinerário dos últimos sertanistas. [...] Realiza, quase, a obsessão política de nosso século XVIII, a via-dolorosa de outrora, transmutada na via do futuro e da integração continental [...].⁶⁹

Se João Pinto da Silva, escrevendo de Porto Alegre, reconhecia o papel central que São Paulo passaria a representar, Brenno Ferraz vai além, e trata de estender o progresso recente do estado, sintetizado na estrada de ferro – símbolo do poder econômico e da orientação modernizadora do estado – ao passado nacional. O estado cumpriria o destino escrito desde a Colônia, atualizando a ação bandeirante e lançando sua ação para o futuro. Se haveria uma crise a respeito do caráter nacional, se haveria o risco de desintegração do país, São Paulo trataria de prover os símbolos nacionais e exercer a atividade integradora. Buscava se capacitar geográfica, histórica e intelectualmente para exercer sua ação tutora dentro do Estado nacional, como afirma Julio de Mesquita Filho ao se referir ao “benéfico imperialismo paulista”⁷⁰, reproduzindo os termos do discurso de Amadeu Amaral na Academia Brasileira de Letras:

Imperialismo em contraposição a inércia. Ou caminhamos, como até aqui vamos caminhando, por alargar cada vez mais o círculo de nossa ação, arrastados pelo impulso inicial, ou paramos, e, então, já não seríamos aquele povo caracterizadamente 'particularista', a que o Brasil deve a sua grandeza. Nesse imperialismo de que primeiro ousou falar Amadeu Amaral e que nos legaram nossos maiores, reside todo um ideal, que por muitas gerações ainda deverá ser o único a manter o estímulo de uma comunhão a cujo destino está entregue o destino do Brasil.

Eis, aí, em esboço rápido e ligeiro, a *política de São Paulo*.⁷¹

Em “*política de São Paulo*”, que o autor faz questão de grifar, emerge a intenção de fazer consciente o projeto nacionalista do estado, em que cumprem papel central a literatura e a atividade editorial. Não é mero detalhe que os termos surjam em discurso na Academia Brasileira de Letras, onde Amadeu Amaral ocupava a cadeira vaga com a morte de Olavo Bilac. Nesta instituição, cravada na capital federal, São Paulo buscava afirmar sua autonomia diante do Rio, e, tendo na

69 AMARAL, Brenno Ferraz do. *Cidades Vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores, 1924, p. 14.

70 MESQUITA FILHO, Julio de. “A comunhão paulista”. In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922, p. 375. Respondendo a este artigo, escreve Oliveira Vianna: “Compreende, pois, meu brilhante confrade, o vivo contentamento que senti, quando, lendo seu belo estudo, pequeno, mas agudo, sobre a 'Comunhão paulista', vi-o também empenhado nessas agudas preocupações de estudar o nosso problema brasileiro no grupo regional mais tipicamente representativo das grandes qualidades da nossa gente: o grupo paulista.” VIANNA. “A comunhão paulista” In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, ano VIII, maio-agosto de 1923, p. 328.

71 Idem. Grifo do autor.

literatura uma importante instância de legitimidade, já vinha recebendo o reconhecimento de almejada sua “hegemonia espiritual”⁷²: São Paulo “não é somente um centro editorial de primeira ordem: hoje em dia, a sua produção intelectual, especialmente literária, emparelhou com a da própria capital do país, na quantidade e na qualidade”.⁷³

Em “O momento - A geração do Centenário”, editorial da *Revista do Brasil* de setembro de 1922, Brenno Ferraz do Amaral afirmava:

Em suas grandes porções, a que aspira à direção e a que pretende simplesmente o trabalho, a mocidade se orienta por novas trilhas de bravia independência. Já não é o Estado a Providência de há pouco. Desacreditaram-se os governos paternos que dotam filhos. Já se dotam estes para si. S. Paulo é o grande exemplo: - aqui se cria o livro nacional e o seu público; aqui se criam os filhos de si mesmos. Ao livro toca o destino máximo de fazer o que a imprensa não faz... Não há temer jornais. Tema-se antes a brochura, com o verso, o conto, o romance, a ação mental, as ideias...⁷⁴

A menção é explícita: São Paulo é o grande exemplo porque cria o “livro nacional” e, ainda mais, o seu “público”. O autor tratava de defender um lugar para São Paulo como polo cultural e intelectual, com fins nitidamente nacionalistas – não se criava apenas o “livro”, mas o “livro nacional”, que gerava a “ação mental”, deve-se complementar, nacionalista. Note-se que o termo “São Paulo” indica um ente coletivo, uma comunidade imaginada. O autor queria implicitamente indicar a existência de um projeto nacional comum, o qual teria em uma de suas bandeiras o livro, entendendo a literatura – o verso, o conto, o romance – como sua matéria.

São Paulo, portanto, passava a encarnar o destino nacional e buscava ancorar sua ação em múltiplas atividades intelectuais, as quais tinham uma espécie de núcleo ordenador mais ou menos informal – mas reconhecido e legitimado – nas editoras paulistas. A elas caberia, afinal, selecionar e publicar as obras, tornando-se instâncias avaliativas. Junto à imprensa, passam a desempenhar a função de consagração dos escritores e intelectuais, organizam a produção intelectual e ditam, indiretamente, parâmetros estéticos e temáticos, como se percebe, por exemplo, ao olhar seus catálogos.

Na “Lista das edições de Monteiro Lobato & Cia”, que consta ao fim de *A Mulher que pecou*, de Menotti del PICCHIA (São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922), encontra-se, entre outros títulos:

Monteiro LOBATO. *Urupês*, 7ª ed.

72 SILVA, João Pinto da. Op. cit., p. 174.

73 Ibid., pp. 173-174.

74 AMARAL, Brenno Ferraz do. “O momento - A geração do Centenário”. In *Revista do Brasil*. São Paulo, n. 81, vol. 21, setembro de 1922, p. 2.

_____. *Cidades Mortas*, 3ª ed.

_____. *Negrinha*.

_____. *Idéas de Jéca-Tatú*, 3ª ed.

_____. *Onda Verde*.

_____. *O Sacy*.

Amando CAIUBY. *Sapezaes e Tiguéras*.

Paulo SETUBAL. *Alma Cabocla*. 2ª ed

Cornélio PIRES. *Scenas e Paizagens de Minha Terra*.

Affonso de FREITAS. *Tradições e Reminiscencias Paulistas*.

Visconde de TAUNAY. *Dias de Guerra e de Sertão*.

Waldomiro SILVEIRA. *Os Caboclos*.

Hugo de Carvalho RAMOS. *Tropas e Boiadas*. 2ª ed.

Godofredo RANGEL. *Vida Ociosa*.

Ainda, na mesma lista, obras que, se não têm propriamente uma “cor local”⁷⁵, certamente estão ligadas ao movimento editorial paulista, como Léo VAZ. *O Professor Jeremias*. 4ª ed.; e Hilário TACITO (Toledo MALTA). *Madame Pommery*; e outras dedicadas a estudos literários: Arthur MOTTA. *Livros e Vultos*; João Pinto da SILVA. *Physionomia de Novos* e Fabio LUZ. *A Paizagem no Conto, na Novella e no Romance*.

Pelos títulos desta amostragem, é possível vislumbrar um dos sentidos destas publicações – o reforço de uma identidade cabocla, caipira ou simplesmente paulista. Não é possível deixar de lado seu sentido comercial, já que estas listas e catálogos, impressos em livros e revistas da época, estavam normalmente fornidas de colunas com o valor das obras, em geral com duas cifras, para livros encadernados e brochuras. Mas isto pode ser ao menos relativizado ao se dizer que o sentido comercial era *um* dos motivos que moviam essas editoras. A respeito, é importante notar que essas produções não eram as mais rendosas do ponto de vista econômico - em 1921, o preço médio das obras encadernadas da editora de Lobato era cerca de 5\$000, a brochura de menor valor 2\$000 (*figura 3*), ao passo que *Estudos de Direito Comercial* e *Manual do Comerciante*, publicadas no mesmo ano pela Sociedade Editora Olegario Ribeiro custavam respectivamente 10\$000 e 8\$000 (*cf. Figura 2*). Essa mesma editora vendia *Os Negros*, do prestigiado Monteiro Lobato, a 1\$000.

75 “Cor local” era um dos qualificativos então usados na avaliação da literatura. Por exemplo, em seu livro *Scenas e paizagens da Minha Terra (Musa Caipira)* (São Paulo: Monteiro Lobato & Cia Editores, 1921), Cornélio Pires reproduz uma carta de Silvio Romero na qual se lê o trecho: “Apreciei imensamente o chiste, a cor local, a graça, a espontaneidade de suas produções, que, além do seu valor intrínseco, são um ótimo documento para o estudo dos *brasileirismos* da nossa linguagem”. Cf. *Ibid.*, p. 2. Grifo do autor.

É fato que o preço baixo dessas obras literárias podia ser compensado pela quantidade de suas tiragens, mas, lembremos, justamente estas não eram as maiores, mas as obras de direito, comércio, medicina, etc, que, ao menos neste caso, também eram as mais caras. Ainda assim, seria possível dizer que essas editoras apenas se beneficiavam de uma reserva de mercado; se isto não é incorreto, pode ser matizado quando se recorda a frase de Brenno Ferraz, quando afirmava estar São Paulo criando seu público.

Do ponto de vista estritamente comercial, talvez fosse mais interessante e menos arriscado explorar o público já existente – os livros voltados para as profissões e a atividade pedagógica⁷⁶ – o que, aliás, não deixam de fazer. Portanto, o incentivo econômico por certo que existia, mas ele, no caso específico destas editoras, não determinava unilateralmente as escolhas das obras a serem editadas.

Essas editoras se beneficiavam ao mesmo tempo em que reforçavam o interesse coletivo por produções “regionalistas”, as quais passam a ser entendidas como parte do esforço para a construção nacional:

Nossos escritores regionalistas são os obreiros da história social do Brasil, e uma boa novela de costumes nos pinta melhor do que uma memória histórica [...].⁷⁷ Cada um de nossos Estados se pinte nos seus aspectos e nos seus costumes que com isso não trabalhará para o nosso desmembramento espiritual, ao contrário, reunirá materiais para que o filósofo induza e condense em fórmulas sociais ou em símbolos estéticos a psique real do nosso povo.⁷⁸

Essas editoras, portanto, passam a gozar de um gradativo poder simbólico, que reforçava a “política de São Paulo” e era também reforçada por ela. Do mesmo modo se reforçavam mutuamente, imprensa e editoras, não sendo à toa que a editora de maior prestígio no período – a Monteiro Lobato & Companhia Editorial – tivesse uma de suas pernas na também prestigiada *Revista do Brasil* – aliás, como parece ser também o caso de, ao menos, mais uma casa editorial, a *Sociedade Editora Olegario Riberio*, ligada à revista *A Novella Semanal*, editada no ano de 1921 (cf. *figuras 2, 3, 4 e 5*).

Neste contexto, começa a surgir a ideia de que haveria uma escola literária paulista em elaboração:

O movimento intelectual da Pauliceia é, com efeito, o que, na hora atual, mais eloquentemente demonstra a

76 A respeito, o próprio Monteiro Lobato se queixava que ficava para o editor Francisco Alves a carne (os livros didáticos) e para ele o osso (os livros de literatura), querendo dizer que o segmento literário não era uma atividade lucrativa. Cf. LOBATO, Monteiro. *A Barca de Greyre...* Cit.

77 SALLES, Antonio. “Regionalismo”. In *Revista do Brasil*. Cit., p. 105.

78 *Ibid.*, p. 104.

promissora retificação do raio de nossa visão artística e política. Aos poucos, afinal, vai ela deixando de ser dispersivamente cosmopolita, para se aplicar, com inegável proveito, ao estudo, por enquanto algo superficial, mas já brilhante e ponderado, da nossa gente e da nossa terra.⁷⁹

A citação acima faz parte do capítulo em que João Pinto da Silva se esforça para responder se haveria uma escola literária paulista. Este livro foi publicado em 1922 que, como temos visto, foi um momento de intenso debate a respeito do lugar de São Paulo na nação. Seu autor era gaúcho, o que dá uma ideia de força que o estado vinha revelando na área cultural, transbordando suas fronteiras. Ainda sobre a “escola paulista”⁸⁰, Pinto da Silva afirma:

[...] os prosadores de São Paulo são quase todos nacionalistas, mas nacionalistas no bom sentido, entenda-se, visam a interpretar aspectos da nossa literatura e da nossa natureza, oferecendo a chave, nem sempre aceitável, para alguns dos nossos enigmas psicológicos e alvitrantes, simultaneamente, soluções para certos problemas econômicos e mentais do Brasil, em geral, ou, em particular, do Estado.⁸¹

Ora, podemos então supor que, em 1922, São Paulo estava em meio a um processo de construção de uma “escola literária” assentada – não sobre o modernismo – mas sobre uma estética regionalista, que buscava retratar temas, paisagens, linguagens, costumes, história, tipos, do interior caipira, caboclo, sertanejo, paulista, ou simplesmente nacional. Agora o que passa a unir este conjunto distinto de escritores era sua vinculação temático local. Busca-se, a partir de então, relacionar autores com propostas distintas, mas que teriam aquela preocupação comum, como é o caso desta resenha sobre *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral:

[...] *O Dialeto Caipira*, aparecido quase ao mesmo tempo que *Populações Meridionais*, de Oliveira Vianna, coloca-se ao lado deste, completando-se ambos. Ao estudo histórico-social das nossas populações, trouxe a inapreciável contribuição filosófica, portadora de esclarecimentos também históricos e sociais. [...] Quem pretenda escrever com arte e vida, com expressão e vigor, há de agora, compulsando os mestres, cotejá-los com esse grande mestre rústico que é o povo, de quem nos é dado o código verbal.⁸²

Neste mesmo sentido, em seu *Poesia da Viola*, Amadeu Amaral escrevia:

Quase nada existe nesta ordem de estudos [de folclore]. Só ultimamente apareceram algumas contribuições, muito valiosas, mas indiretas, através de artigos e contos de Cornelio Pires, Monteiro Lobato, Valdomiro Silveira, Leoncio de Oliveira, assim como através dos versos do mesmo Cornelio Pires e de Paulo Setúbal.⁸³

79 SILVA, João Pinto da. Op. cit. p. 180.

80 Ao assunto, esta obra de João Pinto da Silva dedica todo um capítulo intitulado “Escola paulista?”, pelo qual afirma que os escritores de São Paulo formavam um movimento coeso, por isso constituindo uma escola literária. Cf. Ibid.

81 Ibid., p. 179.

82 *A Novella Semanal*. Cit., p. 20.

83 AMARAL, Amadeu. *A Poesia da Viola: folclore paulista*. São Paulo: Typ. Soc. Edit. Olegario Riberio, 1921, p. 13

Esses escritores passam a ser vistos como um conjunto, já emergindo a consciência de que formavam, como já disse João Pinto da Silva, um “movimento intelectual”, mas, adverte Amadeu Amaral, era ainda um processo incipiente. Não obstante, esse deveria ser o caminho obrigatório a seguir, já que fiel a “essência” nacional: “[...] essas tradições [rurais] são a melhor (sic) porção do protoplasma espiritual em que se modela a consciência do povo; porque são partículas sagradas da própria essência da nacionalidade, da alma da Pátria”⁸⁴.

Por isso, volta-se para o campo, de onde poderia se reconectar à fonte originária da nacionalidade:

O cancionero do campo é muito mais singelo mais original. [...] É a poesia dos tropeiros, dos carreiros, boieiros, dos trabalhadores de roça. É a do fandango, das noites de S. João em roda das fogueiras, dos puchirões e bandeiras, dos responsos e dos pagodes. É a POESIA DA VIOLA. A poesia da viola é a única, em S. Paulo, se possa dizer genuinamente popular. Tem raízes profundas no torrão nativo. É inconfundível.⁸⁵

Afirmção semelhante se lê em Julio de Mesquita, que, ao se posicionar contra uma literatura urbana e cosmopolita, defendia a “literatura sertaneja, nacional nos costumes, nas descrições, no fraseado, espelhando as belezas de nossa vida rústica”⁸⁶.

Tratava-se, portanto, de valorizar a “produção comprometida com o local”⁸⁷. Valorização que vinha de par com a formação de um modelo nacional paulista, ainda em elaboração, ligado à tentativa de constituir de uma “escola” e organizado a partir da atividade literária, editorial e da imprensa. Entretanto, processo que será interrompido e, possivelmente, absorvido pela atividade cosmopolita modernista quando esta começa a ganhar legitimidade⁸⁸.

Quer dizer, em resumo: havia um projeto nacional paulista que, se fazendo uma das respostas possíveis à percepção da malformação nacional, vinha sendo esboçado desde a década de 1910, tomando força nos arredores do centenário da independência. Era um movimento difuso, mas que tinha algumas de suas ações ordenadoras na imprensa e na atividade editorial. A *Revista do Brasil*, *A Novella Semanal*, *O Estado de S. Paulo*, as editoras *Monteiro Lobato & Cia. Editores e Companhia Editora Olegario Riberio* eram órgãos que, em graus variados, davam vazão àquele intento. Tendo na literatura talvez seu braço mais importante, buscavam selecionar, requisitar e legitimar os autores que, ainda que não de modo explícito, fossem adequados àquele fim, mesmo

84 Ibid., pp. 65-66.

85 Ibid., p. 18.

86 Apud LUCA. Op. cit., p. 259.

87 LUCA. Op. cit., p. 265.

88 A respeito, é significativa a análise de Enio Passiani sobre o que entende como disputa, entre Monteiro Lobato e os modernistas, pela hegemonia no campo literário durante a década de 1920. Cf. PASSIANI. Op. cit.

não sendo paulistas de nascimento⁸⁹ – o importante era que fortalecessem o projeto.

Certamente, Monteiro Lobato ocupa aí um lugar específico, em uma dupla ação – editorial e literária – que se conecta ao projeto nacional de cor paulista. Enquanto editor, Lobato fortalece e se beneficia do regionalismo, que tinha sua maior expressão em São Paulo – afinal, era o centro articulador, justamente pela atividade editorial e da imprensa. Enquanto literato, tem sua obra lida a partir deste prisma regional. E é justamente a partir deste local que sua produção será criticada ou valorizada, distorcendo-se, relativando-se ou se ressaltando as posições polêmicas que, por este módulo de leitura, ela continha.

1.3 Monteiro Lobato e o projeto nacional paulista

Pois bem; agora cheguei a conhecer quem era o autor de tão saborosa narrativa. Monteiro Lobato, segundo nota bio-bibliográfica, chega à republica das letras de supetão e por pura casualidade. Obrigado a dirigir a um periódico de São Paulo certo protesto contra o perigoso costume de se incendiar os campos com fins de limpeza, mostra tal acerto na exposição dos quadros campestres, das pessoas e dos costumes, que o bom tino de jornalista coloca a carta em lugar de honra, e a realça com palavras de simpatia e alento, assegurando que aquele senhor *fazendeiro* maneja pena de grande escritor. E como assim era, sem suspeitá-lo seu dono, animado por este primeiro elogio e colocado em campo abastecedor de “Queixas e reclamações”, que tal era o título da secção denunciadora, Monteiro Lobato passa do protesto à composição literária, e, por fim, da fazenda à revista e ao livro.

J. Torrendel. “Da Argentina – Literatura Brasileira”. *Revista do Brasil*. Vol. 21, ano VII, set-dez de 1922, p. 85.

O trecho acima faz parte de um artigo de crítica literária enviado da Argentina para o jornal espanhol *El País*, reproduzido pela *Revista do Brasil* em setembro de 1922. Nele encontramos a versão de que Monteiro Lobato estreara como escritor quando mandara dois artigos a um periódico de São Paulo. Somos levados a crer que sua fonte seja o prefácio da 2ª edição de *Urupês*, no qual,

89 LUCA, Tania de. Op. cit., pp. 271-272.

A NOVELLA SEMANAL 55



Vida literária

A actividade editorial de São Paulo.

Procedendo a um inquerito sobre a industria livreira em São Paulo, chegámos a interessantes conclusões, que foram publicadas pelo «Estado de S. Paulo» e pela «Gazeta de Noticias».

Em resumo, foi o seguinte o movimento editorial desta capital, em 1920 :

Existem em São Paulo cerca de 20 casas editoras, com um capital de 3.500 contos.

As obras editadas por 15 desses estabelecimentos foram em numero de 203, attingindo a sua tiragem o total de 901.000 exemplares, assim discriminados :

	Exem- plares	Obr.
A. O. Rodrigues	25 900	8
Antonio F. de Moraes	32.000	8
Augusto Siqueira & Cia.	156.000	26
C. Teixeira & Cia.	23.500	10
Casa Editora «O Livro»	7.000	5
Companhia Melhoramen- tos	144.700	35
D. Silva	60.000	11
Empresa Editora Brasi- leira	35.100	9
Empresa Editora «Cha- caras e Quintaes»	80.000	8
Livraria Magalhães	100.000	13
Lyceu do Coração de Jesus	24.000	9
Monteiro Lobato & Cia.	56.000	15

Paulo de Azevedo & Cia.	113.000	32
Saraiva & Comp.	3.000	3
Sociedade Editora Ole- gario Ribeiro	41 700	12
Total	901.000	203

Calculado pelo preço de venda o valor das obras produzidas, attingiu a cerca de 2.500 contos.

Pouco mais de dois terços da tiragem total cabe aos livros didacticos. Do terço restante, cerca de 100.000 exemplares representam as edições de livros de literatura, isto é, livros de boa literatura ; os demais comprehendem as edições de livros de direito, medicina, commercio, conhecimentos uteis, literatura de cordel, etc.

A tiragem dos livros didacticos oscilla entre 5.000 a 50.000 exemplares por edição ; as dos livros de direito, medicina e commercio, entre 1.000 a 2.000 exemplares ; as dos livros de boa literatura, entre 1.000 a 4.000 exemplares, sendo excepcional a tiragem de 8.000 alcançada pelo «Urupês», de Monteiro Lobato, e representando duas edições a da «Alma Cabocla» de Paulo Setubal. Os livros de pequeno tomo, como «A Pulseira de Ferro» de Amadeu Amaral, chegam a alcançar tiragens maiores. De obras de agricultura tiram-se de 1.000 até 10.000 exemplares e de livros de literatura de cordel, de 3 000 até 15.000 exemplares.

Se nem todos esses algarismos são lisonjeiros, alguns pelo menos merecem ser registrados com prazer.

Em todos esses numeros não estão contados os pequenos editores, nem as pequenas obras editadas pelos proprios auctores. nem tão pouco as edições feitas em Santos, Campinas e até em cidades menores, como Ribeirão Preto, S. Carlos, Piracicaba, Jahu, Sorocaba, etc. Em Campinas, por exemplo, a livraria Genoud tem feito dezenas de edições de livros infantis, escolares e outros.

Figura 1. Matéria sobre o movimento editorial de São Paulo, publicada em *A Novella Semanal* em 16/03/1921. Embora a maior parte desta produção (os livros de direito, medicina e comércio) dificilmente estaria relacionada a um projeto nacionalista, a simples divulgação destes números já era suficiente para que São Paulo requisitasse um lugar de destaque na produção cultural nacional. Ainda assim, o autor da matéria faz questão de sublinhar escritores paulistas então de prestígio, que poderiam ter seus nomes vinculados ao projeto nacional do estado, como Monteiro Lobato, Paulo Setubal e Amadeu Amaral.

EDIÇÕES DA

Sociedade Editora Olegario Ribeiro

AMADEU AMARAL		F. T. DE SOUZA REIS	
A Pulseira de Ferro (novella)	1\$000	A Divida do Brasil (estudo historico)	4\$000
Um soneto de Bilac (critica)	2\$000	WALDEMAR FERREIRA	
MONTEIRO LOBATO		Manual do Commeciante	8\$000
Os Negros (novella)	1\$000	Estudos de Direito Commercial	10\$000
LÉO VAZ		A Hypotheca Naval no Brasil	3\$000
Ritinha (novella)	No prélo	AUCTORES DIVERSOS	
GUSTAVO BARROSO		O que todo o commeciante precisa saber	
Mula sem cabeça (novella)	No prélo	(10.º milheiro)	2\$000
A. DE SAMPAIO DORIA		Almanach Commercial Brasileiro de 1918	6\$000
O que o cidadão deve saber (10.º milheiro)	3\$000	NICOLAU ATHANASSOF	
		Os Suinos, manual do criador de porcos	
		(2.a edição, 8.º milheiro)	3\$000

OS PEDIDOS DO INTERIOR DEVEM TRAZER MAIS 10 o/o PARA O PORTE

SOCIEDADE EDITORA OLEGARIO RIBEIRO
Rua Dr. Abranches, 43 - Caixa Postal 1172 - SÃO PAULO

Figura 2. Propaganda imprensa na revista *A Novella Semanal*.

EDIÇÕES DA "Revista do Brasil,"

	Broch.	Encad.		Broch.	Encad.
NEGRINHA, contos por Monteiro Lobato	2\$500	3\$500	DIAS DE GUERRA E DE SERTÃO, interessante narrativa pelo Visconde de Taunay	4\$000	5\$000
URUPÉS, contos por Monteiro Lobato, 6.a edição	4\$000	5\$000	MADAME POMMERY, romance satyrico, por Hilario Tacito	4\$000	—
CIDADES MORTAS, contos por Monteiro Lobato, 2.a edição	4\$000	5\$000	BRASIL COM S OU COM Z, por F. Assis Cintra	3\$000	—
IDÉAS DE JÉCA TATÚ, critica por Monteiro Lobato, 2.a edição	4\$000	5\$000	VIDA OCIOSA, romance por Godofredo Rangel	4\$000	5\$000
NARIZINHO ARREBITADO, livro de historias para crianças, por Monteiro Lobato		3\$500	OS CABOCLOS, contos por Valdomiro Silveira	4\$000	5\$000
POPULAÇÕES MERIDIONAES DO BRASIL, estudo de sociologia por F. J. Oliveira Vianna	8\$000	10\$000	HISTORIAS DA NOSSA HISTORIA, por Viriato Corrêa	3\$500	4\$500
PROFESSOR JEREMIAS, por Léo Vaz, 3.a edição	4\$000	5\$000	ESPHINGES, versos de Francisca Julia	5\$000	—
VIDA E MORTE DE GONZAGA DE SÁ, romance por Lima Barreto	2\$000	—	SCENAS E PAISAGENS DA MINHA TERRA, versos caipiras de Cornelio Pires	5\$000	—
LIVRO DE HORAS DE SOROR DOLOROSA, poesias por Guilherme de Almeida	5\$000	—	CASA DE MARIBONDO, contos, João do Norte	3\$000	—
ALMA CABOCLA, versos de Paulo Setubal, 2.a edição	3\$000	4\$000	PAIZ DE OURO E ESMERALDA, romance, J. A. Nogueira	4\$000	—
			PEDIDOS PARA O INTERIOR, MAIS 10 o/o PARA O PORTE		

Pedidos aos Editores: Monteiro Lobato & C., Caixa 2-A - S. PAULO

Figura 3. Propaganda das publicações da Monteiro Lobato & Cia. Editores, impressa na revista *A Novella Semanal*. Note-se como a marca *Revista do Brasil* era usada para doar legitimidade às publicações da editora, reforçando seu projeto por esta revista. Ainda é importante atentar para a possibilidade de a *Revista do Brasil* e *A Novella Semanal* terem leitores em comum, o que devia ter sido levado em conta para a publicação desta propaganda. É um dado importante já que reforça a hipótese de um projeto editorial paulista comum, vinculado à produção literária.

BREVEMENTE: "A NOVA PLEIADE"

COLLECÇÃO de pequenos livros de versos a se publicar sob a direcção de Amadeu Amaral (da Academia Brasileira) e destinada a vulgarizar as obras dos poetas novos de grande merecimento, ainda pouco conhecidos do publico.

CADA volume, caprichosamente confeccionado, impresso a duas cores em excelente papel, com artisticos ornatos e solidamente encadernado, será vendido a 2\$500.

Na NOVA PLEIADE somente serão publicadas obras de verdadeiro valor.



Iniciaremos a collecção com o primoroso livro **MANHA** do poeta paulista **Graccho Silveira**

SOCIEDADE EDITORA OLEGARIO RIBEIRO — Rua Dr. Abranches, 43 — Caixa, 1172 — S. Paulo

OC. EDITORA OLEGARIO RIBEIRO - R. D^{AS} ABRANCHES, 43 - S. PAULO

Figura 4. Esta chamada constava em todas as capas da revista *A Novella Semanal*.

As editoras utilizavam a imprensa para criar um público para suas publicações, ao mesmo tempo em que se legitimavam através destas propagandas e resenhas de seus livros.

Algumas edições de Monteiro Lobato & Cia.
Editores — S. PAULO

PHYSIONOMIA DE NOVOS, critica litteraria por João Pinto da Silva, o notavel critico rio-grandense	4\$000	5\$000
COMO SE APRENDE A LINGUA, por Sampaio Dória, ex-Director Geral da Instrução Publica de S. Paulo, obra didactica de grande utilidade, adoptada neste Estado. — (Cart.)		3\$000
SCIENCIAS PHYSICAS E NATURAES — HYGIENE, por Miguel Milano, compendio indispensavel aos escolares, adoptado em S. Paulo. — (Cart.)		3\$500
HYGIENE VETERINARIA DO CAVALLO E DO BOI, por Antonio Souza, medico veterinario do exercito, obra de grande utilidade aos fazendeiros e criadores	4\$000	5\$000
O IMPOSTO DO SELLO, trabalho de J. Amaral Gurgel, indispensavel, como guia, a todos os commerciantes, industriaes, advogados, funcionarios do foro e juizes	8\$000	10\$000
CODIGO COMMERCIAL BRASILEIRO, tal como está em vigor actualmente, pelo dr. Olovis Ribeiro, director da Revista de Commercio e Industria; obra de innegavel valor, acompanhada de explicações detalhadas e de longo vocabulário. — (Cart.)		5\$000

COLLECÇÃO BRASILIA, destinada a vulgarizar as melhores produções nacionais, por preço ao alcance de todos. Já sahiram os seguintes volumes:

- I - *URUPÊS*, por Monteiro Lobato
- II - *A RENEGADA*, audacioso romance realista de Carlos Dias Fernandes, notavel escriptor paralybauo.
- III - *CIDADES MORTAS*, contos por Monteiro Lobato.
- IV - *SENHORA DE ENGENHO*, romance de Mario Sette, da Academia Pernambucana de Letras, 3.a edição.
- V - *CONTOS ATROZES*, por Gabriel Marques, um romantico moderno.
- VI - *OS CANGACEIROS*, romance do banditismo do norte por Carlos Dias Fernandes.
- VII - *OS CONDEMNADOS*, contos de S. Marques.
- VIII - *O BANDIDO DO RIO DAS MORTES*, romance de Bernardo Guimarães.
- IX - *NEGRINHA*, contos de Monteiro Lobato.

A 1\$500 O VOLUME

BIBLIOTHECA DA BAINHA MAR, collecção de volumes de pequeno formato, destinados a figurar no cestinho de costura das moças:

- I - *A VERANISTA*, romance de Abel Jurema, pseudonymo de illustre senhora carioca.
- II - *A CASA DO GATO CINZENTO*, contos de Roberto Uhart.
- III - *QUEM VE A TUA...*, contos dialogados de Manoel Seta.

A 2\$000 O VOLUME

Figura 5. Contra-capa de Hugo de Carvalho RAMOS. *Tropas e Boiadas*. 2ª ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922. Na legenda, abaixo do meio da folha: "Collecção Brasilia, destinada a vulgarizar as melhores produções nacionais, por preço ao alcance de todos."

ainda de 1918, Lobato relatara a história⁹⁰.

Ora, é bem sabido, já na biografia de Edgard Cavalheiro, não ser verdade que Monteiro Lobato se tornara escritor por acaso, ao enviar tais artigos para *O Estado de S. Paulo*; tampouco estreara nesta ocasião. Lobato escrevia, publicava e recebia pelos seus trabalhos muito antes daquele ano de 1914. O que a data realmente significava era a entrada de Lobato para o círculo de escritores e intelectuais do grupo de Júlio de Mesquita, o que certamente representava muito em termos das condições de profissionalização como escritor naqueles tempos em que a autonomia do campo intelectual era precária. Mas, mais ainda, em 1918, e novamente em setembro de 1922, no centenário da independência, o autor buscava explicitar sua vinculação a este grupo de intelectuais⁹¹ que vinha afirmando o lugar de São Paulo como portador de um projeto nacional⁹².

O Lobato escritor, a *Revista do Brasil*, a editora que nasce desta revista e seu projeto editorial estavam vinculados àquele esforço de construção coletiva a que se referia Brenno Ferraz. Este é o lugar específico que ocupam Monteiro Lobato e sua produção entre 1914/1918 e 1925, fornecendo o sentido imediato de seus textos. Em alguns momentos, esta vinculação do escritor se torna mais explícita. Em 1921, em artigo significativamente nomeado “O direito de secessão”, Monteiro Lobato escrevia:

Dentro dum mesmo Estado, sobretudo nos de grande extensão territorial, vemos províncias tomarem rumo tão diverso do resto do país, distanciarem-se dele econômica, financeiro e mentalmente em proporções tais que uma situação patológica se origina de evidente desequilíbrio social. Os interesses dessas províncias deixam de coincidir com os interesses gerais do país, a diferenciação cria antagonismos violentos, colidentes, exasperastes, e tais que a permanência dela na associação resulta em penosa asfixia da sua vitalidade.

Um dilema impõe-se: ou *essa província assume decisiva preponderância no governo do país, de modo a fazê-lo instrumento do seu progresso particular; quer dizer, conquista a hegemonia política necessária à conservação da hegemonia econômica já adquirida, ou separa-se, usando do direito de secessão.*⁹³

90 O citado trecho do texto do prefácio da 2ª edição de *Urupês* é o seguinte: “Foi assim o caso. Em 1914, nos primeiros meses da guerra, o autor não passava de humilde lavrador, incrustado na serra da Mantiqueira. Terrível ano de seca foi aquele! O fogo lavrou durante dois meses a fio, com fúria infernal. [...] Impossibilitado de agir contra eles [os caboclos incendiários] por meio da justiça, o pobre fazendeiro limitou-se a 'tocar' alguns que eram seus agregados e... a 'vir pela imprensa'. Escreveu e mandou para as 'Queixas e Reclamações' d'*O Estado de S. Paulo*, a tal catilinária mãe dos *Urupês*. Esse jornal, publicando-a fora da seção de queixas, estimulou o fazendeiro a reincidir. Reincidiu. E quando deu acordo de si, virara o que os noticiaristas gravemente chamam um 'homem de letras'. Ora aí está como as coisas se arrumam, e como, por obra e graça de meia dúzia de Neros de pé-no-chão, entra a correr mundo mais um livro.” Cf. LOBATO, Monteiro. *Urupês – outros contos e coisas* (“Edição *Ônibus*”). São Paulo Rio de Janeiro – Bahia – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943, pp.118-119.

91 Lembremos que Lobato era então proprietário e diretor da revista, e tinha portanto poder para intervir nela. Alguns meses depois, em fevereiro de 1923, escreve Monteiro Lobato: “Crítica... Conheces a de Torrendall? Segue. Se valer a pena, traduz-a para a *Revista [do Brasil]*. Ou a *Revista* já deu isto?” LOBATO, Monteiro. *A Barca de Greyre...* cit. p. 317.

92 Cf. LUCA, Tania de . Op. cit., p. 288 e MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 90-96.

93 LOBATO. *A Onda Verde*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1921, p. 201.

Posteriormente, comentando este artigo, Lobato afirma:

São Paulo é um pequeno país, capaz de viver por si mesmo, bastando-se a si próprio em tudo. Mato Grosso, que fica atrás, não passa de uma dependência de São Paulo, espécie de fundo de quintal. [...] Mas é isso mesmo. Pelas suas realizações na agricultura e na indústria, São Paulo é uma pequena nação que se basta a si mesma.⁹⁴

Daí que não seja surpreendente que a carreira literária, intelectual e empresarial do autor – entre 1914 e 1925, quando abre falência a Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato – esteja proporcionalmente relacionada a sua capacidade de provisão de símbolos de uma identidade cabocla ou caipira – elementos para a elaboração de uma nacionalidade que teria seu eixo em São Paulo. Em praticamente todas as suas obras do período – *O Saci Pererê: Resultado de um inquérito* (1918), *Urupês* (1918), *Idéias de Jeca Tatu* (1919), *Problema Vital* (1919), *Cidades Mortas – contos* (1919), *Negrinha* (1920), *A Onda Verde – jornalismo* (1920), *O Macaco que se Fez Homem* (1923) - é possível perceber a intenção de retratar temas, paisagens e personagens do interior, ao mesmo tempo em que é esboçada, nestes escritos, uma avaliação dos limites desses elementos para a constituição da identidade e projeto nacionais – o que constitui a tensão básica do período. Essas obras de Lobato compõem, assim, uma dupla leitura. Mas o esforço de construção deste projeto nacional paulista tratava de matizar os elementos problematizadores, valorizando os aspectos que otimizavam o projeto. Tratava-se claramente de forjar essa nacionalidade com centro em São Paulo. Resta saber até que ponto a especificidade do texto lobatiano respondia a este compromisso social mais imediato do autor.

94 LOBATO. *Prefácios e Entrevistas*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 229. Em seguida o autor afirma que sua estadia nos EUA mudara sua concepção sobre a necessidade de autonomia de São Paulo.

Capítulo 2

O ciclo literário de Urupês: o projeto literário de Monteiro Lobato (1918-1925)

O presente capítulo procura investigar a produção lobatiana aqui denominada *ciclo literário de Urupês*. Tendo em vista o compromisso do autor com a questão nacional, busca-se desvendar os mecanismos internos de sua composição literária verificando de que modo podem ser relacionados ao problema nacional. A partir daí, se constrói a hipótese conducente à afirmação de que, do ponto de vista formal, essa literatura escapa ao nacionalismo paulista a que esteve vinculada de modo *imediato*. Lobato concebe um *modo de formar trágico* que se faz elaboração, no âmbito literário, da malformação nacional, explicitando, em um contexto de questionamento sobre a viabilidade do país, as impossibilidades da nação. Este modo de formar é peculiar ao autor, podendo ser definido como uma gramática não-modernista.

2.1 Monteiro Lobato, crítico literário.

Desdobrar os conteúdos de algo que possa se chamar a crítica literária de um autor, investigando os ingredientes do que ele considera necessário à boa literatura, pode ser um caminho interessante para desvendar os velados e não raro inconscientes mecanismos internos de produção de sua própria escrita. Vejamos o caso de Monteiro Lobato.

Jeronymo de Souza, prefaciador de *Críticas e outras notas*, volume que reúne textos de Lobato sobre assuntos diversos, especialmente sobre literatura, acusa à falta de tempo o afastamento do escritor da “crítica” (literária), limitando-se, então, apenas à “notícia do livro”. Isto seria devido às múltiplas atividades elencadas pelo prefaciador – após a mudança para São Paulo, a compra e direção da *Revista do Brasil*, a organização da casa editora Monteiro Lobato & Cia. e a inserção no movimento livreiro, sem contar sua atividade de escritor. Mas, justamente movido por estes ofícios, ele mantinha, na *Revista do Brasil*, as seções “Bibliografia” e “Movimento artístico”, pelas quais dava a público suas considerações sobre literatura⁹⁵. Portanto, com relação a uma crítica

⁹⁵ Segue o trecho em questão: “Não foi propriamente Monteiro Lobato um crítico literário ou mesmo crítico de arte, como o entendemos hoje. Com múltiplas obrigações, depois que se instalou em São Paulo (novembro de 1917) – aquisição da “Revista do Brasil”, montagem da casa editora, envolvimento com o movimento livreiro – matinha as seções “Bibliografia” e “Movimento artístico” da “Revista”, examinando, de relance, livros de sua editora e de outras procedências ou sobre pintores e escultores. Não dispunha de tempo para fazer crítica, mas exercia, com seu

literária lobatiana, haveria por parte do escritor afastamento e necessidade. O primeiro caso se, como faz Jeronymo de Souza, considerarmos essa produção de Lobato apenas como notas, “notícia do livro”, sem mais valor que um simples texto informativo. Mas, pelo lado da necessidade: justamente é o lugar que Monteiro Lobato ocupa a partir daqueles atividades – uma posição de destaque não apenas como produtor cultural, mas, igualmente, produtor do campo cultural – que faz com que aqueles textos não se resumam a meras notas, mas forneçam um conjunto de avaliações que vão além do livro tratado, resultando em um programa de literatura nacional, por sua vez vinculado a um programa nacionalista, isso tudo apesar da extensão modesta destes escritos.

Sobre o Monteiro Lobato “crítico de arte”, Tadeu Chiarelli afirma que o autor exercia em São Paulo o que conceitua como “crítica de arte militante”, diferente da “crítica de arte de serviço”. Enquanto esta se limitava a tecer artigos de informação, opinativos e pedagógicos⁹⁶, a “crítica de arte militante” produzia “textos onde se percebe o desejo de intervir decididamente na cena artístico-cultural, propondo sua transformação, sempre a partir de um parâmetro ético, estranho à especificidade artística – no caso, o forte nacionalismo”⁹⁷.

Portanto, de certa forma, pode-se dizer que Chiarelli transcreve em espelho a avaliação de Jeronymo de Souza. Supomos que para aquele pesquisador, a “notícia do livro, do quadro ou da escultura” seria papel da “crítica de arte de serviço”, estando Lobato além dela. Também em sua crítica literária, à primeira vista, Lobato parece ser guiado por um parâmetro estranho à estética. É certo, portanto, que o conteúdo daquilo que Tadeu Chiarelli, referindo-se às artes plásticas, chamou de “crítica de arte militante” – a preponderância do elemento ético-nacionalista – é igualmente notado nas críticas literárias enfeixadas na obra citada. Nossa intenção é, então, a partir destes textos, e antes de adentrar na produção literária de Monteiro Lobato, tentar abordar rapidamente as questões e parâmetros que surgem para o escritor a partir de suas reflexões sobre a produção literária, neste período entre fins de 1910 e primeira metade de 1920.

No período, a avaliação mais panorâmica de Lobato sobre a literatura encontra-se no texto “Visão geral da literatura brasileira”⁹⁸, publicado em 1921 na edição nº 12 da revista *A Novella Semanal* – dirigida por Brenno Ferraz do Amaral, também colaborador da *Revista do Brasil* e autor

brilhantismo, aquele primeiro passo que abre caminho à crítica – a “notícia” do livro, do quadro ou da escultura – a primeira conversa com o público sobre a obra de arte, o “review” dos ingleses e norte-americanos”. SOUZA, Jeronymo de. “Prefácio”. In LOBATO, Monteiro. *Crítica e outras notas*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, pp. XI-XII.

96 CHIARELLI. Op. cit., p. 70.

97 Idem.

98 LOBATO, Monteiro. *Críticas e outras notas*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

de *Cidades Vivas*, pela editora de Lobato. Ao que parece, esse artigo foi originalmente concebido para figurar em uma publicação argentina, daí a comparação entre a literatura do país platense e do Brasil, a visão panorâmica sobre a literatura deste e o tom de apresentação inicial de autores por demais conhecidos no país. Porém, quando deslocado para *A Novella Semanal*, o texto muda de função, deixando de ser uma visão sobre a literatura brasileira destinada ao público estrangeiro, passando a compor os módulos de construção de um projeto nacionalista, justamente aquele que a revista citada corrobora. Neste sentido, é significativo o texto imediatamente anterior, que divide a página com “Visão geral da literatura brasileira”.

De autor anônimo – possivelmente o próprio Brenno Ferraz –, intitulado “Vida literária”, este texto, antes de abordar o estudo do escritor paulista Amadeu Amaral sobre Castro Alves, dizia:

Não há duvida que a vida literaria se movimenta em São Paulo. Surgem até, por estas bemdictas plagas de Piquerooby, poetas de legitimo cunho futurista e prosadores de não menos accentuado character cubista. É o supra-summo da super-cultura. [...] Pois não é que o ultimo rebento da cultura européa, o mais novo, o mais recente representante da poesia franceza se apresta a vir ver-nos?⁹⁹

Consequentemente, descontado o tom irônico humorístico deste texto (“surgem até”) em relação à presença de elementos futurista, cubista e francês – coerente, aliás, com o tipo de orientação nacionalista do veículo –, é dentro deste esforço de construir uma literatura nacional a partir da contribuição de São Paulo, no que esta revista toma parte, que o texto de Lobato deveria ser localizado, isto mesmo apesar de o tom localista neste estar mais sutil.

O mote inicial do texto de Lobato – ao qual ele procura disfarçadamente responder – está na pergunta que também teria sido feita na Argentina e que, conforme o autor, recebera lá uma resposta negativa: “temos uma literatura”, seria lógico completar, *nacional*? Tanto na Argentina como no Brasil o desafio seria construir uma literatura autônoma, que, superando padrões e obstáculos estético-linguísticos da metrópole, respondesse à “diferenciação” da “vida social”. Evitando responder enfaticamente à questão “temos uma literatura nacional”, Monteiro Lobato se limita a indicar a existência de Euclides da Cunha, que teria com *Os Sertões* lançado uma “lição”, que “frutifica já”. É uma resposta ambígua, que balança entre o já e o ainda não. Indica, assim, um processo em desenvolvimento, mas, é de supor, considerado em estágio avançado; indica igualmente – ao contrário, conforme Lobato, da resposta de Mitre na Argentina – uma curiosa visão otimista. Logo, o procedimento de construção do texto intensifica o “já” e relativiza o “ainda não”.

Voltando ao artigo “Vida literária”, é interessante que a primeira frase deste

99 *A Novella Semanal*. São Paulo, n. 12, 1921, p. 198.

coincidentalmente responde, de modo enfático, à pergunta que será feita (e à resposta que será dada) de modo sutil e ligeiramente ambíguo na composição que lhe seguirá: “Não há dúvida que a vida literária se movimenta em São Paulo”. Poderíamos supor que aquele texto está, por um lado, preparando uma determinada leitura do artigo de Lobato – uma leitura centrada em São Paulo -, e, por outro, se aproveitando da potente voz deste autor para se legitimar e deixar seu recado – sintetizado nesta frase inicial. Portanto, à estratégia de construção do escrito de Lobato se soma a estratégia de organização do editor da revista – Brenno Ferraz do Amaral -, reposicionando o significado deste texto (a estratégia é a seguinte: “Vida literária” não traz assinatura, aborda o mesmo assunto, tem o mesmo tipo de caracteres do artigo subsequente, divide página com este e, com exceção do título, quase não há elementos de segmentação entre os dois artigos; isso é suficiente para gerar dúvida no leitor a respeito da autoria da primeira composição). Deste modo, este texto quer explicitar o que está implícito no escrito de Lobato, o movimento de resposta à pergunta “temos uma literatura?”. Mas igualmente, apesar do tom enfático (“não há dúvida”) que tenta quebrar o relativismo do texto posterior, substitui o ansiado “temos” por “se movimenta”. Não há uma resposta direta (“temos uma literatura”) mas uma resposta indireta (“a literatura se movimenta em São Paulo”). Neste sentido, apesar de diferença de tom, estão presentes o mesmo *já* e *ainda não* da composição lobatiana, indicando um processo em andamento (“se movimenta”). A diferença é que explicita também o que no artigo de Lobato está implícito, ou seja, as condições de possibilidade desta literatura: São Paulo, como tutor, como padrão, como modelo para uma literatura nacional, e/ou, no limite, impossibilidade de uma literatura nacional sintética, e então o local como refúgio. Obviamente, tudo isto está apenas sugerido neste texto.

Entretanto, seria de se perguntar se a vinculação *imediate* do texto lobatiano a este projeto nacional teria correspondência no nível de sua organização mais profunda, que dizer, naquele nível onde elementos formais e conteúdos temáticos se entrelaçam para constituir um *modo de formar* específico, inclusive em possível conflito com uma leitura mais imediata. Assim, seria interessante examinar o que Lobato considera modular em Euclides da Cunha.

A respeito do autor d'*Os Sertões*, escreve:

Euclides da Cunha não é português, nem francês, nem parnasiano, nem psicologista, nem satélite de astro algum. É uma fortíssima personalidade que soube ver e teve o valor de contar o que viu. Abaixou-se até o solo e examinou a terra; depois examinou o homem ao natural, e passou à tragédia deste homem em relação à terra. Habitados a uma mentira convencional que a literatura vinha perpetrando, penetrou fundamente essa estranha e personalíssima maneira de encarar os homens e as coisas de seu país. E de seu livro, pleno de fulgurações de um genial impressionismo, surgiu algo novo, algo como uma diretriz fecunda que vai dar brilho a nossas futuras letras. O livro de Euclides disse:

- Sigam-me. Apalpem a terra, auscultem-na, vejam como os homens estão determinados por ella. E façam arte

que seja a propria terra e o proprio homem, seu filho, vistos pelo nosso personalissimo temperamento. Só assim interessareis o paiz, sereis lidos e realizareis nelle a sagrada funcção que há de exercer o artista.”¹⁰⁰

O texto está fundado por uma série de oposições, tantos explícitas quanto as implícitas: “personalidade” x “satélite”; nacional x estrangeiro; “novo” x velho; “ver”/“examinar” x “mentira”/imaginação; real x ilusão; “homem” x “terra”. É interessante que, em trecho subsequente, aparecerá a oposição “verdade” x “beleza” (“arte é verdade. [...] toda a preocupação de beleza é nociva á arte.”). Logo, o texto literário seria portador de uma “verdade”, que não se subordinaria a uma estética superficial (“beleza”), ao contrário, a condicionaria. Dentro do modelo lobatiano, essa “verdade” estaria determinada por um elemento de maior valor, o “nacional”.

Parece haver a vontade de que o parâmetro nacionalista funde um sistema de valor, de modo a hierarquizar aquelas oposições, indicando uma possibilidade de escolha, no fundo uma viabilidade nacional: “personalidade” (identidade) contra “satélite” (dependência cultural), nacional contra o estrangeiro. Mas mesmo este parâmetro parece estar debilitado, não sendo capaz de resolver a série de conflitos internos - “homem” contra “terra”, e, em outros textos, local contra nacional, campo contra cidade – o que acaba por reinstaurar a relação conflituosa, que o autor ali denomina como “tragédia” e “determinação”. Em resumo, está esboçada uma relação conflituosa constitutiva que aponta para uma relativa impossibilidade de desparadoxização no interior das séries de oposições, indicando possíveis limites do parâmetro nacionalista. É isto que, em seus termos, Monteiro Lobato considera a “diretriz fecunda” de Euclides da Cunha.

Esses seriam os elementos estruturais de construção de uma literatura nacional. Monteiro Lobato está indicando aí um procedimento literário (“estranha e personalíssima *maneira* de encarar”) que resulta em uma “diretriz” (mais à frente do texto, comparando *Facundo* com *Os Sertões*, é enfático: “Não há caminho verdadeiro que ali não esteja indicado, e erra quem dele se aparta”). O esforço de Monteiro Lobato era por encontrar a fórmula de uma autêntica literatura nacional, indicado não apenas os elementos temáticos, mas os procedimentos formais, isto é, o modo de organização daqueles. O paradoxo, expressado como uma espécie de sentimento *trágico* (da vida, do mundo, da nação), se torna importante elemento de (des)organização interna da obra. Por conseguinte, quando Lobato emprega o termo “tragédia”, está apontando, não para um gênero literário, mas para um *modo de formar* que responde ao que era então visto como especificidade nacional, indicando, simultaneamente, uma *forma de pensar*. É, assim, uma fórmula que expõe um modelo de interpretação do Brasil. Por baixo do texto literário está, portanto, um modo de entender o país: o Brasil como paradoxo, a nação como tragédia.

100 Ibid., p. 199.

Seria útil agora resgatar alguns trechos da crítica de Lobato, reunidas em *Crítica e outras notas*, como exemplificação do que aqui se vem afirmando. Reaparece, nesses comentários, o nacionalismo como parâmetro de valor da obra e como elemento interno de sua organização (“verdade” acima do “belo”). Aí expõe-se a convicção de que o tratamento literário da terra, do meio, da paisagem e dos tipos seria suficiente para dar legitimidade à obra, mesmo àquelas que Lobato considera insuficientes do ponto de vista estético, ou, ao contrário, o que para ele é mais grave, às que sofrem daquilo que chama de “preciosismo de estilo”. Lobato repudia a arte pela arte e desenvolve a noção de *utilidade* da obra e do escritor.

Em materia de escriptores, temol-os de duas categorias: a dos necessarios e a dos inuteis. Uns, revelam o paiz a si próprio, bem vendo, bem sentindo e bem reproduzindo os estados d'alma e do corpo da brasileira coisa e da brasileira gente; outros, tomam tempo aos ocupados com uma arte pela arte singularmente pulha. [...] Uns constroem devéras uma literatura: fixação exacta do momento etnico, cosmico e mental.¹⁰¹

No romance [*Senhora de Engenho*, de Mario Sette,] o que estabelece o valor é a criação dos tipos e a sua focalização dentro dum meio típico. [...] [Este é um] romance pernambucano onde paisagens e tipos realçam-se de muita cor local.¹⁰²

Salvante alguns livros de Coelho Neto, de Afrânio Peixoto, de Lima Barreto, de Xavier Marques, Veiga Miranda, Canto e Melo, e um ou outro mais, a grande maioria dos volumes que aí surgem, quando não são obras didáticas, são obras poéticas. Esses dois grandes mananciais literários no Brasil. Afastados, deixam minguidas porcentagem de obras de intenção meramente artística. [...] [A] literatura no Brasil é mero diletantismo, a que só por irresistível pendor natural se entregam sonhadores, os quais mais naturalmente propendem para o verso, propício aos sonhos e fantasias, que para a prosa, mais amiga das realidades.¹⁰³

Ricardo Gonçalves, a mais simpática figura de poeta dos últimos tempos, em nosso país, foi também, de certo, o que mais irmanado andou com o sentimento nacional. [...] O caipira, no livro e no teatro, fazia rir apenas. Ricardo Gonçalves viu mais longe, viu-lhe a alma e nos fez sentir toda a poesia da roça e sua gente. Com sintaxe e versos perfeitos, o caipira que apresenta é, contudo, o mais vivo e verdadeiro.¹⁰⁴

Considerada como um livro de crônicas da vida da roça [*Vida Rústica*] é uma obra aceitável e digna de leitura, apesar do vício que todos notam do preciosismo do estilo.¹⁰⁵

Veiga Miranda, estreando auspiciosamente com *Ressurreição* na arte do romance, reafirma com *Mau Olhado* seus magníficos dotes de pintor das almas e costumes. Como no primeiro, o enredo deste transcorre dentro do quadro agreste da vida roceira. Lê-lo, é ter desdobrada ante os olhos a cinematografia colorida das fazendas abertas no sertão – luta bárbara do homem contra a terra e luta da civilização contra a selvageria.¹⁰⁶

Mau Olhado é, pois, uma preciosa contribuição para o acervo nada rico do romance brasileiro. Tudo ali é genuinamente nacional. Nenhum tipo, como nenhuma cena, entremostra arte alienígena, copiada

101 LOBATO. *A Onda... cit.*, p. 98.

102 LOBATO. *Críticas... cit.*, p. 32.

103 Ibid, pp. 10-11.

104 Ibid. p. 60.

105 Ibid, p. 35

106 Ibid, p. 47.

inconscientemente. Se peca, peca por exuberância. A catadupa de incidentes que o movimentam reflete bem o informe e caótico da nossa natureza indomada, alterando precipícios e monstros com remanços poéticos e beija-flores. [...] É a terra, é o homem, é este caos onde se elabora uma raça, falha já em várias tentativas, mas sempre teimosa, a tatear uma forma estável de equilíbrio.¹⁰⁷

Se repetem aí os termos analisados há pouco em “Visão geral”. Como elementos positivos: revelação do país, “sentimento nacional”, “brasileia coisa” e “brasileia gente”, “tipos”, “meio típico”, “cor local”, “vida da roça”, “caipira”, “fazendas”, enfim, termos próprios do “escritores necessários”. Como elementos negativos: “arte pela arte”, “intenção meramente artística”, “deletantismo”, “preciosismo de estilo”, “exuberancia”, “arte alienígena”, cópia, elementos próprios aos “escritores inúteis”. Aparece igualmente, a percepção trágica do país: caos, luta, informe, desequilíbrio. Repõem-se, portanto, o material temático, o parâmetro nacionalista e o modo de formar trágico suscitados no texto sobre Euclides da Cunha.

Por último, seria conveniente resgatar a imagem que tinha Lobato, nestes escritos, de Machado de Assis, o qual, tratado pelo parâmetro nacionalista lobatiano, vai ocupar uma posição curiosa. Em “Visão geral da literatura brasileira”, escreve:

Machado de Assis chega a nível nunca alcançado. Seus livros formam um colar de obras primas dignas de figurar entre as obras primas da literatura universal. [...] Mas não conseguiu penetrar na alma do povo. A amarga ficção de seu humorismo, a extrema finura de sua psychologia e de seu pensamento o colocaram acima do paiz.

[...] Machado de Assis representa algo extra-Brasil, estrella de um ceu estranho desgarrada no meio do systema estrellar.¹⁰⁸

De forma esquemática, pode-se dizer que Lobato elenca, em “Visão geral...”, três tipos de literato nacional, representados por José de Alencar, Machado de Assis e Euclides de Cunha. Como vimos há pouco, Euclides da Cunha representaria, com *Os Sertões*, o modelo mais acabado de uma literatura nacional. José de Alencar, introduzindo a “cor local” no romance, seria o criador da literatura brasileira, mas teria transigido com as “ideias dominantes”, o que impediria que *renovasse mais*. Machado de Assis, por sua vez, é o grande literato que realiza a obra universal, mas não brasileira, por isso deve estar abaixo de Euclides¹⁰⁹. Machado de Assis não forneceria aquela gramática literária que tentamos apreender na leitura de Lobato sobre o autor de *Os Sertões*. A solução é colocá-lo, então, acima do país, em uma atitude semelhante que fizera com Pedro

107 Ibid. p. 51.

108 *A Novella...* cit. p. 199.

109 Monteiro Lobato, obviamente, não tinha elementos para entender a particularidade de Machado de Assis, tal como demonstrada por Roberto Schwarz ao mostrar que a literatura deste responde à especificidade da periferia, quando elabora um modo de formar coerente à dinâmica social de fins do século XIX. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre ... cit.*

Américo, de quem disse ser “o maior dos pintores brasileiros e o menos brasileiro dos nossos pintores”¹¹⁰. Ao universalismo de Machado, soma-se algo que Lobato deixa escapar de relance na crítica sobre *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto: “Nos livros tão cariocas de Machado de Assis o leitor entrevê desvãos do Rio. Machado, criador de almas, raro curava da paisagem urbana”.

Neste sentido, Machado seria também escritor “carioca”. Para Lobato, o Rio representava pejorativamente o cosmopolitismo e, como capital, a própria República¹¹¹. Com um “povo” sem “senso estético”¹¹², encarnava, além disso, o conflito de matriz euclidiana entre o litoral postiço e o sertão autêntico: “O littoral cada vez mais encurrula o sertão, especializando-se em ineptia á medida que este se especializa em miseria moral e ignorancia. O beco é sem saída. [...] A Republica, feita para o uso e goso de uma mediocracia rapinante, não resolve problemas sociais”¹¹³.

Exatamente por isso, Machado deve ser ou uma “literatura universal” sem mediação do nacionalismo, ou “carioca”, aqui sinônimo de cosmopolitismo. Não representaria, de qualquer forma, a literatura brasileira. Daí não poder se transformar em modelo e ser condenado a tornar-se “estrela” solitária, “desgarrada no meio do sistema estrelar” - o que o empurraria, portanto, para fora do conjunto de escritores nacionais. Por aí se vê como o parâmetro nacionalista de Lobato, não ufanista, crítico e de matiz paulista, comporia os elementos de sua crítica e o modelo da escrita literária desejada – na forma e no tema -, fornecendo, igualmente, uma gramática para a interpretação do Brasil.

2.2 Exceção à rasura do trágico

Parece não ser incorreto dizer que, especialmente a partir do movimento modernista, particularmente com alguns de seus membros, elaborou-se um tipo representação que tem sido eficiente em compor os módulos de uma imaginação nacional. Esta representação se tornou a fonte para a construção identitária da comunidade imaginada reunida sob nome *Brasil* e, como não podia deixar de ser, também pautou as expressões que deviam passar ao largo ou mesmo serem simbolicamente excluídas. Foi eficiente na medida de sua capacidade relativa de abarcar algumas

110 Apud CHIARELLI. Op. cit., p. 147.

111 Veja fragmentos como: “civilização carioca” e “na capital da Republica, nessa cafanaum do Rio de Janeiro.”
LOBATO. *Notas... cit.*, pp. 64; 75.

112 LOBATO. *A Onda... cit.* p. 131.

113 Ibid. p. 141.

das tendências opostas que estariam na base da formação nacional, desde as herdadas de sua posição de colônia até àquelas somadas às características de uma nação que seria, diante do mundo moderno, *sui generis*.

Uma das vantagens dessa representação é que substituía a recorrente promessa de constituição de uma nacionalidade em um futuro indeterminado pela afirmação de uma identidade já presente, embora ainda passível de ser melhor desenvolvida. Alguns críticos a chamaram de *brasilidade modernista*, notando que ela incluía tendências opostas, como a de Mario de Andrade e de Oswald, o primeiro apostando em uma versão elaborada a partir da pesquisa sistemática, o segundo confiando nas tendências intuitivas e inconscientes que estariam presentes em uma espécie de mentalidade coletiva¹¹⁴; nos dois casos, o literato ou o intelectual funciona como o elo entre a nação e sua identidade. De qualquer forma, o modernismo passa então a figurar no país como momento de (re)fundação, e 1922 como marco simbólico. Já fizemos menção ao grupo organizado em torno de Lobato - ou de que ele fazia parte - também interessado na (re)fundação do país, mas em termos distintos. A coincidência não é ocasional. O recorrente comentário de que Monteiro Lobato teria preparado o campo para o grupo modernista - por exemplo, a fala de Oswald quando das comemorações de 25 anos de *Urupês*¹¹⁵ - pode ser considerado, de um modo muito particular, verdadeiro (o que não autoriza a caracterizar Lobato, seu grupo e sua geração de pré-modernista). E não apenas Lobato, mas sua geração e, possivelmente, a geração anterior. O que fornecem, que vinham trabalhando, era uma gramática, um conjunto de elementos imprecisos mas inteligíveis que abriam caminhos para a interpretação nacional e a construção da identidade. Essa gramática brota de uma forma de percepção e um modo de experienciar a história nacional.

Como visto anteriormente, Sergio Buarque reverberava esta experiência intelectual ao definir a formação nacional como um conflito internalizado entre “formas de convívios”, “instituições” e “ideias” provenientes do estrangeiro e o ambiente nacional “desfavorável e hostil”. Sua conclusão sintetizava uma percepção trágica: seríamos “desterrados em nossa terra”¹¹⁶. Do mesmo modo, quinze anos antes dele, Alberto Torres indicava ser resultado da “forma peculiar” das “nações novas” o fato de “jamais constituir-se”, sendo, por isso, seus “fios de tecedura” “dissolventes”¹¹⁷. Vê-se, assim, a persistência de uma percepção nacional trágica.

Esta percepção teria sido desfeita pela estratégia modernista que transformara a “tragédia de

114 Cf. MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

115 Cf. ANDRADE, Oswald de. *Ponta de Lança*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

116 HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit., p. 31.

117 TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 42. A primeira edição é de 1914.

Nabuco” em “moléstia de Nabuco”¹¹⁸. Como disse Roberto Schwarz a respeito da poesia pau-brasil de Oswald de Andrade, tratava-se do “esvaziamento do antagonismo” com “resultado valorizador”: “a suspensão do antagonismo e sua transformação em contraste pitoresco, onde nenhum dos termos é negativo”¹¹⁹. Suspendia-se o caráter problemático das oposições experimentadas como constitutivas do país, substituindo-o por uma esperança de síntese libertadora (*desrecalculada* é o termo de Antonio Candido¹²⁰).

A pretensão universalista desta gramática certamente pode ser questionada. O fato é que ela moldara uma visão que se tornou persistente no modo como a nacionalidade foi, e é, imaginada por amplos setores. Isso não obstante historiadores, sociólogos, etc, possam facilmente demonstrar que se trata de um mito, como são todas as mitologias nacionais e nacionalistas¹²¹.

Eduardo Lourenço, em texto muito sugestivo, chama este procedimento de “rasura do trágico”. Ainda que nas filigranas esta ideia possa ser questionada, é correta como autorrepresentação coletiva e sugestiva para entender o lugar que a chamada literatura adulta de Lobato vai ocupar durante o século XX. Nas palavras de Lourenço,

[...] mesmo quem tenha da literatura brasileira um conhecimento superficial não deixará de ficar impressionado com a presença nela de uma espécie de estratégia (sem dúvida, inconsciente) destinada a contornar os aspectos mais trágicos da condição humana [poderia se completar: da condição nacional]. E, para além deles, a própria ideia do trágico como horizonte espiritual ou visão do mundo [na mesma linha do anterior: visão da nação].¹²²

Mais à frente, completa o autor:

É no nosso século [XX] que a obsessão da *brasilianidade* se converte no objeto supremo da libido escritural do Brasil. Por isso é natural que o momento antitrágico paradigmático da literatura brasileira seja o do modernismo, momento em que toda a vontade de escrita se concentra na reivindicação e exaltação míticas da brasilidade.[...] A estrutura cultural eufórica que caracterizou o modernismo brasileiro [...] vai constituir-se como uma *segunda natureza* do Brasil. [...]

Este novo nascimento do Brasil para si mesmo – embora mítico ou por isso mesmo – condicionará a forma do espírito e da cultura brasileiros, envolvendo na sua pulsão positiva e otimista as visões mais cruas ou dolorosas da vida nacional nos seus aspectos históricos ou individuais.¹²³

118 Cf. o debate entre Carlos Drummond de Andrade e Mario de Andrade in FROTA. Op. cit.

119 SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista” In *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 22.

120 Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 126ss.

121 O que, como escreve Lilia Schwarcz, não significa que não tenha legitimidade. SCHWARZ. “Imaginar é difícil (porém necessário). In ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 10.

122 LOURENÇO, Eduardo. “Da literatura brasileira como rasura do trágico”. In *A Nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 197.

123 Ibid., pp. 200-201.

Assim, não haveria a perspectiva trágica na tradição literária brasileira, já que: “Um destino realmente trágico supõe e implica um máximo de consciência (ou de conscientização) dos obstáculos e das forças que reduzem o indivíduo ou a coletividade ao impasse fatal”¹²⁴.

Essa falta de conscientização seria então a maior marca da *rasura do trágico*.

Vamos reter essa reflexão de Lourenço Filho, especificando que ela representa, do nosso ponto de vista, não a cultura brasileira em toda a sua totalidade, mas uma imagem que dela se fez a partir de movimentos culturais precisos, que lograram imprimir sua identidade constitutiva – seus processos de composição – como a própria identidade nacional.

Neste sentido, Monteiro Lobato ocuparia um não-lugar, porque sua estratégia está em sentido oposto àquilo que caracterizará a cultura e a identidade nacionais no século XX, e ainda no século XXI. Nossa hipótese, abordada anteriormente, propõe que a literatura de Lobato procura justamente intensificar o sentido dos paradoxos (impasses) constitutivos da nacionalidade brasileira. Lobato não contorna os aspectos trágicos da condição nacional, mas os aborda de frente. Por isso, supomos, sua literatura é um texto sobre o estranhamento – estranhamento de uma condição de pertencer simultaneamente a duas ordens distintas (uma especificidade nacional e uma civilização que a quer negar). Igualmente, estranhamento a respeito das séries de paradoxos e oposições constitutivas da formação nacional. Não é acaso a insistência, nestes textos do escritor, dos aspectos sombrios, escuros, estranhos, misteriosos, mortíferos, etc, da existência. À luz do problema nacional eles tomam um sentido bem específico, que o próprio Lobato caracterizava como *trágico* ou *dramático*. A estratégia de Monteiro Lobato é, pois, um desrecale ainda mais radical, explicitando pelo texto literário – no tema e na forma – os sofridos limites da nacionalidade e as (im)possibilidades de sua constituição. Portanto, o *modo de formar trágico* e a *forma trágica de pensar* compõem a especificidade de literatura lobatiana diante *brasilidade eufórica modernista* que, como já referido, ganhou prestígio como imaginação nacional. Por isso, não é de se estranhar que, junto com o trágico, também esta literatura tenha sido rasurada.

124 Ibid., pp. 201-202.

2.3 O ciclo literário de Urupês

A literatura adulta de ficção de Monteiro Lobato vai ocupar pouco tempo da carreira do autor. Se adotarmos 1914 como início de sua carreira literária – como ele queria -, e, como término, sua morte em 1948, serão aproximadamente 34 anos, dos quais somente cerca de nove anos¹²⁵ serão destinados a esta produção – excetuando *O Choque das Raças* e escritos de gênero híbrido, como *Mr Slang e o Brasil* (1926) e *America* (1929). Portanto, toda esta sua literatura está compreendida pelo presente período de análise (1914/1918-1925). É bastante conhecido que a maior parte de sua carreira de ficcionista será destinada ao gênero da literatura infantil (cerca de 28 anos, se tomar-se como referência a 1ª edição de *Narizinho*, de 1920). Por isso, é notável que aquele curto período seja tão significativo para a história intelectual do país.

Do ponto de vista dos aspectos que temos considerado preponderantes na realização literária de Lobato e na sua interpretação do Brasil, é possível pensar aquela produção de ficção, de 1918 – publicação de *Urupês* – a 1923 – publicação de *O Macaco que se Fez Homem*, sua última obra de contos – como um ciclo literário. A primeira data pode ser recuada, pois Lobato já tivera iniciada sua produção literária, já fizera sua entrada no grupo de intelectuais de São Paulo e já gozava de certo reconhecimento por seu papel na *Revista do Brasil*. Porém, o lançamento de *Urupês* corresponde a sua consagração e à consolidação de sua carreira literária. Já as possibilidades de realização deste ciclo parecem estar terminadas entre 1924 e 1925, com o processo de falência da Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato e fechamento da *Revista do Brasil* – precarizando sua base material de intervenção no campo cultural -, o desligamento progressivo do projeto nacional paulista, a aposta em escritos de outros gêneros mais próximos ao “jornalismo”, o investimento no gênero ficcional infantil, e, possivelmente, a relativa derrota nas disputas simbólicas com os modernistas¹²⁶. De qualquer modo, após 1925, Monteiro Lobato não voltará a produzir obras de contos, limitando-se a gerir e reorganizar as produções anteriores, direcionando a sua criatividade de ficcionista para outros gêneros. É certo, porém, que a natureza de seus escritos posteriores não-ficcionais, como veremos nos próximos capítulos, denunciarão o ficcionista, já que o escritor passa a interpretar os problemas nacionais a partir de sua legitimidade como homem de letras.

Antes de prosseguir é importante esclarecer nosso uso do conceito de *ciclo*. A ideia de ciclo

125 Se adotarmos 1918, anos de publicação de *Urupês*, sua primeira obra de contos, serão apenas seis anos.

126 Ver PASSIANI. Op. Cit. Nossa periodização é ligeiramente correspondente à deste autor. Seguindo Passiani, e de acordo com nossa investigação sobre o movimento nacional paulista, buscamos minimizar a significação modernista de 1922 com sua possível influência para o fim deste ciclo literário de Lobato. O ano de 1922 parecia mais pendente a um nacionalismo de verniz paulista do que modernista. Sobre a supervalorização da Semana de 1922, cf. Ibid., pp. 37-38.

literário, como aqui pensamos, significa tão somente *recorrência* de estratégias narrativas e interpretativas, de re-interação de temas e motivos fundamentais. Nos parece que este ciclo foi interrompido, tanto por acontecimentos na conjuntura de vida de Lobato há pouco referidos, quanto pela falência do projeto paulista, com a Revolução de 1930 e a derrota definitiva no conflito de 1932, que alijam a oligarquia paulista de pretendida hegemonia política¹²⁷, fazendo com que a intenção mais ou menos difusa de fundar uma escola literária¹²⁸ que afirmasse o lugar de São Paulo na nação fosse enfraquecida.

Entre 1918 e 1923 Monteiro Lobato publicou *Urupês* (1918), *Cidades Mortas* (1919), *Negrinha* (1920), *Jeca Tatu* (1921), *Os Negros. Ou “Elle” e o “Outro”* (1921) e *O Macaco que se Fez Homem* (1923). Posteriormente, estas duas últimas obras serão reagrupadas em *Cidades Mortas e Negrinha*, e *Jeca Tatu* (o “Jecatatzinho”) comporá *Problema Vital*. Embora essa produção não esteja deslocada de sua obra não-ficcional do período - *O Inquérito do Sacy* (1917), *Ideias de Jeca Tatu* (1919), *Problema Vital* (1919), *Onda Verde* (1920) e *Mundo da Lua* – é possível pensá-la como uma unidade, porque possui uma especificidade advinda de seu caráter propriamente ficcional, apenas sugerido nesta outra produção. Ambos conjuntos – as produções ficcional e não-ficcional – são atravessados pelo caráter fortemente nacionalista, com diferentes tipos de vinculação ao projeto nacional paulista. Porém, ao que parece, apenas nos escritos ficcionais o *trágico* surge, a um só tempo, como estratégia de articulação interna do texto e como mecanismo de interpretação da realidade nacional. Embora haja vestígios do trágico nos escritos não-ficcionais – especialmente em textos de *A Onda Verde* – ele não oferece aí o mesmo tipo de articulação possível no texto literário. São, deste modo, este dois elementos, o projeto nacional paulista – comum às obras lobatianas do período – e a presença da perspectiva trágica – especificidade literária – que permitem pensar aquelas obras como um conjunto, que estamos denominando *ciclo literário de Urupês*.

Pode-se elencar, portanto, uma série de características comuns a essas obras, formando um

127 Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Eduardo Kugelmas questiona a interpretação historiográfica sobre a hegemonia paulista, a qual teria como consequência a ideia de que, a partir da atuação das oligarquias estaduais, a Primeira República seria um período homogêneo. Cf. KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese [Doutorado]. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986. Entretanto, nosso argumento não se centra na efetivação de uma hegemonia política paulista, mas em sua representação ideológica. De fato, como vimos, o próprio Lobato empregou o termo “hegemonia”. Cf. LOBATO. *A Onda Verde*. *Cit.*, p. 201. A hegemonia paulista (política, econômica e cultural), se não era efetiva, ou se só o era parcialmente, existia de fato como *expectativa* de alguns grupos sociais.

128 Ver as considerações de João Pinto da Silva no “cap. 2 - O urupê de pau podre: Monteiro Lobato, literatura e o projeto nacional paulista (c. 1914/1918-1925)”.

complexo de reiterações: se estruturam sobre a perspectiva trágica – o que dá vazão a um conjunto de tensões, paradoxos e dualidades de sabor fatalista; estão vazadas por forte sentimento nacionalista com diferentes modos de vinculação ao nacionalismo paulista; operam uma recorrência de termos e imagens; abordam quase sempre o meio rural ou pequenas localidades do interior e têm uma predileção pelo conto como gênero. Percebe-se, assim, um *modo formar* específico, que articula os níveis linguístico, temático e formal, respondendo à problemática da formação nacional. Embora haja variações de obra para obra, estes ingredientes comuns serão mantidos enquanto existir o ciclo.

Dessas características, pensamos que as mais importantes estruturalmente são certas recorrências vocabulares e a repetição de pares conceituais, podendo remeter, em diferentes níveis, tanto ao nacionalismo paulista quanto à perspectiva trágica.

No nível vocabular, poderia se elencar uma série longa e exaustiva de recorrências, mas pode-se citar como exemplos: “Itaoca”, “paulista”, “café”, “onda verde”, “mata-pau”, “urupê”, “Jeca Tatu”, “caboclo”, “tapera”, “urumbeva”, “geada”, “sítio”, “roça”, “bucolica”, “caipira”, “gafanhoto”, “pulgão”, “parasita”, “cavação”, “sapé”, “cidade morta”. Todos estes termos são profundamente entranhados de significados, compondo, ao mesmo tempo, uma estética e uma proposta de interpretação da realidade.

Seria possível separá-las em duas séries, uma especificamente *trágica* e outra regional-nacionalista, mas, como já veremos, os conteúdos transitam entre elas, sendo difícil singularizá-las. Talvez, mais importante, é a possibilidade de esses termos apontarem para o imaginário de uma comunidade imaginada¹²⁹ ainda indefinida, em processo de formação, mas já capazes de auto-gerar identificação. Neste sentido, é possível tratar esses vocábulos como *signos*¹³⁰, a maior parte deles portadores de uma tensão latente entre significante e significado.

No nível do significante (som), termos como “urupê”, “urumbeva” e “tapera” apontam para a “cor local”, afirmando o compromisso do autor/eu lírico com a coletividade que tem a região e suas representações como valor e origem da construção identitária (o Brasil paulista ou São Paulo-nação). Neste sentido, estes signos têm o sinal positivo, podendo aderir àquele projeto nacional ao compô-los com a outra série (“paulista”, “café”, “onda verde”). Porém, no nível do significado, o sinal se inverte, indicando conteúdos fatalistas e pejorativos, ligados à ideia de parasitismo, decadência e miséria. Neste caso, esses termos apontam impossibilidades ou obstáculos àquela

129 O conceito é de ANDERSON. Op. cit.

130 Nos valem aqui da teoria dos signos de Saussure, especialmente o capítulo “A natureza do signo linguístico”. Cf. SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

construção identitária. Ambos sentidos estão profundamente entrelaçados, sendo, assim, *signos trágicos*. E como signos trágicos, são também ambíguos, abertos a diferentes interpretações.

Em relação aos pares conceituais, são exemplos mais importantes: civilização/natureza, campo/cidade, interior/litoral, verdade/imaginação, ciência/crendices, arcaico/moderno, realidade/ilusão, verdade/belo, nacional/cosmopolita, regional/nacional, nacional/estrangeiro, homem/meio. A relação entre os termos dos pares é sempre tensa, indicando uma relação conflituosa, que nunca se resolve em uma síntese ou abrandamento dos conflitos. Esta tensão, por sua vez, se desdobra nas narrativas, ordenando seu desenvolvimento ou determinando o desenlace final, que será, por isso, trágico, dramático ou fatalista. Compõem assim, a unidade básica dos contos, exercendo uma função estética – o *modo de formar trágico* – tributária da perspectiva trágica sobre a nação – *forma trágica de pensar*.

Aqui seria interessante uma breve digressão. Lígia Leite, estudando os contos gauchescos e desenvolvendo o argumento de Davi Arrigucci Jr., afirma ser uma característica dos contos regionalistas o que chama de “mancha”, “paradas descritivas” do ambiente em meio à narração. Haveria assim uma quebra entre a ação e a descrição, entre o narrar e o descrever. O argumento da autora é sedutor, e poderia ser adequado a Monteiro Lobato, já que nele também se observam o que se poderia denominar “paradas descritivas”. Entretanto, pensamos que, ao menos no caso de Lobato, esta “quebra” está adequada à sua forma básica, trágica, em que há uma luta/tensão/cisão entre homem/meio, civilização/natureza. É natural que este conflito se expresse no nível da forma. Assim, a “mancha”, em Lobato, expressa coerência formal.

“O drama da geada”, conto que faz parte de *Negrinha*, é um bom exemplo do modo de formar lobatiano. Neste texto, a perspectiva nacional-regionalista é simbolizada pelo personagem principal – o “fazendeiro paulista” – apresentado como espécie de novo bandeirante, “desbravador dos sertões”. Através de sua atividade com a cultura do café, representa a força ordenadora da civilização sobre a natureza, ou do homem sobre o meio (“[...] o major, chefe supremo do verde exercito por ele criado, disciplinado, preparado para a batalha decisiva da grande safra [...]”; “Alterar a ordem da natureza, vence-la, impor-lhe uma vontade [...]”). É bem provável que, à época, estas afirmações fossem interpretadas de modo a relacionar São Paulo e a criação da “civilização” no Brasil – através de sua atividade econômica (café), geradora de riqueza e progresso. Aliás, é exatamente isso que se lê em um trecho suprimido na edição definitiva do conto “Os pharoleiros”, de *Urupês*: “E pela primeira vez na vida senti profundas saudades dessa coisa sordida, a mais reles de quantas inventou a civilização, o 'café', com o seu tumulto, a sua poeira, o

seu bafio a tabaco e a sua freguezia habitual de vagabundissimos 'agentes de negocios'...'”¹³¹.

Além do par civilização/natureza, “O drama da geadá” esboça ainda outras dualidades, como campo/cidade, trabalho/parasitismo e nacional/estrangeiro (“[...] credor, um onzeneiro que adiantou um capital carissimo e ficou a seu salvo na cidade, de cocoras [...]”; “É diante de espetáculos destes que vejo a mesquinaria dos que lá fora [na cidade], comodamente, parasitam o trabalho do agricultor.”; “Contraí dividas; a fazenda está hipotecada a judeus franceses”). No caso, há um alinhamento entre cidade/parasitismo/estrangeiro. A cidade é apresentada aí como lugar cosmopolita, inautêntico, do não-trabalho; o campo, por oposição, é o lugar autêntico, onde se encontram os verdadeiros elementos nacionais (aqui, o “fazendeiro paulista”), que constroem a nacionalidade (a civilização na nação). No nível imediato, este conto poderia ser lido como uma pequena epopeia do (herói) paulista, como a própria narrativa acena (“Seu [do fazendeiro paulista] esforço de gigante nunca foi cantado pelos poetas, mas muita epopeia ha por aí que não vale a destes herois do trabalho silencioso.”). Mas o compromisso com seu modo de formar faz Lobato orientar a composição para outra direção, já antecipada no título (“O drama da geadá”), e reafirmada durante a narrativa através de termos como “fatalidade”, “drama”, “tragédia”. Por fim, a geadá vem, com seu “reverso trágico”, instaurando a falência e causando a loucura do fazendeiro:

Era o major. Mas em que estado! Roupa em tiras, cabelos sujos de terra, olhos vitreos e desvairados. Tinha nas mãos uma lata de tinta e uma brocha – brocha do pintor que andava a olear as venezianas. Compreendi o latido dos cães á noite...

O major não se deu conta da nossa chegada. Não interrompeu o serviço: *continuou a pintar; uma a uma, do risonho verde esmeraldino das venezianas, as folhas requemadas do cafezal morto...*

D. Ana, estarecida, estreprou atonita. Depois, compreendendo a tragedia, rompeu em chôro convulso.¹³²

Este conto apresenta, portanto, dois níveis de leitura. No nível mais imediato das vinculações sociais e ideológicas do escritor, o conto pode ser entendido em termos do compromisso – no plano temático – com o projeto nacional paulista. Mas, no nível de sua estrutura formativa, ao expor a fragilidade do otimismo do herói (paulista) e de seu projeto, a peça questiona sua própria viabilidade temática. A série de conflitos latentes (com a natureza, a cidade, o estrangeiro) conduz ao fracasso final.

É certo que o “reverso trágico” da estória pode ser computada à trinca cidade/parasitismo/estrangeiro, responsabilizando-os então pela falência do fazendeiro. De qualquer modo, este herói trágico não parece habilitado para simbolizar qualquer hegemonia sobre

131 LOBATO. *Urupês*. São Paulo: Edições da Revista do Brasil, 1918, p. 20. Este trecho foi suprimido da edição definitiva de *Urupês*.

132 LOBATO. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 30. Grifo do autor.

o restante do país.

É possível pensar a recorrência desses signos e dualidades como instâncias rememorativas do texto. Se apoiando no sucesso das obras anteriores – em especial, *Urupês* – e na provável fidelidade dos leitores quanto a revisitação ao autor – o que permite pressupor o reconhecimento dos signos e dualidades – estes textos terminam por tecer um conjunto – o *ciclo literário de Urupês* – elaborando expectativas intra e extratextuais. Ao mesmo tempo que operam o recrutamento das expectativas então disponíveis – o desejo de uma literatura nacional de matiz localista, de uma escola nacional (paulista), e daí à formação de algum tipo de identidade nacional -, reelaboram e reforçam este imaginário coletivo sequioso de símbolos nacionais e identitários. Oferecem, assim, materiais que pudessem servir para a construção de identidade, e, ao mesmo tempo, tecem um tipo de nacionalismo de matiz trágico-crítica, apontando não apenas para um *modo de formar* de uma literatura, mas igualmente para um *modo de formar* a nação, ou seja, uma gramática da identidade nacional.

Obviamente, nada disso é natural, mas produto cultural e histórico, fruto de escolhas realizadas no campo de possibilidade da época. Essa versão trágica da identidade nacional representou a consciência possível do homem de letras que precisava, sob determinadas condições – uma nação situada na periferia do sistema capitalista –, dar uma resposta ao problema da formação nacional. Possivelmente, estava muito próximo daquilo que Antonio Candido, referindo-se aos intelectuais pós-Segunda Guerra, denomina “consciência catastrófica do atraso”:

Desprovido de euforia, ele [esse ponto de vista] é agônico e leva à decisão de lutar, pois o traumatismo causado na consciência pela verificação de quanto o atraso é catastrófico suscita reformulações políticas. O precedente gigantismo de base paisagística aparece então na sua essência verdadeira – como construção ideológica transformada em ilusão compensadora.¹³³

Desse ponto de vista, a trajetória seguinte de Monteiro Lobato, que o conduz à tentativa de uma intervenção mais direta na economia do país, se torna coerência. A perspectiva trágica, se geradora de incertezas, tinha a vantagem de prover uma visão crítica sobre a série de problemas nacionais. Aquilo que inicialmente aparecera para Monteiro Lobato como uma questão cultural, vai se transformar, sob o signo do aguçamento da consciência (catastrófica) do atraso, em um problema econômico.

133 CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

2.4 Dois estudos de caso

Em busca da validação de nossa hipótese a respeito da estrutura profunda dos textos literários de Lobato – a afirmação de um modelo para a construção de uma literatura nacional, e, ao mesmo tempo, de uma gramática de interpretação do Brasil – realizaremos ainda dois pequenos estudos sobre duas peças que possam apresentar indícios do modo de formar lobatiano. Como afirma Paul Ricoeur, a interpretação exige um movimento dialético entre compreensão e explicação, no sentido da busca da validação¹³⁴. De outro modo, gostaríamos de seguir o que uma historiografia chamou de “método indiciário”¹³⁵, o qual trata os documentos e seus conteúdos como signos que apontam para algumas direções possíveis.

2.4.1 O caso da advertência

Quando da publicação da 1ª edição de *Urupês*, em meados de 1918, o autor, logo à página 03, inseria a seguinte advertência:

Explicação desnecessária

Entra neste livro de contos uma caricatura que o não é, Urupês. Ella veio solver o tremendo problema baptismal. E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Geca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatú, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquelle tempo, só via em tí um mamparreiro de marca. Perdoas?¹³⁶

O “Urupês” a que se refere é o famoso artigo publicado originalmente em 1914, no jornal *O Estado de São Paulo*, e que dará nome ao seu primeiro livro de contos. Este artigo fora inserido ao final do livro, e a advertência, como vimos, na abertura. Na 4ª edição, em 1919, a nota aparece modificada e alongada, mas já em 1920, na 6ª edição, ela desaparece. É possível pensar em alguns motivos para o corte, como certo sentido de limpeza da obra, já que também as ilustrações que

134 “No tocante aos procedimentos de validação, pelos quais testamos as nossas conjecturas [...] elas se aproximam mais da lógica da probabilidade do que de uma lógica da verificação empírica. Mostrar que uma interpretação é mais provável à luz do que sabemos é algo diferente de mostrar que uma conclusão é verdadeira. Assim, no sentido relevante, a validação não é verificação. É [...] uma lógica de incerteza e da probabilidade qualitativa”. RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 90.

135 Cf GINZBURG. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

136 LOBATO. *Urupês... cit.*, p. 3.

constavam das edições anteriores serão suprimidas. Porém, aqui nos interessa, não a exclusão, mas a presença da advertência, significativamente ambivalente. Aliás, ambivalência que atravessa todo este curto trecho – vejam-se as elaborações paradoxais “explicação desnecessária” e “caricatura que o não é”, e a mudança brusca entre atitudes opostas, da ofensa para o *mea culpa* sentimental, no trecho “[...] só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?” - um pedido de perdão incentivado pela piedade, que mantém o solicitante no mesmo lugar ou em lugar mais elevado. Tudo isso produz uma advertência que é vacilante, destinada, por isso, a despertar algum nível de desconfiança no leitor.

O que a advertência suscita, em primeiro lugar, é o caso da autonomia da criação, ao que parece, a contragosto do autor. Haveria razões que forçariam Lobato a admitir “Urupês”, apesar de ser, como escreve, uma “caricatura que não o é”? A impossibilidade de abandonar o Jeca seria então compensada com esta “Explicação *desnecessária*”. O detalhe, nada banal, é que Lobato também se sentira impelido a nomear a obra de *Urupês*.

O caso é sabido – e no trecho o escritor se refere a ele como “tremendo problema baptismal”. Inicialmente, o livro se chamaria *Dez Mortes Trágicas*, um título que a primeira vista pareceria um tanto deslocado do panorama dos problemas nacionais de então. Na versão alimentada por Lobato, teria sido o médico sanitarista Arthur Neiva o responsável pelo título de *Urupês*. Dizer que isto representou um “tremendo problema”, significava destacar a importância do processo de constituição do nome da obra, e mais, a própria estruturação do livro – veja o percurso subentendido: primeiro Lobato arranja os contos, logo, após nomeá-los *Dez Mortes Trágicas*, é compelido a mudar o nome para *Urupês*. Então, para fazer sentido, insere o artigo homônimo *ao final*, e, finalmente, compensando o artigo torto, já nas primeiras páginas (e não imediatamente antes do artigo), elabora uma explicação que é uma espécie de advertência, a qual paradoxalmente chama a atenção para aquilo que estaria perdido ao fim do livro, como mera prótese. Se levarmos em conta que o artigo devesse ser a origem de tudo – é o que está suposto na advertência e o que justifica a presença daquela peça – o livro tem a disposição de sua fatura cronologicamente inversa (quer dizer, na primeira edição, “Explicação desnecessária”, os doze contos¹³⁷ e “Urupês”).

A estruturação da obra pode ser vista como espécie de astúcia do autor. O leitor, após a leitura da advertência, vai se coçar para ir direto àquilo que está discretamente em destaque, posicionado ao fim do livro. Este posicionamento confirma momentaneamente a advertência inicial, já que assim aquela peça apareceria aí apenas como uma sobra indesejável a que se dera

137 A obra teria originalmente dez contos, mas, antes da publicação, Lobato insere mais dois.

concessão – o deslocamento gera impressão de distanciamento. Mas a distância é aparente e, de novo, ambivalente – afinal, por que a concessão? Como dissemos, a advertência chama a atenção para aquilo que estaria perdido, no fim. *Perdido* seria só uma sensação vaga; objetivamente, no manuseio do objeto livro o fim é um lado facilmente percorrido. O fim é pois um modo sutil, e ambíguo, de colocar o que interessa no centro. Essa advertência reconecta o que seria afinal o sentido do livro, mas, dada a engenhosa organização de Lobato, *sentido suspenso*.

Para ficar mais claro, voltemos aos nomes. De um modo específico, os títulos *Dez Mortes Trágicas* e *Urupês* se equivaleriam, mas com diferenças. Como já dito, aparentemente o primeiro título não dizia muito em relação aos problemas nacionais, já que o tema “morte trágica” parecia mais um apelo à dimensão universal da arte, como então se dizia¹³⁸. O título *Urupês*, ao contrário, desperta um sentido de brasilidade e cria a expectativa pela cor local, a princípio avessa a problemas metafísicos sobre a morte e o trágico. O título *Urupês* estaria portanto afinado com aquilo que o grupo em torno de Lobato chamava “o momento”¹³⁹ - o ambiente de discussão e refundação do Brasil, pelo qual uma parcela dos intelectuais se sentia responsável. Isto pelo lado das diferenças. Mas *Urupês* esconde aquilo que *Dez Mortes Trágicas* explicita: o sentimento de incompatibilidade entre ordens a princípio legítimas, ou, a impossibilidade de escolha entre duas ordens incompatíveis – o que, justamente, caracteriza a tragicidade¹⁴⁰ e, como vimos, tem consequência para a literatura de Lobato: o trágico pode ser um modo de apreensão da série de incompatibilidades históricas que seriam formativas do Brasil. Assim, se “urupês” enquanto signo, na poética sintetizada em sua pronúncia, remete àquela cor local, e neste sentido tem um sinal positivo, o significado do vocábulo tem um sinal negativo – o organismo parasita que faz definhar suas plantas hospedeiras, por sua vez, metáfora de elementos nacionais ou mesmo da sociedade brasileira como um todo. Mas os dois conteúdos – o poético positivo e o crítico negativo – estão entrelaçados nesta mesma palavra, ambivalentemente positiva e negativa. O termo *urupês* parece carregar, assim, um conflito latente e impossibilitado de solução. É, mais uma vez, a reposição da perspectiva *trágica*.

Essa mesma ambiguidade se revela na estruturação da obra, a partir do jogo de afastamento e aproximação, suspensão e reafirmação, no espaço de significação gerado entre a advertência

138 Por exemplo, no artigo “Arte regional...”, combatendo o nacionalismo na literatura, Homero Prates escrevia: “Desde que o mundo é mundo só se acclamou e sentiu – e até nós veio nos commovendo – das obras de arte de todos os tempos, o que ellas possuíam de universal e de humano, exclusivamente, o que quer dizer o mesmo, de transcendental e symbolico.” In *Panoplia. Mensario de arte e literatura*. São Paulo, s.d., p. 2.

139 “O momento”, como vimos no capítulo anterior, era o título de uma espécie de editorial da *Revista do Brasil*.

140 GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Os lugares da tragédia”. In. ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 12.

introdutória e o artigo final, espaço aliás que se preenche com os contos de *Urupês*. Esta totalização ambígua que a obra representa pode ser desdobrada no tempo. Curiosamente, a advertência favorece a noção de historicidade do livro, ao apontar para a duração da obra na sua fatura. Entre um tempo anterior (“ignorava”, “eras”, “via” – momento de fatura do artigo “Urupês”), e o tempo atual (“hoje”, momento da fatura de “Explicação desnecessária” e da obra) há um transcorrer qualitativo do tempo, que tem sua percepção intensificada pela inversão cronológica destas peças textuais. O dado qualitativo é fornecido pela mudança de percepção do autor sobre sua criação (ignorava que o Jeca era doente); mas é uma correção motivada por um dado extraliterário (a doença não seria criação literária, mas teria sua realidade atestada pela ciência da época). Portanto, aí ocorre uma suspensão momentânea da ficção para a colocação cuidadosa do que seria um dado da *realidade* – a doença, que deveria ser concebida e percebida de modo inquestionável, científico, por qualquer leitor coevo. Essa possibilidade de correção evidencia ao que veio a literatura – um determinado tratamento sobre e da realidade: a realidade nacional, os problemas nacionais, origem e fim dessa literatura, sempre abordados por um prisma crítico.

O caso da advertência diz muito a respeito dos procedimentos literários de Lobato, de sua interpretação sobre o Brasil e das (im)possibilidades das respostas ao problema nacional. Arranjados como foram, a nota “Explicação desnecessária” e o artigo “Urupês” formam juntos uma composição dilemática, em que um suspende o sentido do outro, indicando a impossibilidade de se resolver por uma das duas ordens representadas por cada uma dessas peças. Comprimidos entre elas, se desenvolvem os contos de *Urupês*. A literatura do *ciclo de Urupês* parece apontar com gravidade e dramaticidade para limites, impossibilidades, inviabilidades de uma nacionalidade brasileira, ainda por se fazer.

Este é um dilema comum na cultura nacional, mas a questão é o modo de tratamento lobatiano, o que coloca o escritor à margem da tradição estética nacional construída durante no século XX. Há em Lobato – em sua literatura adulta e na leitura de sua própria vida – um sentimento trágico (da vida, do país, do mundo), o próprio autor encarnando uma espécie de herói trágico decaído – atente-se para o título de sua autobiografia em cartas, *A Barca de Greyre*, que faz referência às (suas) ilusões perdidas. Será assim em todos os lances de sua vida, até a aposta final no petróleo. A exceção parece ter sido sua literatura infantil, lugar privilegiado onde se pode dar vazão a uma ingenuidade esperançosa, embora ainda crítica – claro, tratava-se de um universo infantil.

Todas essas séries dilemáticas que compõem a literatura do *ciclo de Urupês* são marcadas

pelo índice de condicionalidade, como se dissesse: “o Brasil será uma nação *se...*”. Essa condicionalidade não é fechada; ao contrário, abre para a busca da resposta que complete o sentido criativo da nação. Estaria aí a marca de sua literatura: a inviabilidade construída no texto pode querer forçar a busca de uma viabilidade para fora dele, através da consciência despertada por aquele jogo cruel, espécie de enigma que pede uma solução. Esse – a pergunta pelo problema do Brasil – é origem e fim da literatura lobatiana. Dado isto, parece que a literatura lobatiana quer, antes de ser resposta, afirmar-se como pergunta.

2.4.2 Negrinha

“Negrinha” é um bom exemplo de um conto que tem no trágico o elemento ordenador da narrativa.

O enredo deste conto é simples. Negrinha era filha de escrava que vivia como espécie de agregada na casa de dona Inacia, a “patroa”, em uma localidade rural. A existência da protagonista se limitava a algumas atividades domésticas e a padecer diversas crueldades aplicadas por dona Inacia, até o dia em que chegam de férias duas sobrinhas desta. Neste momento Negrinha descobre que aquilo que até então lhe era interdito – brincar – seria permitido àquelas. Curiosamente, a interdição será momentaneamente suspensa na presença temporária das sobrinhas, e restabelecida ao término da visita. Negrinha, após as descobertas a que leva esta experiência, não suporta retornar ao cotidiano e morre, sendo então enterrada, como era de se esperar, em vala comum.

A principal força deste conto não está exatamente no enredo mas no posicionamento do narrador, que, ao construir a empatia do leitor, leva este a se identificar com aquele, o que logo se tornará impactante. A tragédia final do personagem, pressentida no desenrolar da narrativa, sua impotência e a irônica vitória da patroa deveriam conduzir a uma espécie aniquilamento moral do leitor da época.

É possível identificar no conto três momentos diferentes, que vamos definir como tempos 1, 2 e 3. Do ponto de vista do desenvolvimento do enredo, estes três momentos podem ser caracterizados respectivamente como tempo de interdição, tempo de suspensão da interdição e tempo de reposição modificada da interdição.

No tempo 1, Negrinha é definida negativamente por aquilo que ela não pode fazer: “sempre

escondida”, não podia chorar, andar, sorrir (sorria apenas por dentro), “ter gosto” (prazer, contentamento), revidar ou xingar. Enfim, lhe era interdito qualquer tipo de expressão, ainda que de dor (“E antes que o urro de dor saísse, suas mãos [da patroa] amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente pelo nariz.”¹⁴¹). O *capricho* presente nos atos da senhora – que como demonstra a lição de Roberto Schwarz, era instrumento de domínio de classe¹⁴² - tirava de Negrinha qualquer possibilidade mínima de entendimento de sua condição e de manobra do cotidiano (“A mesma coisa, o mesmo ato, a mesma palavra provocava ora risadas, ora castigos.”). A desfaçatez de dona Inacia (e do reverendo, que pode representar um dos elementos da ordem), completa o quadro de domínio que, disfarçado, pode ser conservado (“- Ah, monsenhor! Não se pode ser boa nesta vida ... Estou criando aquela pobre órfã, filha da Cesaria – mas que trabalhadeira me dá! - A caridade é a mais bela das virtudes cristãs, minha senhora, murmurou o padre.”).

No tempo 2 a interdição é temporariamente suspensa e é concedido à Negrinha o “direito” de brincar. A suspensão tem origem na piedade da patroa, processo que, sem prejuízo da possibilidade de humanização desta – seria verdadeira? -, não confronta a lógica da ordem vigente, mas a confirma em seus próprios mecanismos: o ato piedoso afinal afirma e confirma o poder de quem dá – e, pois, o direito de dar e tirar (“- Vão todas brincar no jardim, e vá você também, *mas veja lá, hein?*”). Não obstante, quem verdadeiramente se humaniza neste processo é Negrinha, que se conscientiza de sua condição de coisa. Há uma mudança qualitativa no sofrimento desta personagem, que passa do âmbito da dor física para a da dor moral. Enquanto a primeira animaliza, a última torna humana.

No tempo 3, com a partida das sobrinhas, restabelece-se a realidade anterior à suspensão (“e a casa voltou ao ramerrão habitual”), mas com modificações, tanto por dona Inacia (“já não atenzava tanto”), quanto por Negrinha (“Só não voltou a si Negrinha. Sentia-se outra, inteiramente transformada.”). Aqui estão implícitos o limite interno (psicológico) de “humanização” da patroa – que na verdade, apenas tornou-se indiferente – e o limite externo (realista?) de humanização de Negrinha (a volta à condição anterior e o destino da vala comum, após a morte).

Esses encadeamentos podem ser sintetizados em um quadro, que facilita sua visualização e confrontação:

141 Cf. LOBATO, Monteiro. *Negrinha*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

142 Cf. SCHWARZ. *Um Mestre na Periferia...* cit.

	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3
Enredo:	Interdição	Suspensão da interdição	Reposição modificada da interdição
Postura da patroa em relação à Negrinha	Negação	Concessão	Indiferença
Postura de Negrinha em relação à sua situação	Passividade	Conscientização	Recusa
Ontologia de Negrinha	Coisa	Transformação	Ser
Sentimentos de Negrinha	Dor física	Alegria (suspensão momentânea da dor)	Dor moral
Sentimentos da patroa	Sadismo	Piedade	Alheamento

Anteriormente afirmamos que o ponto capital do conto é a construção de identificação entre narrador e leitor. O narrador é hábil em construir a empatia do leitor por meio de uma postura crítica ambígua, sustentada em um conjunto de construções irônicas, reiteradas. Assim é quando caracteriza a personagem antagonista como “excelente senhora”, “ótima”, “virtuosa dama”, “boa senhora”, em contextos que permitem a leitura irônica (por exemplo, quando dona Inacia castiga Negrinha). É razoável pensar que o leitor vai ratificar a crítica do narrador e gozar com ele o rebaixamento de dona Inacia, por exemplo, neste comentário satírico sobre a personagem: “entalada as *banhas* no trono”. Aí está sendo construída a identificação do leitor com o narrador, por meio da qual este vai desenvolver seu jogo.

No tempo 1, Negrinha é descrita de um ponto de vista externo, em contraposição à abordagem mais internalista de dona Inacia. Por exemplo, Negrinha era caracterizada como tendo “olhos assustados” (descrição externa, baseada em uma percepção visual); já dona Inacia, a partir de elementos psicológicos: “Ai! Punha-lhe os nervos em carne viva”. E não apenas isso: neste “Ai!”, portanto pelo uso do discurso indireto, o narrador se identifica discretamente com a personagem, pois ele sente junto com dona Inacia - e justamente no momento em que, como vimos há pouco, está conquistando a empatia do leitor. Estas sutilezas logo se converterão em evidências:

Tinha de contentar-se com isso, judiaria miuda, os niqueis da crueldade. Cócres: mão fechada com raiva e nós de dedos que cantam no côco do paciente. Puxões de orelha: o torcido, de despegar a concha (bom! bom! bom! Gostoso de dar) e o das duas mãos, o sacudido. A gama inteira dos beliscões: do miudinho, com a ponta da unha a torcida do umbigo, equivalente ao puxão de orelha. A esfregadela: roda de tapas, cascudos, pontapés e safanões a uma – divertidíssimo! A vara de marmelo, flexível, cortante: para “doer fino” nada melhor!

O conhecimento profundo do sadismo de dona Inacia denuncia o próprio narrador, que só pode ser também um sádico. Isto se intensifica pela ambiguidade da narração – estaria o narrador sentindo também o prazer sádico? Autodenúncia, portanto, da falsidade de sua própria crítica à dona Inacia (a “excelente senhora”), e, por extensão, de sua crítica ao sistema, que se torna, por este ponto de vista, uma crítica tão falsa quanto dona Inácia e o reverendo. Mas a grande questão é que o leitor fora levado a se identificar com o narrador (crítico). Será que também provou do prazer sádico (“bom! bom! bom! gostoso de dar”) da descrição? Será que reconheceria em si aquilo que dona Inacia teria de mais abominável? Golpe do narrador, invertendo o lance e denunciando o próprio leitor (da época¹⁴³). Neste nível, a crítica do narrador se revela radical, denunciando o próprio leitor, que teria mais semelhança com dona Inácia do que ele estaria disposto a reconhecer: seria ele um sádico? Teria em si a morbidez que sustenta e reproduz o sistema? Ou seria apenas indiferente, contrapartida da piedade da patroa? Qualquer resposta seria, no mínimo, desconfortável.

Dentro da estrutura rígida a que Negrinha está submetida, a morte da personagem tem significado simbólico. Não havendo menção à sua causa, fica subentendido que teria motivação interna, correspondendo à afirmação da liberdade moral da personagem, por sua vez consequência da tomada de consciência de sua condição social. Dentro da ordem vigente – um quadro extremo de violência física e simbólica -, a decisão pela morte seria a única possibilidade real de libertação, ao subtrair-se ao poder de concessão da patroa. Paradoxalmente, se considerado sob este ponto de vista, a morte terá seu efeito trágico atenuado, já que a personagem gozaria de um fim dignificante. Entretanto, a coerência trágica não é abandonada, se fortalecendo no momento subsequente: não se fazendo de rogada, a patroa mantém sob seu domínio tanto o que resta da existência física de Negrinha, quanto sua memória, determinando um duplo rebaixamento – o enterro indigno (“Depois, vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira – uma miseria, trinta quilos bem pesados...”) e o irônico escárnio final (“[...] saudade [de Negrinha], no nó dos dedos de dona Inácia: 'Como era bom para um cócre'”¹⁴⁴). Essa passagem restabelece o tempo inicial do conto, reconduzindo Negrinha ao estado de coisa, seja pela negação de sua transformação e dignidade, seja simplesmente lhes sendo indiferente. À Dona Inacia, que representa a ordem vigente, será dada a palavra final e o controle sobre a memória de Negrinha. Essa é a verdadeira tragédia que envolve tanto os personagens, quanto o narrador e o leitor, denunciando a realidade elaborada pela ficção – uma ordem social trágica, que sofrera tão somente uma modificação

143 É razoável supor que o leitor médio de Lobato fosse letrado (redundância significativa quando se pensa no então alto analfabetismo do Brasil), socialmente “branco” - lembre-se que cor no Brasil era condição social -, pertencente às classes favorecidas. Portanto mais próximos de dona Inácia do que de Negrinha.

144 LOBATO. *Negrinha*. Cit., p. 12.

cosmética, epitelial, e à qual todos, em diferentes posições, estariam submetidos. O conto constrói, portanto, uma crítica profunda e bem arquitetada.

É possível prosseguir a interpretação ainda em outro nível, embora a validação fique cada vez mais difícil. Colocamos então, o que segue, apenas como uma possibilidade interpretativa. A questão é que existem elementos no conto que permitem o ler como uma alegoria da nação. Faz sentido se considerarmos que Lobato se debruçava sobre o problema nacional. Coincidência ou não, o caso é que os três tempos constitutivos do conto correspondem aos três grandes momentos da história nacional, como no quadro que se segue:

Conto “Negrinha” como alegoria da nação:

	Tempo 1	Tempo 2	Tempo 3
Períodos da história nacional	Colônia	Independência/ Império	República
	Não-ser (coisa)	Transformação	Ser? Nação?
Posição da nação	Sujeição	Conscientização, construção da identidade, independência concedida	Independência de fato ou morte?

As referências que validam esta interpretação são dispersas e apenas possíveis por meio de inferência: o “trono” de dona Inacia; a “independência” tutelada de Negrinha; a tomada de consciência da protagonista a respeito de sua identidade (coisa/ser), etc. Enfim, esses elementos podem ser relacionados à questão da malformação nacional, que, como vimos anteriormente, estavam na ordem do dia. Ora, se essa interpretação for possível, pode-se dizer que o escritor estaria – inconscientemente? - mais uma vez problematizando a viabilidade nacional. Se “Negrinha” pode ser lido como alegoria da nação, colocava-se em tela, novamente, seu momento de seu embate. O terceiro momento, contemporâneo à produção desta narrativa, corresponderia ao tempo trágico. À nação se colocava a tragédia coeva de sua formação.

2.5 Vestígios da mudança – a polêmica silenciosa de Monteiro Lobato com Oliveira Vianna

Esta seção pretende introduzir, com base no debate de Monteiro Lobato com Oliveira Vianna, contido em fragmentos epistolares, a orientação do literato em sentido a uma proposta modernizadora, gestada a partir da segunda metade da década de 1920. Após a instalação de Monteiro Lobato nos Estados Unidos, em 1927, se desdobra, na correspondência privada do escritor com Oliveira Vianna, o que pode ser caracterizado como uma polêmica silenciosa. Esta polêmica se faz importante por ser um vestígio da orientação de Lobato rumo à construção do novo projeto, este, resposta à questão nacional levantada nos anos anteriores.

Os dois autores travaram relações através da *Revista do Brasil*, adquirida por Monteiro Lobato em 1917. Desde 1918, a *Revista do Brasil* publicava trechos de *Populações Meridionais do Brasil*, obra que virá à luz pela editora de Monteiro Lobato, em 1920. Lobato considerava Oliveira Vianna um dos maiores estudiosos da realidade nacional, vindo a se referir a ele como o “gânglio pensante” do país¹⁴⁵. Pode-se dizer que havia entre os autores “afinidades eletivas”¹⁴⁶: ambos iniciaram sua produção em um momento em que o Brasil buscava repensar sua identidade como nação e em que era patente a necessidade de se debruçar sobre o “problema nacional” após cerca de trinta anos do que era considerada a frustrada experiência republicana. Há, portanto, um campo de preocupações comum aos dois autores, como explica Lippi Oliveira ao notar a “confluência de objeto (o homem rural brasileiro), de explicações (o racismo, a mestiçagem, a psicologia coletiva) e de preocupações (como esculpir um país com esta matéria-prima)”¹⁴⁷.

Havia em comum entre o Monteiro Lobato do *ciclo de Urupês* e Oliveira Vianna a busca de uma singularidade nacional. A conformação de uma cultura brasileira (Lobato) ou a construção de uma ordem política própria (Vianna) passaria pela necessidade de encontrar o específico na própria realidade nacional, seja pela observação imediata do presente (o retrato sócio-literário de Lobato), seja pela observação histórica (Vianna). Este modo de abordagem, que Vianna conceitua como *idealismo orgânico*, deveria orientar a prática que se queria verdadeira ferramenta para o diagnóstico do presente. Apenas esse tipo de abordagem, que leva em consideração as “bases

145 LOBATO, Monteiro. *Mr Slang e o Brasil e Problema Vital*. 9 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959, p. 149 et seq.

146 O termo é de LÖWY, Michel. *Apud* Gildo Marçal BRANDÃO. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda., 2007, p. 39.

147 OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna.” In BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de (orgs). *O Pensamento de Oliviera Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 243.

objetivas”¹⁴⁸, poderia nos tirar da “perfeita ilusão sobre nós mesmos”¹⁴⁹. Ao contrário, a ignorância deste modo de operar é que tinha permitido que o

[...] sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desaparece[sse], com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho.[...] Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, *made in Europe* [...].¹⁵⁰

Em obra posterior, Oliveira Vianna vai teorizar mais detidamente sobre este modo de abordagem. Surgem aí dois modos de compreensão do Brasil, conceitualizados como *idealismo orgânico* e *idealismo utópico*. O primeiro seria “una fuerza moral inspirada en el deseo de mejorar el real y no una simples doctrina metafísica abstrata”¹⁵¹, com a capacidade e o dever de propor um projeto (porque era uma “visão antecipada de uma evolução futura”¹⁵²) a partir de um diagnóstico preciso, porque derivado da experiência¹⁵³. O *idealismo utópico*, por sua vez, seria a postura contrária, fruto da imaginação, por isso superficial, enganoso; falso em seu diagnóstico e ineficaz em suas propostas: “O que realmente caracteriza e denuncia a presença do idealismo utopico [...] é a disparidade que há entre a grandeza e a impressionante eurythmia da sua estructura e a insignificancia do seu rendimento effectivo – e isto quando não se verifica a sua esterilidade completa”¹⁵⁴.

O *idealismo utópico* teria sido introduzido pelos liberais e republicanos que objetivavam internalizar os ideais liberais, democráticos e federalistas, quando tais ideais, embora “superiores”, não corresponderiam à nossa sociedade, marcada pelo espírito de clã e caudilhismo, pelo medo da anarquia branca, pela falta de solidariedade entre os diversos elementos que formam nosso meio social, resultado de um meio rural tropical e “desértico”, marcado pela grande propriedade de função centrifugista:

Essas liberdades [o sentimento de liberdade pública] são, realmente, entre nós, apenas compreendidas e

148 [...] É somente estudando o povo brasileiro na sua porção mais típica e representativa, isto é, nas suas varias populações ruraes, que será possível traçar, com segurança, e sobre bases objetivas, as linhas fundamentaes da nossa psychologia coletiva”. VIANNA, Oliveira. “Populações meridionais do Brasil” In *Revista do Brasil*. São Paulo. Ano II, Maio-Agosto, 1917. Volume 5. p. 426.

149 VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil. Populações Rurais do Centro-Sul*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. vol., p. 19.

150 Idem.

151 ENDARA, Julio. Apud VIANNA, Oliveira. *O idealismo da constituição*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 11.

152 VIANNA. Idem.

153 Idem.

154 Ibid. pp. 10-11.

sentidas por uma minoria de homens excepcionais pelo talento e pela cultura, em cuja educação não se refletem, aliás, as influências do meio nacional, mas as influências de meios exóticos, principalmente americanos e ingleses. O resto da população [...] não possui[...] o sentimento dessas liberdades.¹⁵⁵

Desponta, nestes diagnósticos de Oliveira Vianna, a constatação da malformação, que o *idealismo utópico* teria ignorado ao importar teorias excêntricas. Monteiro Lobato parecia então compartilhar a mesma concepção.

Entretanto, a partir de meados dos anos 1920, cada vez mais a afirmação do nacional em Monteiro Lobato será usada para justificar a necessidade de um projeto lastreado no modelo de progresso norte-americano. Mas isso posicionaria o literato no grupo daqueles que Vianna havia criticado por utilizar modelos “exóticos” à realidade nacional, erigindo para Lobato uma contradição. Talvez por isso, em busca de legitimidade para seu projeto, o literato passe a requisitar os conceitos de *idealismo orgânico* e *idealismo utópico* em contextos de justificação daquele modelo, de modo que a defesa pela modernização econômica continuasse a ser a defesa da especificidade nacional. Certamente, tal estratégia corresponde à instalação de uma polêmica desdobrada silenciosamente.

Em 1939, quando se aproximava o fim da campanha petrolífera de Monteiro Lobato, Oliveira Vianna escrevia:

Fazendo-nos descobrir a nossa originalidade nativa, o que há de próprio e particular em nós mesmos, o idealismo de Ingenieros nos dará certamente uma consciência mais viva, um sentimento mais claro da nossa individualidade deante da outra America e da velha Europa.¹⁵⁶

E anteriormente,

Neste encantamento pelo estrangeiro, que presumimos melhor, nesta fascinação pelo exótico, que presumimos mais perfeito, nós, os ibero-americanos, nos esquecemos de nós mesmos. Ora, isto é uma grande injustiça para com a nossa originalidade, para o que há de grande e bello em nós mesmos.¹⁵⁷

Vianna afirma “nossa originalidade” e “nossa individualidade” diante da “outra América” e da “velha Europa”. O “encantamento” evocado e condenado por Vianna faz eco ao sentimento de Lobato, em obra publicada poucos anos antes:

A pobreza, a lentidão do desenvolvimento do Brasil sempre me preocupou vivamente. [...]

155 VIANNA. *Populações...cit.*, p. 254.

156 VIANNA. *O Idealismo... cit.*, p. 315.

157 *Ibid.*, p. 313.

O problema localizava-se em meu espírito sob uma forma simplista: Por que dos dois maiores países da América, descobertos no mesmo ciclo, povoados com os mesmos elementos (europeu, índio e negro), libertados politicamente quase na mesma época, com territórios equivalentes, um [os Estados Unidos] se tornou o mais rico e poderoso do mundo e o outro [o Brasil] permaneceu atrofiado?¹⁵⁸

Lobato opera uma comparação entre Brasil e EUA, que, em sua ótica, seriam países semelhantes em muitos aspectos. Está, assim, em registro diferente daquele “ibero-americanista” de Vianna. Os termos da explicação de Lobato são os mesmos de *Populações Meridionais* (o ciclo/história, os elementos/etnia/raça, o território/habitat), mas são mobilizados para justificar a posição oposta: em *Populações*, estes elementos afirmam uma identidade ibérica, neste Lobato, um destino diferente a partir de uma identidade americana inicial. A solução de Lobato para a equalização dos destinos entre os dois países não será resolvido à maneira dos liberais do XIX, que buscariam formatar a realidade pela cópia das constituições estrangeiras, mas pela emulação do modelo de desenvolvimento econômico da nação norte-americana – o símbolo deste esforço é a campanha lobatiana pelo petróleo e pelo ferro. Lobato sabe que isto seria passível de crítica pelo “idealismo orgânico”, por isso se esforça para arregimentar argumentos em sua defesa.

Assim, quando publica a autobiografia de Henry Ford, em 1926, escreve no “Prefácio”:

Até aqui os solutores dos problemas sociais não passaram de idealistas utópicos, ao molde de Rousseau e Marx, dos que imaginam soluções teóricas, belas demais para serem exequíveis. Ford não imagina soluções. Dedu-las. Admite o homem como é, aceita o mundo como está, experimenta e deixa que os fatos tragam à tona a solução rigorosamente lógica, natural e humana. É o idealista orgânico.

[...] Para o Brasil não há leitura nem estudo mais fecundo que o livro de Henry Ford. Tudo está por fazer – e que lucro imenso se começarmos a fazer com base na lição do portador da nova Boa Nova!¹⁵⁹

Tudo está por fazer! O Brasil aparece como nação inacabada. O modelo de organização industrial de Ford não resultaria apenas em um “jeito de ganhar dinheiro” (no plano do indivíduo), mas na solução lógica para resolver o “problema social” (que interessa ao coletivo). Seria um modelo lastreado na realidade, por isso verdadeiro, lógico e adequado ao Brasil.

No mesmo sentido, em carta escrita a Getúlio Vargas, no início dos anos 1930, pondera:

Dr. Getúlio

[...] Os ideólogos da revolução já aplicaram todas as suas mezinhas salvadoras – e a aflição econômica persiste. Eram *idealistas utópicos*. Mas o grande idealismo é o *idealismo orgânico* – que não procura conformar o mundo por uma teoria que um sujeito tem lá na cabeça, mas sim *melhorar* o que existe. Em vez de arrancar a árvore velha para plantar nova, de uma espécie que *ele acha* a adequada, melhorar, adubar, podar a árvore velha. Foi assim que a grande Inglaterra se fez e é assim que os Estados Unidos estão se fazendo.

158 LOBATO. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1959, p. 23.

159 LOBATO. “Prefácio” In FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade*. 3ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: 1967, pp.7-9.

Praticam o idealismo orgânico.¹⁶⁰

Novamente, e diante do chefe de Estado, o *idealismo orgânico* é recuperado em contexto em que os Estados Unidos aparecem como modelo a se inspirar (porque praticam o “idealismo orgânico” que o Brasil também deve implementar). É, obviamente, um uso bem distinto daquele de Oliveira Vianna. A este, Lobato também justifica seu fascínio pelos Estados Unidos:

Nova York, 23 de agosto de 1929
Meu Caro Viana

Lendo tua carta última, senti não ser milionário desses que podem realizar todas as fantasias. Fosse e te havia de contratar, com uma régio salário, para uma longa série de viagens *comparativas* que te servissem de preparo ou apuramento do senso da *escala*.

[...]

A escala [...] nos inocula senso de proporção entre os países. [...]

Nada tenho admirado tanto na América como a precisão da escala em todos os *fields* que está caracterizando a mentalidade dos estudiosos e o cuidado com que eles se controlam para não errar nessa medida. Aí vejo o contrário. Deformidade em tudo pelo absoluto descaso de escalas. [...]

Essa capacidade de ilusão do brasileiro está me impressionando seriamente. Parece mal coletivo, gravíssima doença dalguma glândula. Vemos errado as nossas e as alheias. Somos daltônicos. E insistimos nisso e desprezamos – insultando – todos os *warnings* do bom senso.

[...]

Ter senso exato das realidades entre nós, ter o senso de escala, ter *horse sense*, em suma, é hoje *ser doente* no Brasil. [...]¹⁶¹

Monteiro Lobato está dizendo ao autor do *idealismo orgânico* que a *América* fornece a medida (a “escala”) adequada para tratar da matéria Brasil. Apenas se confrontando com a realidade norte-americana seria possível, ao estudioso brasileiro, captar com exatidão a realidade nacional (“ter senso exato das realidades entre nós”). A postura oposta (a de Vianna?) é tratada como “ilusão”, “mal coletivo”, “gravíssima doença” (intensificada com as contraposições “precisão” e “deformidade”, “realidade” e “ilusão”, “cuidado” e “descaso”). Lobato utiliza assim a própria terminologia de Vianna (ilusão *versus* realidade, uma referência à contraposição *idealismo utópico versus idealismo orgânico*) para rebater o que seria a posição do autor de *Populações*. Mas a violência peculiar com que Lobato desenvolve seus argumentos já fôra amenizada com o (irônico?) comentário com que inicia a carta, afinal, era um debate entre velhos conhecidos: pudesse, levaria Vianna a conhecer outros países (os EUA, preferencialmente) para que ele afinal consertasse a falta de escala de sua visão. Lobato ainda voltará a insistir neste ponto anos depois: “Estou ameaçado de voltar para Nova York e se isso se realizar não desistirei de [o] ter lá por uma temporada de estudos. Você com uma estadia na América vem reduplicado em cinco dimensões. E

160 LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo*. Rio de Janeiro: MPM Propaganda/ Record, 1986. *Cit.* p. 137.

161 *Ibid.*, pp. 207-208. Grifos do autor.

minha casa estará às suas ordens”¹⁶².

Na impossibilidade de localizar as cartas escritas por Oliveira Vianna, pressupomos sua voz pela fala de Lobato, e tentamos por este reconstruir a voz do interlocutor. A carta abaixo é o único registro do discurso direto de Vianna em seu diálogo com Lobato que conseguimos ter acesso. Ainda assim, nossa consideração sobre a anotação à margem, que julgamos ser de Vianna, é apenas uma hipótese¹⁶³. Mas podemos tirar algumas conclusões a partir dela.

Dear Vianna.
[...]
U.S.A.! Mr. Ford! Marvelous!
I feel to depart at my real country.
Optical illusion?
Till to next week!
Lobato

[acrescentado em outra caligrafia, com uma seta apontando para a frase “Optical illusion?”]:
Completa. Alias antes de morrer
Compreendeu seu engano. [...] ¹⁶⁴

Se a anotação à margem for de Vianna, como pressupomos, este documento pode ser considerado um vestígio da “polêmica silenciosa” entre este e Lobato. Interessante, sendo a carta de aproximadamente 1930 (por volta de quando retorna ao Brasil), e tendo Lobato falecido em 1948, a anotação é deste ano até 1951 (ano da morte de Vianna), então este teve preocupação de retomá-la cerca de vinte anos após sua escrita, sentindo necessidade de registrar a sua posição: “[...] antes de morrer compreendeu seu engano”. A carta de Lobato novamente traz a dualidade apresentada anteriormente (*optical illusion versus real country*), aludindo aos conceitos de Vianna. A “ilusão de ótica” está em interrogação, um tipo de estratégia que busca aprovação do interlocutor. Mas Vianna associa esta à compreensão, posterior, do “engano” de Lobato. Qual seria? A compreensão do engano se daria pelo malogro do projeto modernizador lobatiano, ao modo americano, que seria também a comprovação do acerto da teoria de Vianna: o Brasil seria um caso *singular*, e seu desenvolvimento não poderia se basear em nenhum outro país; deveria, se pressupõe, buscar um desenvolvimento endógeno, específico ao seu “organismo” (aquele do Estado Novo?). Qualquer tentativa de importação de um modelo (político, como econômico) representava um caso de

162 Ibid. p. 96.

163 Pressuposição que seria facilmente comprovada ao se comparar a anotação com a caligrafia de Vianna, o que nos é inviabilizado por termos apenas a transcrição da carta, oferecida pela tese de TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das Cartas”: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários*. 2007. 2º vol. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 173.

164 Apud. Idem. *Grifos meus*.

“idealismo utópico”, quer dizer, seria superficial e inadequado à experiência brasileira. Monteiro Lobato, em seu deslumbramento pelos Estados Unidos e por Ford, se comportaria como um “utópico”, sofrendo de “ilusão de ótica”, de um engano. As adversidades por que passa ao tentar implementar seu projeto – tem as empresas petrolíferas emperradas e por fim acaba preso – seriam a resposta do “meio” a um modelo exógeno, tendo como consequência a amargura que experimenta no fim da vida, aquela “compreensão” que Vianna evoca. Realmente, em muitas cartas após sua prisão em 1941, quando Lobato abandona a causa pública do petróleo e do ferro, o tom é amargurado, como no seguinte desabafo:

O Brasil é uma pobre coisa enorme, inerme e condenada a um triste destino porque somos muito pobres de inteligencia. Essa pobreza determina a outra, a material.[...] Sentados em cima de gigantescas riquezas pontenciaes, somos um paiz de pés no chão, miseravelmente vestidos, miseravelmente alimentados e miseravelmente governado- [...] Fui um grande inquieto dos nossos destinos, e pensei demais no Brasil. Mas só durante a estadia de cinco anos nos Estados Unidos é que percebi as verdadeiras causas de nossa miséria, e se lhe contasse o que sei o senhor compreenderia o meu atual desinteresse por tudo. Somos um povo que 'não presta'. Falhamos. E o estado de escravisação politica atual é a mais lógica das conclusões.¹⁶⁵

Porém, como se vê no trecho acima, Lobato não abandona a ideia de que os Estados Unidos forneceram a percepção das “verdadeiras causas de nossa miséria”. O malogro de seu projeto, ao contrário de uma inadequação deste ao “meio” nacional, é atribuído ao “governo”, ao Estado centralizador apoiado por Vianna, e que Lobato sempre considerou a “ineficiência organizada”¹⁶⁶.

165 *Monteiro Lobato a Paulo Pinto Carvalho* (carta). São Paulo, 9/7/1943. Arquivo Caio Prado. Caixa 011 Co-2 /97. Arquivo do IEB-USP.

166 Carta a Oliveira Vianna de 13 de maio de 1932. In LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo. cit.* p. 177.

Penso, então, que a política toda caminhou nessa direção, numa revolução nacional popular, que estaria realizando um movimento afim, homólogo, funcional, à revolução proletária mundial. Então, lutar pela nação significava de algum modo lutar pelo socialismo. E houve uma geração atrelada sob esta inspiração. Eu fui, eu sou membro de uma geração treinada sob esta inspiração. Monteiro Lobato, como ícone principal, a luta pelo aço, pelo petróleo, e mesmo quando muito criança, o poço do Visconde. Tinha uns professores de geografia que nos levavam à Volta Redonda e nos mostravam emocionados o momento que o aço incandescente era formado e eles quase choravam. E ficavam estimulando os alunos a compartilhar daquele momento de grandeza nacional.

Luís Werneck Vianna

Dessa maneira, às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil já havia eu aderido plenamente à tese básica de Monteiro Lobato, sem o haver lido a respeito, pois dele só conhecia *Urupês*: dera aos aspectos econômicos da atividade humana uma prioridade e precedência que passaram a presidir toda a minha atuação posterior na função pública.

Jesus Soares Pereira

Capítulo 3

Maquinização: o projeto lobatiano de Brasil moderno (c. 1930-1941)

Durante os anos 1930, Monteiro Lobato vai empreender uma longa e exaustiva campanha pela modernização nacional. Após frustrado ensaio para implementação de um processo alternativo para produção nacional de ferro¹⁶⁷, o escritor orienta seu esforço para o desenvolvimento da indústria petrolífera no país sob ação da iniciativa particular. Era um projeto audacioso, porque incluía grandes e arriscados fluxos de capital para a pesquisa e exploração de um produto ainda não definitivamente descoberto em solo nacional, dentro de um contexto de baixa acumulação de conhecimentos técnicos e investigação insuficiente sobre a geologia brasileira. Entretanto, as potencialidades dessa descoberta seriam, na perspectiva lobatiana, proporcionais aos riscos, podendo conduzir o país à resolução do seu grande problema. Monteiro Lobato, estrategicamente, usa de seu prestígio literário para alavancar uma campanha junto a diversos setores sociais, colaborando por alçar o petróleo à questão nacional. Entretanto, a conjunção de obstáculos econômicos, técnicos e políticos, somada às concepções do escritor a respeito de uma iniciativa privada como motor das transformações sociais e do Estado como negação dos interesses coletivos, conduz, em uma conjuntura de construção progressiva do intervencionismo estatal, a um gradual estreitamento de seu campo de ação e ao fracasso na montagem da indústria petrolífera nacional sob comando do setor privado.

Do ponto de vista da interpretação lobatiana, a afirmação de um projeto modernizador representou a suspensão da concepção trágica da nação. As impossibilidades nacionais levantadas pela literatura do *ciclo de Urupês* serão substituídas pela indicação de uma nova viabilidade nacional, alcançada pela “maquinização” - termo mais ou menos correlato ao de “industrialização”¹⁶⁸. A “maquinização” se faz, assim, a resposta de Monteiro Lobato para a

167 O processo tradicional de produção do ferro exigia vultuosas quantidades de carvão mineral, o qual, no país, era escasso e de baixo poder calorífico. Nos Estados Unidos, Monteiro Lobato conheceu Mr. Smith, engenheiro da Motor Ford Company, que inventara um processo de produção de ferro com menor necessidade de calor e a partir de qualquer fonte de carbono. Estaria, assim, resolvido, segundo Monteiro Lobato, o problema do ferro no Brasil. De volta ao país, Monteiro Lobato monta, em sociedade com Fortunato Bulcão, um forno experimental de fundição do ferro esponja, o qual parece não ter sido bem aceito. As razões para o fracasso da experiência não são bem claras, mas devia estar relacionado às dúvidas sobre a utilidade do ferro esponja e, possivelmente, ao custo do projeto. Como veremos, a atividade petrolífera não será menos custosa. cf. LOBATO, Monteiro. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

168 Esta categoria estava fora do universo conceitual do escritor. A questão terminológica é importante porque pode indicar o grau de desenvolvimento de uma mentalidade modernizadora, determinando as formas de percepção

malformação nacional. Os anteriores entraves internos da formação, que expressariam paradoxos da constituição nacional, passam a carecer de sentido quando o problema nacional é deslocado para o âmbito econômico.

Este capítulo se dedica ao projeto lobatiano de modernização nacional tentando verificar quais eram suas propostas, como buscou implementá-las e que obstáculos enfrentou. Dado que a atuação do escritor se centrou na atividade petrolífera, inicialmente se abordará brevemente algumas questões gerais relacionadas ao produto durante a década de 1930. Em seguida, se passará ao ambiente criado pela ação das companhias petrolíferas nacionais privadas – às quais Monteiro Lobato buscou se vincular – para, logo depois, abordar o papel a que o escritor se reservou diante dessas companhias, da opinião pública e dos diferentes níveis do Estado. Finalizando o capítulo, busca-se realizar uma reflexão sintética sobre os sentidos das propostas lobatianas, de sua atuação e da posição que ocupa diante de diferentes setores da sociedade.

3.1 A campanha do petróleo nos anos 1930

O desenvolvimento de uma política para a pesquisa e exploração de petróleo e, de forma mais ampla, a questão energética se vinculam ao debate maior que envolveu o processo de industrialização do Brasil. A literatura especializada costuma destacar que a década de 1930 representou um momento de virada no sentido de uma nova configuração sócio-política¹⁶⁹, quando se verifica, do ponto de vista econômico, o início do predomínio da indústria como setor dinâmico¹⁷⁰.

sobre o problema e orientando os projetos propostos. Roberto Simonsen, utilizava, ainda nos anos 1930, o conceito de “industrialização”, mas a mudança mais importante se dará com a transformação da categoria de “atraso” na de “desenvolvimento”. Esse processo se dá entre as décadas de 1930 e 1950, passando respectivamente pelas formulações de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Sobre a ocorrência do termo “industrialização” em Simonsen, cf., por exemplo, SIMONSEN. *As Finanças e a Indústria. Conferencia realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de Abril de 1931*. São paulo Editora Limitada, [s/d], p. 41. A respeito da contribuição de Simonsen para o debate conceitual, ver CEPEDA, Vera Alves. “A construção do conceito de subdesenvolvimento no pensamento econômico brasileiro - a contribuição de Roberto Simonsen e Celso Furtado”. In: IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico, 2005, Lisboa - Portugal. IV Encontro Ibérico de História do Pensamento Econômico - Anais. Lisboa-Portugal: ISEG - Universidade Técnica de Lisboa, 2005. v. único.

169 Cf. FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003; BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995; FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

170 FURTADO. Op. cit., p. 207 et seq.

De acordo com Dean, a indústria nasce como consequência do capital cafeeiro¹⁷¹. Seja como consequência das necessidades de modernização da estrutura do país – portos, ferrovias – para que se viabilizasse o crescente negócio do café, seja como resultado do beneficiamento de mercadorias importadas destinadas ao consumo em uma economia especializada quase em um único produto¹⁷², a indústria emerge vinculada, direta e indiretamente, às atividades do café, submetida às necessidades e determinada pelas contradições de uma economia de exploração de produtos tropicais voltada para o mercado externo¹⁷³. Na década de 1930, este panorama começa a ser sensivelmente modificado.

Acompanhando o debate sobre o petróleo, intensificado a partir do início desta década, se percebe que, ao lado das transformações econômicas e políticas, começa a se construir um campo de pensamento que se constituirá efetivamente apenas após meados da década de 1940, na esteira do conceito de *desenvolvimento*. Nos transcurso destes quinze anos de gestação¹⁷⁴, a mudança das ideias de *progresso* e *atraso* para a de *desenvolvimento*¹⁷⁵, e o tateamento de conceitos para abarcar as transformações em curso ou que se almejava – “maquinização”¹⁷⁶, “industrialismo”, “industrialização”¹⁷⁷, etc – indicam se tratar de um processo ainda embrionário. O surgimento de uma política industrialista, a elaboração de um pensamento que aponta o desenvolvimento da indústria como fim último que garantiria um lugar ao sol ao país, a recusa, portanto, da teoria das vantagens comparativas e da crença na vocação agrária do Brasil, determina e é determinada por um processo histórico, não podendo ser entendido em termos de “evolução natural”. Ao contrário, se trata do desafio de construir um país industrial a partir de uma configuração originária de subordinação como região periférica. Passava-se, portanto, por um processo de aprendizado, o que inclui o ensaio dos caminhos possíveis para a modernização nacional.

A partir destas considerações introdutórias, pode-se dizer que também a questão petrolífera estava submetida, no princípio, às necessidades da economia cafeeira. Inicialmente, o petróleo era tratado como um insumo secundário necessário para levar a mercadoria economicamente mais importante – o café – de um ponto a outro – da fazenda ao porto. A principal atividade estava alicerçada na força de trabalho do campo. Por isso, a importação de óleo era tão somente um

171 Cf. DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/ EDUSP, 1971.

172 BARBOSA, Alexandre de Freitas. Op. cit., p. 190.

173 Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000.

174 Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit., p. 247 et. seq.

175 Cf. CÊPEDA, Vera Alves. Op. cit.

176 LOBATO. *Escandalo...* cit, p. 251.

177 Cf. SIMONSEN. Idem.

problema de balança comercial. Isso explica porque apenas em torno a década de 1930 a questão passa a ser tratada com mais importância, experimentando progressivamente, junto às reivindicações da indústria e à formulação de um pensamento industrialista, a sua *autonomização*. A crescente presença da máquina significava uma paulina mudança no modo de produção, pela qual a junção máquina-petróleo começa a ser entendida como a verdadeira fonte de riqueza. Não é acaso que dois grandes pioneiros da defesa da industrialização do país – Monteiro Lobato e Roberto Simonsen – passem a medir a riqueza nacional em termos da força produzida pela energia mecânica aqui disponível¹⁷⁸. Por isso, a dependência externa de energia – importação de carvão e petróleo – inicialmente entendida como uma preocupação secundária – a principal era com as oscilações no mercado do café – aparece, durante esse novo período, como problema de primeira ordem.

A questão do petróleo nos anos 1930 apresenta importantes especificidades. Em primeiro lugar, é neste período que o tema passa a se apresentar como um problema de âmbito nacional, ou seja, experimenta uma projeção sobre a opinião pública do país e se apetrecha de um discurso nacionalista. Neste momento, a identificação do petróleo como questão nacional não estava necessariamente vinculada – como acontecerá posteriormente – ao Estado. O período vê surgirem grupos oriundos da iniciativa privada que procuram não apenas se colocarem como o único caminho eficaz para o desenvolvimento da atividade, mas ainda intentam se fazer depositários e porta-vozes dos interesses nacionais. Essa configuração é, em relação a estruturação futura da questão petrolífera, *sui generis*. Soma-se a isto um detalhe que não é sem importância: a presença direta de um consagrado literato nacional. Monteiro Lobato, escritor há mais de uma década identificado com demandas nacionalistas específicas, com razoável capital simbólico e social acumulado, possuindo, portanto, grande legitimidade como porta-voz dos interesses nacionais, faz despertar um conjunto de expectativas que, no mínimo, contribuem para identificar a demanda pelo petróleo como uma questão nacional. Além disso, o escritor procura igualmente se fazer, tanto junto ao governo federal como diante da nação, representante e porta-voz das diversas companhias nacionais de petróleo, orientando seu capital simbólico e social no sentido de sua conversão em capital econômico e apoio político.

Este é, sobretudo, um momento de experimentação, quando a possibilidade de se desenvolver uma indústria petrolífera nacional por meio de segmentos da iniciativa privada é colocada em teste e determina, em parte, as orientações estatistas que se desdobram. A falência da

178 Cf. SIMONSEN. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: [s/n], 1939 e LOBATO. *O Escandalo...* cit.

iniciativa privada conduzida por Monteiro Lobato é, ao mesmo tempo, sua vitória e desgraça. Ela obtém êxito ao colocar o petróleo como uma demanda nacional, com reverberação na opinião pública, mas também prova o seu fracasso estrutural em conduzir a solução para o problema a que aponta. Do ponto de vista do governo federal, aquela falência ratifica a importância do papel estatal. A iniciativa particular, sobretudo pela caneta de Monteiro Lobato, construiu a imagem de um governo central contrário às suas demandas. Na verdade, ocorria, por parte do executivo federal, uma indecisão entre as soluções estatal e privada. Próximo ao fim do período, no momento em que Monteiro Lobato e seus parceiros privados davam sinais de exaustão, o executivo federal se inclina mais decididamente para a via estatal, criando, em consonância com a política do Estado Novo, o Conselho Nacional do Petróleo.

Adiante, procuraremos nos debruçar sobre a atuação petrolífera de Lobato e dos segmentos do setor privado a ele ligados. Tomamos como referência os anos entre 1930 – início efetivo da atuação de Lobato na atividade – e 1941 – ano da prisão do escritor e marco do término de sua campanha.

3.2 Do petróleo como euforia...

É interessante o relato de Edson de Carvalho sobre os inícios das atividades da Companhia Petróleo Nacional S.A., da qual era incorporador, constituída para a pesquisa de petróleo na localidade de Riacho Doce, em Alagoas. A inauguração do primeiro furo, denominado “Poço José Bach”, em homenagem ao “primeiro mártir do petróleo”¹⁷⁹, fora marcada para 7 de setembro de 1932, poucos meses depois de expedido o decreto, assinado por Getúlio Vargas, que autorizava a formação da empresa.

No Riacho Doce, tenho a grata surpresa de ver que os trabalhos, sob a direção técnica do Dr. Milcíades Ipiranga dos Guaranis, tinham progredido de maneira surpreendente. Estava quase tudo pronto para a inauguração! [...] grande quantidade de material tinha chegado, e como tudo aquilo parecia um campo [petrolífero] americano! A afluência de gente de Maceió e de outros Estados que passava pelo nosso porto, era enorme. Chegavam carros a todo momento. O povo de Maceió é um povo cético, não acreditava, e se mostrava agora maravilhado. Ouvi um cidadão dizer:

Para mim, chega, não precisa nem tirar petróleo, porque eu já dou como bem empregado o dinheiro gasto com as minhas ações.

Todos riram, porque o homem estava maravilhado!

179 CARVALHO, Edson de. *O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958, p.55.

Com bastante antecedência, convidamos o povo de Alagoas, através da imprensa, para a inauguração a realizar-se às 3 horas do dia 7. Dois dias antes, distribuímos cartões especialmente impressos para as autoridades civis e militares.

Chega o dia, a afluência de gente excedeu a toda a expectativa. Logo pela manhã cedo, uma verdadeira multidão começava a chegar de todos os quadrantes do Estado. Às sete da manhã, já a *Light* de Maceió chegava com os seus primeiros ônibus especiais, superlotados, [...] que teriam de fazer o mesmo trajeto de 13 quilômetros durante todo o dia. Às 10 horas já era grande o número de automóveis. Famílias e mais famílias de todas as categorias iam chegando. Os meus amigos me invadiram logo a casa, e a Vila dava um aspecto dum dia de grande festa. Realmente, Riacho Doce nunca mais conheceu outra igual, nem mesmo quando a explosão de gases, anos mais tarde, chegou a acordar o Brasil inteiro.

Aproximou-se a hora previamente marcada. A multidão crescia assustadoramente. Os ônibus da *Light* despejavam gente e mais gente. Quem não tinha automóvel, nem conseguia uma passagem de ônibus, ia a pé pela estrada poeirenta. Às 2,30, chega o [interventor de Alagoas] Dr. Tasso Tinoco acompanhado de seus secretários do Interior, da Fazenda e do Diretor de Obras do Estado. Logo atrás ia o Prefeito de Maceió, acompanhado de seus secretários. Chega também o Comandante do 20º B.C. com seu Estado-Maior. Após os cumprimentos, vamos todos a pé para o campo que fica a uns trezentos metros da minha casa. Todos se admiram da grande afluência do povo. Parece-me que pela primeira vez eu vislumbro um pequeno sorriso na face do Dr. Tasso Tinoco. Chegamos ao campo. Mal podíamos locomover-nos. Mostrei aos visitantes todas as instalações, juntamente com o Dr. Milcíades. Dirigimo-nos para o tablado da torre. Eram precisamente 3 horas, quando o Interventor Tasso Tinoco acionou uma das alavancas e todo o conjunto se pôs em movimento. A sereia abriu num apito ensurdecedor, a multidão rompeu vivas a Alagoas, e o trépano rompia a primeira camada vegetal da terra. Estavam inaugurados os trabalhos de Riacho Doce.¹⁸⁰

O evento que a descrição dá conta possui os ingredientes de um espetáculo, montado para causar impressão. O cenário – verdadeiro “campo [petrolífero] americano” -, com a torre da sonda de prospecção e outros maquinários, fazia o papel de protagonista, como dá testemunho a fala do homem “maravilhado”, esta por sua vez apontando o componente afetivo do evento. Foram tomadas medidas para garantir a presença do público – elemento legitimador – em uma data cuidadosamente escolhida – dia 7 de setembro -, de modo que a ninguém passasse despercebida a significação do acontecimento. O desenvolvimento do espetáculo se segue pelos lances de encenação que se desdobram no sentido de uma progressiva intensificação: o constante fluxo dos ônibus e o crescente afluxo de gente, a chegada de importantes autoridades civis e militares do estado, a caminhada até a torre e as vistas às instalações, a subida no tablado, o acionamento do maquinismo, o disparo ensurdecedor do apito do mecanismo e a explosão eufórica dos espectadores. O qualificativo suscitado pelo autor - “festa” - autoriza que se denomine o evento como espetáculo eufórico, confirmado pela reação final quase simultânea da máquina e do público.

Essa concepção da atividade petrolífera como espetacular aparece em outros comentadores coevos. Emilio de Maya, se referindo à “febre de furar” que a “caça ao óleo” desveria despertar, comenta:

Assim se faz quando há interesse na descoberta do óleo. Trabalha-se de dia e de noite, revezando-se as turmas [...]. Eis o espetáculo que se observa em um moderno campo de pesquisa. Compare-se o panorama com este

180 Ibid., pp. 51-53.

que se descortina no Brasil. O contraste nos deixa a impressão de estarmos parados.¹⁸¹

Havia, portanto, a expectativa de que a atividade petrolífera desenvolvesse um ambiente de euforia (“febre”, “espetáculo”), devendo o “moderno campo de pesquisa” desdobrar-se em movimento incessante (“trabalha-se de dia e de noite”). Expectativa que, segundo o relato de Edson de Carvalho, a inauguração daquela companhia parecia satisfazer.

A inauguração espetacular da Companhia Petróleo Nacional não era gratuita. A intensificação eufórica que a caracteriza era proporcional aos obstáculos que a empresa nascente – assim como outras semelhantes – enfrentava. A encenação, cuidadosamente planejada, era a contrapartida aos ânimos pessimistas que o empreendimento despertara. Mais do que isso, o espetáculo deveria valer como justificativa aos esforços e capitais alocados na empresa. Do mesmo modo, o sucesso do espetáculo, medido pela intensidade do consentimento final e comum do público e da máquina, funcionava como contrapeso às inseguranças que os riscos do empreendimento deveriam causar, principalmente a possíveis acionistas. Daí, tanto em um como em outro caso, a importância da fala em destaque, que, ao afirmar estar o capital “bem empregado” antes mesmo de se tirar o petróleo, ou ainda que não se lograsse o descobrir (“não precisa nem tirar petróleo”), atestava a probidade da empresa. Deste modo, independente do sucesso particular da companhia, *simbolicamente* estava assegurada a independência (econômica) do Brasil (e de Alagoas dentro da federação – lembre-se os “vivas a Alagoas”), indicando o caminho que daí por diante se deveria seguir.

O caso é perfeitamente compreensível, dado o episódio anterior envolvendo o diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGM) e autoridade nacional sobre o petróleo, Eusébio Paulo de Oliveira. Quando do lançamento do manifesto de constituição da companhia, objetivando a captação de capitais, Eusébio de Oliveira, em declaração à imprensa do Rio de Janeiro, se mostrou apreensivo sobre as possibilidades da existência de petróleo no país e questionava a honestidade dos incorporadores da empresa, entre eles o ilustre escritor Monteiro Lobato. O diretor do SGM estranhara o otimismo extremado dos incorporadores em suas declarações públicas, especialmente quando Monteiro Lobato, sustentado nas verificações de um aparelho desconhecido inventado pelo mexicano Felipe Romero, dava o caso do petróleo brasileiro por resolvido¹⁸². O próprio Lobato relata o ocorrido:

181 MAYA, Emylio de. *O Brasil e o Drama do Petróleo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 164.

182 SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro/ Brasília: Editora Atenova S.A./ Editora da Universidade de Brasília, 1978, p. 41; PEREIRA, Jesus Soares. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 65 e 180.

No dia seguinte á chegada ao Rio [de Janeiro] do telegrama, comunicando o feliz resultado das provas [atestando a existência de petróleo] em Riacho Doce, o chefe do Serviço Geológico surge na primeira pagina do GLOBO. Nega a pés juntos. Jura que é mentira, que não há petróleo. Disse ele em entrevista: “Não acredito na existencia de petroleo, na quantidade indicada, na zona referida, nem na eficacia do aparelho Romero, nem tão pouco na sinceridade dos que procuraram organizar sociedade comercial que pensa explorar os tais lenções de petroleo.”¹⁸³

Entretanto, como será explorado por Monteiro Lobato, a justificativa para os trabalhos na companhia provinham de declarações anteriores dos próprios técnicos do SGM, incluindo Eusébio de Oliveira, que, pesquisando a região, teriam se deparado com “petróleo livre” e “xisto muito mole, saindo muito óleo”¹⁸⁴.

Juraci Magalhães, que governa a Bahia até 1937, relembra as impressões que se tinham daqueles agentes privados envolvidos com a pesquisa do petróleo:

[...] desde os primeiros brados [pelo petróleo] [...] se vivia na época uma atmosfera de desconfiança, conseqüente à ação dos aventureiros que desmoralizaram o problema do petróleo, como o mexicano Felipe Romero, que trabalhava com Monteiro Lobato, ou inúmeros falsos descobridores ingênuos, mas quase sempre a serviço de espertalhões. [Oscar] Cordeiro, [que pesquisava petróleo na localidade de Lobato, na Bahia,] com sua linguagem empolgante, afigurou-se aos homens do governo, com sua responsabilidade pessoal e oficial, “mais um” mistificador [...].¹⁸⁵

O trecho resume bem a avaliação que se fazia do conjunto de empresas privadas nacionais envolvidas com a pesquisa do petróleo: aventura, ingenuidade e empolgação; no pior dos casos, empresas sustentadas por espertalhões e mistificadores. Era exatamente este tipo de avaliação negativa que o evento de inauguração espetacular da Companhia Petróleo Nacional tentava reverter. Mas, assim como a “linguagem empolgante” de Oscar Cordeiro se confundia com a ação de “mistificadores”, também o evento poderia ser percebido como mera encenação. Assim parecia indicar o personagem soturno que assistia o evento à distância: “Longe, bem longe do que acontecia, divisei um homem à sombra de um coqueiro. Estava só, isolado, com uma fisionomia que parecia uma máscara, e eu o imaginei dizendo para consigo mesmo: *tudo isso é droga, e não vai dá certo*”¹⁸⁶.

A passividade deste elemento contrasta com a exaltação dos espectadores mais intimamente envolvidos. Era justamente a exaltação dos ânimos que o Ministro da Agricultura Odilon Braga,

183 LOBATO, Monteiro. *O Escandalo do Petroleo*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 44.

184 Ibid., pp. 81-84.

185 MAGALHÃES, Juraci apud MARINHO JR, Ilmar Penna. *Petróleo: Política e Poder. Um novo choque do petróleo?* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980, p. 238.

186 Se tratava de Luis Leite e Oiticica, que anteriormente criticara na imprensa de Maceió as atividades da companhia. CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 53

que entrará em choque com aqueles agentes privados nacionais, condenará três anos mais tarde:

Deslocada a questão do plano material em que deverá ser examinada com objetivismo e rigor técnico, para o da exaltação sentimental em que se vem debatendo, fácil foi criar contra o Ministério da Agricultura, e sobretudo contra os seus técnicos de merecimento e probidade indiscutíveis, a hostilidade manifesta com que injustamente estão sendo julgados. [...] se expõe [a questão do petróleo] com um sensacionalismo mais apropriado ao gênero novelesco do que ao histórico [...].¹⁸⁷

Essa “exaltação sentimental” de que o ministro Odilon Braga dá notícia era valorizada pelos incorporadores das companhias nacionais e fazia parte do espetáculo que o petróleo devia dar lugar, como se vê em carta de Monteiro Lobato, escrita no mesmo momento, endereçada ao engenheiro Charles Frankie:

Os ânimos estão incendiados. Diz Edson [de Carvalho] na [carta] de ontem: “Os ânimos estão exaltados. Tudo está bem articulado. Os artigos do [senador de Alagoas] Costa Rego são transcritos em todos os jornais. A romaria a Riacho Doce é a melhor propaganda que temos. Todos se levantam contra o governo e nem o Getúlio escapa. O golpe vai ser de mestre – você articulou tudo brilhantemente. A nova *Luta pelo Petróleo* vai ser o estopim. Vamos ter um verdadeiro estouro de manada. Ninguém agüentará a avalanche que está se formando aqui. Mande 100 exemplares. Tenho outros setores que preciso levantar – Sergipe, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Pará.”¹⁸⁸

A “exaltação sentimental”, o “sensacionalismo”, a “linguagem empolgante”, o “espetáculo”, enfim, a retórica envolta em extremo otimismo compunha o arsenal necessário para viabilizar as atividades daquelas empresas. Era, em certo sentido, o tipo de capital que possuíam – capital simbólico – o qual deveria ser explorado ao máximo para sua conversão em adesão ao projeto (o “estouro de manada”), em primeiro lugar, e, como consequência, para a atração do capital econômico. Por isso, por parte das companhias petrolíferas, eram muito prezadas as manifestações públicas de suas conquistas, não raro se tornando verdadeiros atos de fala, capazes de causar oscilações na opinião pública, como os *anúncios* a respeito de novos indícios de petróleo:

Em Riacho Doce, toda vez que o engenheiro Edson de Carvalho anunciava a descoberta de um novo indício da provável existência de óleo, a publicidade ministerial [do Ministério da Agricultura], acusava-o de mistificador, esquecida de que os mesmos indícios há cerca de vinte anos vinham sendo notados pelos próprios geólogos do Governo [Federal]. Entretanto, à persistência daquele técnico brasileiro se deve, em grande parte, a situação atual [em 1938!] de interesse público pela descoberta do petróleo brasileiro.

O mesmo sucedia com Monteiro Lobato, toda vez que o autor de *O Escândalo do Petróleo* animava a iniciativa particular no caso da constituição de empresas para a pesquisa e a exploração do petróleo. No

187 BRAGA apud. COUTINHO, Lourival & SILVIERA, Joel. *O Petróleo do Brasil: Traição e vitória*. Rio de Janeiro: Editora Coelho Bran[?], 1957, pp. 327-328.

188 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 14/01/1935. In CHIARADIA, Kátia. *Ao Amigo Frankie, do seu Lobato. Estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo (1936) e O Poço do Visconde (1937)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 303.

entanto, em 1918, Euzebio de Oliveira falava em “profundos e valiosos lençóis de petróleo no Estado de São Paulo” e achava que “não só o Governo [Federal] como os industriais devem empregar todos os esforços para tornar real essa probabilidade”.¹⁸⁹

Estava em tela a tentativa de conversão do otimismo em apoio econômico. Este otimismo, que a muitos aparecia como “ingenuidade” ou “leviandade”¹⁹⁰, era necessário em virtude da configuração básica daquele conjunto de empresas: sociedades anônimas constituídas com capital por ações¹⁹¹, oferecidas principalmente através da imprensa. Na maior parte dos casos, as companhias enfrentaram dificuldades em vender suas ações, e tinham boa parte de seu capital representado por “bens e direitos”, difícil de ser convertido no capital necessário para as perfurações. A empolgação, neste caso, poderia valer mais, ao atrair pequenos capitais para as companhias, como percebera então Odilon Braga, se referindo à “‘técnica’ do lançamento de sociedades anônimas, baseado no 'estrondo', que desperta a atenção do capitalista atraído para outros negócios”¹⁹².

Realmente, ainda em 1937, em circular destinada aos “colaboradores” da Companhia Matogrossense de Petróleo, os incorporadores – entre os quais, Monteiro Lobato – afirmavam a necessidade de “entusiasmo e confiança” para a obtenção de êxito na venda das ações¹⁹³. Na mesma toada e pela mesma época, a Companhia Petróleo Nacional anunciava em seu prospecto:

Veja as nossas possibilidades
Despreze os derrotistas
Compre ações desta cia¹⁹⁴

Certamente, “entusiasmo e confiança” funcionavam como moedas de troca, contrabalançando a percepção dos riscos que o empreendimento claramente suscitava. Afinal, o investimento nestas companhias representava a aposta em um empreendimento comercial que prometia sucesso se sustentando sobre a fragilidade de “indícios”, como os (supostos) “jatos de gás de petróleo encandecido” que figuravam no prospecto citado acima¹⁹⁵. Aparentemente, apenas o

189 MAYA. Op. cit., pp. 187-188.

190 PEREIRA, Jesus Soares. Op.cit., p. 64. Comentando o que denomina como “declarações levianas” de Lobato, Jesus Soares Pereira afirma: “Isto se explica pelo fato de suas declarações serem destituídas de caráter técnico ou científico”. Ibid., p. 65.

191 Ibid., p. 60.

192 BRAGA, Odilon. *Bases para o Inquerito sobre o petroleo*. Rio de Janeiro: Directoria de Estatística da Produção, Seccção de Publicidade, 1936, pp. 86-87.

193 “Offerecido pela Companhia Mattogrossense de Petroleo aos seus dignos collaboradores”. HB 36.09.16, pasta I. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas (daqui por diante, CPDOC - FGV).

194 “Prospecto”. HB 38.07.07 Pasta VI, doc 10. CPDOC - FGV.

195 Idem.

otimismo autorizava a ligação segura dos indícios às jazidas de petróleo, a real fonte de riqueza. Deveria, portanto, a uma parte do público – em especial àquela com grandes disponibilidades de capital – parecer precária a segurança de possíveis valores investidos. Mas se era assim, por que empregar capitais e por que perder tempo com atividades comerciais que se mostravam tão inseguras? Por que gastar tanta energia na formação de empresas que pareciam representar verdadeiros cavalos de Troia?

Pressupondo a integridade dos incorporadores daquelas companhias, quer dizer, que não objetivavam a absorção das economias dos mais incautos – fato confirmado pela comum falência ou mal destino daqueles -, deve-se buscar a resposta em razões outras que não puramente comerciais. Retomando a circular da Companhia Matogrossense de Petróleo, verifica-se que, juntamente ao “entusiasmo e confiança”, os incorporadores incluíam outros argumentos para a venda das ações:

*Não basta ter civismo se este não é concretizado por atos. Nenhuma forma melhor de contribuir para o engrandecimento do Brasil do que trabalhar pela sua independência econômica. E esta só o petróleo pode dar. Eis a grande verdade que todos os nossos colaboradores devem permanentemente repetir para ficar gravada na consciência de todos que a ouvirem.*¹⁹⁶

Ainda pelos termos do mesmo documento, a questão do petróleo deveria ser entendida como uma “cruzada prática de brasilidade”¹⁹⁷. Esse discurso que liga petróleo e nacionalismo se torna comum às companhias petrolíferas da época, como demonstra o panfleto da Companhia Petroleos da Bahia, S.A. - COPEBA, em fins da década de 1930:

O Brasil pode e tem que ser o maior produtor de petróleo da América do Sul!
Esse é o meio rápido do Brasil enriquecer, readquirindo o crédito perdido, dar instrução e higiene ao seu povo, resolver de uma só vez os seus problemas: descobrindo e explorando o PETRÓLEO – a riqueza máxima das nações. Temos de dar o mais decidido e eficiente apoio à campanha Pró-PETRÓLEO. Quem não o fizer está traíndo a sua pátria, sacrificando o futuro de seus filhos. O Brasil breve terá petróleo em tremendas quantidades!¹⁹⁸

Na mesma toada, proclamara a Companhia Petróleo Nacional em seu manifesto de lançamento, em meados de 1932:

O mais elementar patriotismo impõe a todos os brasileiros um decidido apoio a esta iniciativa. Nós, só nós, com a nossa inteligência, com o nosso esforço, com a nossa boa vontade e espírito de cooperação, é que

196 “Oferecido pela Companhia Matogrossense de Petroleo aos seus dignos colaboradores”. HB 36.09.16, pasta I. CPDOC - FGV. Grifo no original.

197 Idem.

198 [Panfleto da Copeba]. HB 38.07.07 vp (XVI-28). CPDOC - FGV.

havemos de solver os nossos problemas.[...] Há incrédulos, há céticos, mas *há também crentes*. Unamo-nos, nós que cremos na possibilidade de fazer do Brasil uma nação rica e poderosa [...] ¹⁹⁹

Portanto, o otimismo aparentemente mal-intencionado ou ingênuo servia a um propósito maior: a elevação do petróleo à questão nacional²⁰⁰ – transbordando os círculos restritos de discussão no sentido da construção de uma consciência coletiva sobre o problema – e a defesa do desenvolvimento nacional a partir da promoção dessa indústria pelo setor privado. De outro modo, a iniciativa privada se fazia porta-voz dos interesses nacionais e se afirmava como o caminho necessário para a resolução dos problemas do país, identificados com a questão do petróleo. Era, como já mencionado, uma equação *sui generis*: petróleo, nacionalismo e iniciativa privada.

Isso se deve, por um lado, às características já mencionadas do tipo de empresa que irá se formar: sociedades anônimas de capital aberto, constituído por pequenas ações, em geral com dificuldades para consolidar seu capital. O argumento nacionalista representava instrumento potente para a atração de capitais. Entretanto, não se deve minorar o papel do sentimento nacionalista dos próprios incorporadores e a convicção sobre a centralidade que a atividade deveria representar para o desenvolvimento do país. Aos interesses comerciais, deve-se incluir o interesse pela resolução do que era entendido como problema nacional, como na fala de Monteiro Lobato transcrita por Edson de Carvalho:

Edson, eu não sei por que eu não vivo a vida normal de um cidadão qualquer. Podia tão bem viver para a minha mulher e para os meus filhos, mas a pobreza, a lentidão do desenvolvimento do Brasil sempre me preocupou vivamente. Está no meu sangue. Nasci com esta sina. Eu sofro profundamente com as misérias do Brasil. Toda vez que os meus patrícios, lá do teu longínquo Estado de Alagoas, de Pernambuco, do Nordeste se deslocam sob o peso das calamidades climáticas, aqui no meu escritório, no meu lar, eu sinto a angústia, eu sinto o drama de cada um e, às vezes, eu sinto até sede!²⁰¹

E, mais a frente, Carvalho completa: “E foi assim, com a alma pura como um brilhante sem jaça, vendo a grandeza do Brasil, sonhando com a prosperidade de todos os brasileiros, que MONTEIRO LOBATO se fez pioneiro do petróleo!”²⁰².

Entretanto, o grande capital nacional parecia não se mostrar adepto deste discurso nacionalista, se mantendo distante daqueles empreendimentos, como observa Luciano Martins, ao

199 Apud CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 36. Grifos do autor.

200 COHN e MARTINS localizam o surgimento do petróleo como questão nacional por este período, anterior portanto à campanha petrolífera em fins dos anos 1940 e à formação da Petrobras. Cf. COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 11, e MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos, 1976, p. 268.

201 CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 8

202 CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 21.

afirmar haver uma crise de representatividade dos empresários no grupo dos “pioneiros”²⁰³. Este era um limite para o funcionamento destas empresas, ao qual vão se juntar outras dificuldades ao longo da década.

3.3 ... ao petróleo como tragédia

Na continuação do fragmento acima citado, comenta Carvalho: “Ai de Lobato! Ai dos pioneiros! Dias, meses, anos terríveis os aguardavam, por terem cometido um único crime – o de sonharem e trabalharem por um Brasil próspero e feliz!”²⁰⁴.

Esta passagem está erigida sobre duas ideias básicas. Uma delas afirmava que o envolvimento com as atividades do petróleo não era motivada por interesses particulares, mas pelo interesse coletivo nacional, defendendo, ao mesmo tempo, a tese de que o petróleo representava a solução para o problema brasileiro. Como vimos, diante da acusação de que os incorporadores eram “aventureiros de má fé”²⁰⁵, os “pioneiros” buscavam valorizar sua defesa.

A outra ideia sugeria que aos autodenominados “pioneiros” estaria reservado um destino trágico. Em poucas palavras está esboçada a (re)interpretação que os agentes privados farão de sua atividade: os “pioneiros”, já elevados a condição de heróis nacionais ou mártires, motivados por elevados valores coletivos, se engajam nas atividades de pesquisa e exploração do petróleo, ignorando, entretanto, seu futuro “terrível”. Esta concepção é reforçada pela definição de sua atividade como “luta” - o que correspondia à elevação simbólica de sua própria ação – e pela denominação dos obstáculos que enfrentarão como “forças ocultas”²⁰⁶.

Essas definições estavam presentes já no título de muitas obras publicadas por comentaristas direta ou indiretamente envolvidos, mesmo aqueles que não eram necessariamente simpáticos aos agentes da iniciativa privada: *A Luta pelo Petróleo* (1935), traduzida por Monteiro

203 “Les pionniers qui se lançaient dans la prospection manquaient des conditions minimum, que ce soit em termes d’investissement, ou em termes de représentativité des entrepreneurs”. MARTINS. Op. cit., p. 271-272. Sobre o baixo interesse do capital nacional nas atividades petrolíferas de então, Ibid, p. 278.

204 CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 21.

205 LOBATO, Monteiro. *Escandalo do Petroleo*. 5ª ed. cit., p. 61.

206 Assim define Monteiro Lobato: “O petroleo está hoje praticamente monopolizado por dois imensos trusts, a Standad Oil Company e a Royal Dutch & Shell – o grupo de Rockefeller e o grupo de Deterding. Como dominaram o petroleo, dominaram tambem as finanças, os bancos, o mercado do dinheiro; e como dominaram o dinheiro, dominaram tambem os governos e maquinas administrativas. Essa rede de dominação constitue o que chamamos os INTERESSES OCULTOS.” Ibid., p. 11.

Lobato e Charles Frankie²⁰⁷; *O Escândalo do Petróleo* (1936), de Monteiro Lobato; *O Brasil e o Drama do Petróleo* (1938), de Emylio de Maya; *O Petróleo do Brasil: traição e vitória* (1957), de Lourival Coutinho e Joel Silveira; *O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro* (1958), de Edson de Carvalho; *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento* (1975), de Jesus Soares Pereira²⁰⁸. Há uma percepção comum da atividade como essencialmente conflituosa, tendendo a um desenvolvimento ali definido como “dramático”.

Na mesma toada, Edson de Carvalho, ao comentar os acontecimentos que se desdobram após a descoberta de gás nas sondagens da Companhia Petróleo Nacional, desabafa: “Os dias passam. Passam-se as semanas, e enquanto se espera, o 'drama do petróleo' continua, tornando-se às vezes trágico²⁰⁹”. Mais à frente, relembra o cruel destino de outro “pioneiro”:

Ângelo Balloni, o velho pioneiro da [Companhia] “Petrolífera Brasileira”, fazia dó. Já não parecia mais gente deste mundo. Vivia como em transe. Falava do seu trabalho. Do poço mais profundo até então levado a efeito no Brasil. 1370 metros! - dizia ele admirado de sua própria proeza – até o violino de minha mulher, violino de estimação que valia 200 contos, se foi por 40 para que os trabalhos continuassem.²¹⁰

Comentando, em 1938, o desenvolvimento da atividade petrolífera no Brasil e no mundo, Emylio de Maya afirmava ser complexo o

[...] drama [...] que o petróleo alimenta e cujo desfecho, no futuro, não se pode seguramente prever. Muitas cenas emocionantes já foram representadas. E como o drama é real, os personagens morrem de verdade. O enredo tem os característicos de romances de aventura, dos filmes de sensação. Mas a história é real e bem vivida.²¹¹

Por sua vez, Monteiro Lobato, pela boca de Edson de Carvalho, comparava a atividade do “pioneiro” a uma doença que, no caso do insucesso, conduzia à degradação e à morte:

A febre do óleo, igual à febre do ouro, à febre de qualquer outra descoberta, é uma doença semelhante à malária ou ao tifo. Ataca o homem, põe-no em estado de exaltação, obriga-o a deixar a casa, amigos e família para atirar-se aos mais inóspitos desertos, às mais perigosas aventuras, em busca do milagre da fortuna rápida. A esses pioneiros, a esses homens denodados, o mundo muito lhes deve, por sacrifícios que lhes têm exigido até a própria vida.

O atacado da febre do óleo passa a ser um doente incurável. Não aceita conselhos da razão. Obcecado por uma ideia única, sua existência fica, dali por diante, determinada por um objetivo único – encontrar petróleo, ou morrer.²¹²

207 Na conjuntura específica, a escolha, tradução e publicação desta obra representou uma tentativa, sem sucedida, de intervenção pública por parte dos tradutores, representando por isto um tipo específico de autoria.

208 Todos os grifos são nossos.

209 CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 136. Aspas do autor.

210 Ibid., p. 338

211 MAYA. Op. cit., p. 82.

212 LOBATO, Monteiro apud CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 111.

Ainda pela pena de Carvalho, comentaria Lobato, em torno de 1935:

Era o fim da campanha do petróleo do Brasil. Tudo falhara em São Paulo, e tudo ia falhar no Norte. Edson, o último combatente, depois de queimados os últimos cartuchos, tomara a resolução de largar o poço e sumir. Era engenheiro. Em qualquer parte bem longe de Alagoas ocultar-se-ia no anonimato dum trabalho qualquer. O petróleo do Riacho Doce estava definitivamente derrotado.²¹³

É neste contexto de intensificação de conflitos e aumento de dificuldades internas e externas às companhias petrolíferas nacionais que começa a ser criada a genealogia dos “mártires do petróleo”, imediatamente elevados à condição de “heróis nacionais”. No *Escandalo do Petróleo*, de Monteiro Lobato, essa genealogia vai sendo desenvolvida ao longo da última metade da década de 1930, até a edição definitiva da obra, que contará como uma seção à parte intitulada “Os primeiros mártires do petróleo”, na qual se lê:

José Bach, um incompreendido sabio alemão que o Destino fez encalhar em Alagoas [...] proclamou a tremenda riqueza oleífera do Riacho Doce. [...] Subito morre afogado. [...] Temos o primeiro martir dum petroleo brasileiro.

Mais tarde um senhor de Maceió adquire da viuva de Bach os estudos e direitos do infeliz geologo e associa-se com Pinto Martins para a renovação da iniciativa. Pinto Martins era um rapaz de vistas amplas. Segue para Londres. Negocia. Volta para o Rio de Janeiro por ar, direto de New York, num vôo notavel para aqueles tempos. O povo o aclama heroi nacional. O Congresso concede-lhe um premio de 200 contos, que ele não chega a receber. “*Suicida-se*” antes disso num quarto de hotel, sem que ninguém compreendesse semelhante tragedia.

Era o petroleo. [...] Pinto Martins: martir numero dois do petroleo nacional.

Em junho ultimo descobre-se em Recife que dois caribios andavam aliciando capangas para uma “caçada de gente” em Riacho Doce. A chefatura de Alagoas é informada de que a vida de Edson de Carvalho corria perigo. A policia monta guarda á casa do pioneiro e á sonda. O golpe falha.

O nome do terceiro martir do petroleo alagoano ficou em branco.²¹⁴

Ainda no rol de mártires do “petróleo brasileiro”²¹⁵, Monteiro Lobato cita Barzaretti, “engenheiro italiano”, e Harry Koller, “ex-geólogo da Standad” Oil de Buenos Aires²¹⁶.

Pelo discurso elaborado por esses representantes da iniciativa privada petrolífera nacional, os “mártires” seriam vítimas dos “interesses ocultos”, a ação anônima dos grandes trustes internacionais do petróleo, auxiliada pela incúria ou má-fé do governo federal. Assim, esses agentes estavam fundando retrospectivamente sua própria genealogia – veja a ligação do “terceiro mártir do petróleo” ao nome do “pioneiro” Edson de Carvalho – a qual, diante do risco eminente de insucesso e falência, funcionava a um só tempo como ferramenta de pressão, argumento de defesa e

213 LOBATO apud CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 128.

214 LOBATO. *O Escandalo do Petroleo e Ferro*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959, pp. 63-66.

215 Ibid, p. 66.

216 Ibid, p. 101.

explicação para sua possível queda. Construía-se, deste modo, a possibilidade de ler os próprios “pioneiros” como “mártires do petróleo”, e daí como mártires nacionais. Neste mesmo sentido, apontava, ainda retrospectivamente, para a trajetória trágica dos representantes daquelas companhias.

Realmente, a quase totalidade das companhias petrolíferas e seus representantes mais importantes vão sofrer verdadeiros reveses trágicos. Monteiro Lobato, Edson de Carvalho, Oscar Cordeiro e Angelo Balloni, os então mais destacados representantes da iniciativa privada petrolífera nacional, experimentarão o que pode ser caracterizado como um destino trágico, e suas empresas estarão ociosas no começo da década de 1940. Oscar Cordeiro é um caso emblemático desta configuração de impotência e desgraça da iniciativa privada.

Tendo gasto quase uma década em busca do petróleo na região de Lobato, no recôncavo baiano, sendo desacreditado respectivamente pelos técnicos do Serviço Geológico e Mineralógico e do Departamento Nacional de Produção Mineral, acusado de forjar indícios do petróleo que exsudava em poço aberto na região, finalmente em 1938, Cordeiro vê o petróleo jorrar em um poço que, auxiliado pelo Conselho Nacional do Petróleo, perfurava. Os resultados são comentados por ele em relato publicado por Monteiro Lobato:

No dia 20 de janeiro [de 1938] entramos numa camada de arenito bastante impregnada de petroleo. [...] quem dirigia o serviço era o perfurador Ernesto apenas.
Arquitetei um plano. Dei jeito dum velho operario amigo de Ernesto convida-lo a passar o domingo fora. No dia 21, sábado, ele fechou o serviço ao meio dia e foi para casa. Fiquei sozinho no campo, alegre, ansioso, satisfeito, torcendo lá por dentro para que não me aparecesse nenhum sabotador. O ultimo testemunho retirado do poço mostrava-se impregnadissimo, mas Ernesto, que nunca vira petroleo, não dera atenção.
No dia 22, domingo, fui cedissimo para o Lobato e tive a mais formidavel sensação de minha vida. O petroleo manava da boca do poço e corria pelo chão rumo ao leito da estrada de ferro!...
Voltei para casa. Mande telegramas para Getulio [Vargas], Horta [Barbosa], Frois [de Abreu] e outros [...].
Segunda-feira o Interventor foi com uma comitiva visitar o Lobato. [...]
O premio que tive pela imensa trabalhadeira de anos de luta para a abertura do primeiro poço de petroleo do Brasil foi o decreto do Sr. Getulio Vargas nacionalizando as minhas minas do Lobato, sem a menor indenização, nem sequer das despesas que fiz durante tanto tempo para que o Brasil tivesse petroleo²¹⁷. E fui corrido do Lobato! Fui expulso do campo! E como não encontrassem fundamento para me submeter ao Tribunal de Segurança, o Governo demitiu-me da presidencia da Bolsa de Mercadorias, instituição por mim fundada e da qual fui o organizador e o presidente durante doze anos.²¹⁸

Assim como Oscar Cordeiro, outros expoentes daquela iniciativa privada experimentarão reveses trágicos. Em 1941, Monteiro Lobato será preso e condenado sob alegação de uma carta escrita ao presidente Getúlio Vargas, pela qual atacara o Conselho Nacional do Petróleo e seu

217 Anos depois Oscar Cordeiro será indenizado pelo governo, reconhecimento de seu papel na questão do petróleo.

Cf. COUTINHO & SILVEIRA. Op. cit.

218 LOBATO. *O Escandalo do Petroleo e Ferro*. 9 ed. cit., pp. 217-218.

presidente, general Horta Barbosa. Edson de Carvalho enfrentará, durante a década de 1930, acusações de crime contra a economia popular, embora não chegue a ser condenado. Balloni, que, embora tendo se ligado a Monteiro Lobato, parecia ter se mantido distante da virulência característica do escritor, possivelmente na esperança de manter o apoio governamental, não resistirá e terminará a vida, em torno de 1940, exaurido economicamente. Todas as companhias que formaram o grupo inicial da campanha pelo petróleo durante a década de 1930 – Companhia Petrolífera Nacional, de Balloni, Companhia Cruzeiro do Sul, ligada a Monteiro Lobato, Companhia Petróleos do Brasil e Companhia Matogrossense de Petróleo, incorporadas por Monteiro Lobato, e Companhia Nacional de Petróleo, incorporadas por Monteiro Lobato e Edson de Carvalho – estarão decadentes ou ociosas no início da década seguinte.

Os últimos anos da década são fundamentais para tal desfecho, pois neles emerge de modo mais explícito o conflito entre o novo órgão do governo federal e as companhias privadas. O Conselho Nacional do Petróleo, que passa a funcionar em 1938, era a resposta do Governo Federal à movimentação pelo petróleo criada durante a década. Ele parece representar o fim da indecisão característica da posição de Getúlio Vargas diante do conflito entre a iniciativa privada e o Departamento Nacional de Produção Mineral, antigo Serviço Geológico. Em parte, a criação do órgão era também uma demanda da própria iniciativa privada, como temos notícia em carta de Monteiro Lobato enviada a Charles Frankie, em 1934:

O programa que vou apresentar ao presidente se resume

- 1) Imediatos estudos geofísicos completos feitos em várias zonas simultaneamente, se possível, contratados com uma firma especializada e de renome.
- 2) Imediato aparelhamento para o início de perfurações nos pontos geofisicamente determinados como os mais indicados. Para isso se determinará o tipo da sonda, com base na experiência já havida em nossos terrenos. Estudar se podemos construir aqui tais sondas, importando partes.
- 3) Cinco ou dez perfurações serão atacadas ao mesmo tempo, todas sob a direção de verdadeiros perfuradores.
- 4) Reforme da lei de Minas, suprimindo dela tudo quanto vem dificultar ou embaraçar a formação de companhias de petróleo, sejam nacionais ou estrangeiras. A lei não distinguirá entre capital nacional e estrangeiro.
- 5) Os serviços serão destacados do S.G.[Serviço Geológico] e passarão para um departamento novo – Depart. do Petróleo – por exemplo – com máximo de autonomia e o mínimo de burocracia. Quem dirigirá esse Depart. serei eu – e por dois anos. Não quero mais. Em dois anos estará resolvido o problema do petróleo.²¹⁹

De modo semelhante, cerca de quatro anos mais tarde, o “Programa para a pesquisa de petróleo”, elaborado pelo Conselho Nacional do Petróleo, indicava como fatores da “insolubilidade” do problema do petróleo: recursos financeiros, material apropriado, pessoal habilitado e liberdade de ação. A respeito do último item, comentava: “Inteira autonomia,

219 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie, Campos do Jordão, 15/12/34. In CHIARADIA. Op. cit., p. 288.

administrativa e financeira, deve ser outorgada ao Conselho Nacional do Petróleo afim de que este, sem peias e sem embaraços burocráticos possa levar avante a execução da um programa nacional²²⁰”.

A criação do conselho, se contempla a autonomia requerida pelo Departamento do Petróleo imaginado por Monteiro Lobato, caminha em direção contrária a sua proposta, ao intensificar a intervenção estatal que já vinha se fazendo sentir durante a década, inclusive pelo fato de nomear para presidência do novo órgão, não um membro ilustre da iniciativa privada petrolífera nacional – que seria o próprio escritor –, mas uma alta patente das forças armadas. Em 1936, Odilon Braga, ao abordar os motivos dos conflitos entre iniciativa privada e os técnicos do governo federal, explicita aquela tendência:

Dois princípios de grande força ideológica deveriam determina[r] [...] [a mudança de mentalidade dos “setores técnicos” do Ministério da Agricultura], ao influxo das vulgarizações relativas ao plano quinquenal russo e às tentativas de implantação de ditadura tecnocrática nos Estados Unidos e na Alemanha:

- a) o da necessidade da organização de planos de ação;
- b) o do dever de intervenção da técnica oficial na vida interna das empresas, em benefício delas próprias e no dos interesses dos nacionais.²²¹

Nesta apreciação, encontram-se em embrião os ideais de planejamento e de intervenção estatais. A orientação do governo federal, que vai abandonando sua indecisão em relação à iniciativa privada – especificidade de um momento em que se testava a capacidade da iniciativa privada em lidar com a questão do petróleo –, no sentido do reforço da ação do Estado, explica em parte a trajetória trágica das companhias petrolíferas. Mas, de certo modo, o posicionamento do governo federal era também resultado das próprias dificuldades experimentadas por essas empresas. Nas próprias exposições de defesa das companhias privadas pode-se ler a justificativa para a intervenção estatal, como no “Memorial sobre o Conselho Nacional do Petróleo”, enviado ao presidente Getúlio Vargas por um representante daquelas companhias, onde se lê:

A razão real, entretanto, dessa atitude, provem [da] ideia fixa [de Horta Barbosa] de instalar no país uma indústria de petróleo oficial, com caráter de exclusividade, ostensivo, ou disfarçado. [...] “De acordo com as normas de uma boa economia política [diz o presidente da estatal Yacimientos Petroliferos Fiscales Argentinos] deve o Estado abster-se do que está na esfera da iniciativa particular; ajudá-la, quando esta não o pode fazer por suas próprias forças; e *fazer por si mesmo o que supera e excede a capacidade total dos particulares*.”²²²

Diante das inúmeras dificuldades por que passavam as companhias privadas, possivelmente

220 “Programa para a pesquisa de petróleo”. BH 38.07.07 vp (VI 14). CPDOC - FGV.

221 BRAGA, Odilon. Op. cit., p. 51.

222 “Memorial sobre o Conselho Nacional do Petróleo”. HB 36.09.16 (I43). CPDOC - FGV. *Grifo nosso*.

o governo federal pensava ser o caso do país a última opção – necessidade de tonar responsabilidade estatal uma atividade estratégica que se mostrara além das possibilidades do setor privado –, o que se depreende no tom irônico da fala do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ao comentar umas das propostas de Lobato, a qual solicitava

[...] uma lei subvencionando as companhias particulares por metro de poço perfurado e uma lei sobre estudos geofísicos, consistindo em o Governo realizar esses estudos para as ditas companhias. Sem dúvida, receita admirável para as empresas do Snr. Lobato, pois, tudo resumiria em dar-lhes o que falta: técnicos e dinheiro e isso justamente pelo Governo que o missivista afirma não possuir recursos para tal.²²³

A maior parte das companhias de petróleo acabaram constrangidas por obstáculos estruturais. A escassez de capital orientado para o setor era fruto da posição do país como produtor de mercadorias primárias destinadas ao mercado estrangeiro. Mesmo com as crises no mercado de café, esta ainda era a atividade lucrativa e que despertava o interesse dos investidores. A maior parte dos capitais disponíveis no país estava envolvida com as operações de financiamento do café e com as atividades de importação e exportação, e os capitais estrangeiros ingressantes enxergavam com melhores olhos atividades direta ou indiretamente ligadas ao grande negócio brasileiro. O tipo de industrialização nascente, embora demandasse crescentes necessidades de energia, não era suficiente para instigar o desejo de capitalistas nacionais para investir em indústrias de base. Deve-se somar que a própria mentalidade da época, afeita à concepção das vantagens comparativas e da vocação agrária do país, devia representar um obstáculo ao investimento. Embora não fosse de se desprezar o argumento nacionalista dos incorporadores das companhias petrolíferas, ele possuía um limite, ditado pelo tamanho dos riscos em relação às possibilidades de sucesso. Ao final, o êxito econômico era incerto, e o grande capital possuía suas prevenções contra o otimismo daqueles incorporadores. Por outro lado, a fração do capital estrangeiro que poderia, e chegou, a se interessar pelo negócio, tendo condições técnicas de avaliar riscos e implementar a atividade, foi obstaculizada pela conjuntura nacionalista em parte criada pelos próprios incorporadores. A alternativa restante da captação por ações de pequeno valor, dada as contradições aludidas da queda de braço entre companhias privadas e órgãos governamentais, com suas repercussões pela imprensa, se mostrou insuficiente. Portanto, do ponto de vista dos capitais, essas empresas estavam condenadas a operar com recursos escassos e, ao menos que adviesse um golpe de sorte – a súbita descoberta de um poço produtor –, definhar.

A conscientização desta realidade fez com que as empresas petrolíferas requisitassem como

223 Carta de Horta Barbosa a Getúlio Vargas, 22/08/1940. HB 36.09.16 pet (I55). CPDOC - FGV.

solução a subvenção governamental por metro perfurado. Entretanto, ao mesmo tempo em que se admitia uma interação entre as empresas privadas e o Estado – aliás, em sintonia com as requisições protecionistas das indústrias então nascentes²²⁴ –, procurava-se sublinhar a incapacidade administrativa estatal, reservando um espaço privilegiado de atuação para o setor privado nacional. Paralelamente, o próprio Estado tratava de se capacitar para funções burocrático-administrativas, como planejador e executor das políticas econômicas, ocupando justamente o espaço que aquelas companhias não tinham se mostrado capazes de explorar²²⁵.

Somados à defasagem de capital, juntam-se outros fatores complexos ao declínio da iniciativa privada petrolífera nacional. A falta de equipamentos adequados, a escassez de técnicos especializados, a precariedade do conhecimento sobre a geologia nacional no que toca ao petróleo, e, como consequência, a dependência da técnica, de pessoal e de maquinário do exterior juntam-se ao quadro²²⁶.

Os anos 1930 marcam o momento de intensificação da acumulação de conhecimentos e da montagem de uma política petrolífera mais coerente. Embora a iniciativa privada não fosse capaz de suprir nenhuma daquelas necessidades, teve o importante papel de pressionar no sentido da resolução do problema. Tanto para a iniciativa privada, quanto para o Estado, a década parecia ter sido um momento de experimentação.

224 A respeito, ver Roberto Simonsen que, enquanto representante dos industriais paulistas, advogava não apenas o protecionismo estatal, mas a racionalização econômica via Estado através de planos econômicos. Cf. SIMONSEN. *Evolução Industrial do Brasil*. Cit.

225 Jesus Soares Pereira relata essa orientação mais decidida após 1937: “Com a Carta de 1937 surgiu o novo Código de Minas, com posições compatibilizadas com seus termos. No caso do petróleo o Conselho de Comércio Exterior foi encarregado de acompanhar de perto cada empresa que se candidatasse à concessão, não só por ocasião de sua constituição como de sua atuação através do tempo. Evidentemente isso desencorajou os pequenos empresários que sonhavam descobrir petróleo na base de uma aventura ou da sorte. [...] [A pesquisa do petróleo, além] de não ser simples, do ponto de vista técnico, [...] exigia a aplicação de recursos consideráveis. Os empreendimentos neste campo saíram do alcance das pequenas empresas que se tinham candidatado, como as de Edson de Carvalho, Ângelo Balloni e Monteiro Lobato [...]”. PEREIRA, Jesus Soares. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 59-60.

226 Cf. PEREIRA. *Ibid.*; MAYA. Op. cit., p. 165 et seq; COUTINHO & SILVEIRA. Op. cit. p. 285.

3.4 Monteiro Lobato e o petróleo

Monteiro Lobato será um dos mais importantes agentes privados envolvidos com o petróleo nos anos 1930. Neste momento, gozava de largo prestígio devido à sua trajetória como literato e editor na década anterior. A posição que passa a ocupar na atividade estará indubitavelmente vinculada às expectativas que sua figura de escritor nacionalista suscitava, lastreando-se no sólido capital simbólico e social acumulado, em compensação ao capital econômico exaurido com a falência de sua casa editora, em 1925, e com as perdas na Bolsa de Nova York, em torno de 1929. Somente esta conjuntura permitiria que alguém com tão poucas reservas econômicas passasse a ocupar duradoura posição de destaque enquanto agente privado em uma área que exigia vultuosos e crescentes investimentos. Igualmente, seu capital simbólico lhe deu legitimidade para colar a questão do petróleo ao nacionalismo, de modo que representou importante papel na elevação da atividade à questão nacional.

Desde o início de sua atuação na questão do petróleo e do ferro, Monteiro Lobato se mostra consciente das possibilidades provenientes de seu prestígio literário. Em primeiro lugar, será a partir de sua posição de escritor que se colocará na questão. Assim, ainda em 1931, reproduz em sua obra *Ferro. A Solução do Problema Siderurgico do Brasil pelo Processo Smith*, um artigo crítico de Mario Pinto Serva, publicado originalmente no Diário Nacional, do qual segue o trecho:

O sr. Monteiro Lobato é um brilhante escritor, literato fino, *conteur* insuperável, percuciente observador psicológico. Mas não é nem sociólogo nem economista. Sobra-lhe brilho literário, mas falta-lhe ponderação, critério ponderado, segurança e reflexão ao afirmar. [...] Porque Monteiro Lobato é dominado quase sempre pelo espírito do paradoxo, precipitando-se em uma série de afirmações apressadas, não devidamente refletidas. Ora, afirmar que todos os problemas brasileiros se resumem no ferro – constitui um dislate.²²⁷

Essa “caudinha final”²²⁸ que Monteiro Lobato polemicamente reproduz recebia o sugestivo título de “Tergiversações de um literato”. Como se percebe no trecho, Pinto Serva reconhece a legitimidade de Lobato como escritor para negar a de “sociólogo” e “economista” - termos que, no contexto, ainda não podiam significar atividade profissional ou campo disciplinar autônomo, mas se referiam a quem se dedicava, autodidaticamente, àquelas áreas do saber. A inserção do artigo na obra de Lobato, além da ambientação polêmica, indica o lugar a partir do qual o escritor quer se

227 SERVA, Mario Pinto. Apud LOBATO, Monteiro. *Ferro. A Solução do Problema Siderurgico do Brasil pelo Processo Smith*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931, pp.126-127. O texto de Pinto Serva defendia que o grande problema brasileiro era cultural, tendo sua solução pela educação.

228 LOBATO. *Ibid*, p. 125.

posicionar na questão, justamente aquele negado por Pinto Serva.

Postura semelhante à de Serva se verifica, nove anos mais tarde, na resposta do presidente do Conselho Nacional do Petróleo em carta enviada a Getúlio Vargas. Diante de acusação de Lobato a respeito do comportamento do órgão em relação às companhias privadas, Horta Barbosa comenta:

[...] o romancista do *Choque das Raças*, criador do Jeca Tatu, dá a fórmula mágica que resolveria todas as dificuldades do Brasil e o transformaria no Quarto Poder Mundial [...].
Teria, assim, o imaginoso romancista de histórias para crianças, descoberto a fórmula do “Abre-te Sésamo”.²²⁹

No fragmento, Horta Barbosa utiliza a posição de escritor como razão para a desqualificação de Lobato, indicando que as propostas do autor estariam comprometidas por sua relação, enquanto “romancista”, com a fantasia (“fórmula mágica”, “imaginoso romancista de histórias para crianças”). A estratégia de Horta Barbosa é tentar subverter justamente aquilo que dava autoridade a Monteiro Lobato, subtraindo valor de seu capital simbólico para negar legitimidade. A contrapelo, a engenhosidade deste discurso é notícia da força do capital simbólico do literato. Ora, como subentendido no artigo de Pinto Serva, à revelia deste, não seria apesar de sua posição de escritor que Monteiro Lobato pretendia se debruçar sobre os “problemas nacionais”, mas justamente por sê-lo, quer dizer, devido à sua qualidade de “percuciente observador”, consequência da atividade como homem de letras. É deste modo que Lobato procura se colocar na questão, conforme correspondência enviada a Getúlio Vargas, em 1930: “Acho meu dever apresentar a Vossa excelência algumas das conclusões a que cheguei, com respeito a vários problemas brasileiros, durante minha estada na América. Como são conclusões meditadas e baseadas em fatos [...]”²³⁰.

Ao fim da carta, o escritor insiste em sua capacidade de observador:

São estas as conclusões que julguei de meu dever apresentar a Vossa Excelência neste momento em que todos os brasileiros sentem as esperanças renascidas. Conclusões meditadas e baseadas em fatos que talvez mereçam ser lidas e ponderadas por quem empreendeu a gigantesca tarefa de arrancar o país do atoleiro em que se ia afundando.²³¹

Em primeiro lugar, Monteiro Lobato se julga autorizado para escrever a Getúlio Vargas, certamente não apenas por ter ocupado cargo de adido comercial no governo deposto, mas se

229 BARBOSA, Horta. 22/08/1940. HB 36.09.16. (I55). CPDOC – FGV.

230 LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo. Cit.*, p. 128.

231 *Ibid.*, p. 136.

valendo de seu consolidado prestígio. Em segundo lugar, dá por pressuposto o reconhecimento de suas qualidades enquanto observador – resultado de seu trabalho de escritor na década anterior – as quais seriam suficientes justificativas para suas propostas.

Em outra ocasião, Lobato volta a escrever a Getúlio Vargas, em termos que, não fosse a confiança em seu prestígio, poderiam ser interpretados como presunção:

Se num momento de sua próxima viagem ao Sul o senhor puder ler e meditar sobre as ideias centrais do livro²³² que mando, as consequências poderão ser de valor imenso para o nosso país. [...] Leia e medite nas ideias centrais do meu livrinho, e de volta da sua viagem ajude-me a fazer da sua presidência a Grande Presidência.²³³

A partir de sua atividade como homem de letras, Lobato se vê autorizado a se debruçar sobre a realidade nacional, encampando um projeto de futuro no qual a ele próprio está reservado espaço significativo. Ele podia se colocar assim porque gozava de reconhecimento público, como indica carta de um particular interessado em pesquisar petróleo em sua propriedade:

Theophilo Ottoni, 30 de Outubro de 1935
ILLMO Sr. Dr Monteiro Lobato
[...] Estou plenamente convencido de que V.S e seus dignos companheiros muito lucrarão em conhecer mais essas zonas petrolíferas e eu mais ainda, terei a grata satisfação de conhecer pessoalmente V.S brasileiro dos mais ilustres, que vem há muito tempo se batendo pela grandeza do nosso caro e estremecido Brasil.²³⁴

Monteiro Lobato recebia, portanto, o reconhecimento por trajetória de envolvimento sobre questões de interesse nacional, se fazendo dele porta-voz:

O efeito que desejei alcançar com meu livro [*O Escandalo do Petroleo*] foi além do esperado. Não imagina a manifestação que eu e Hilario tivemos em Campo Grande. Cinco mil pessoas, todas as escolas, a oficialidade de todos os batalhões lá aquartelados. Discursos incendiários. O avião teve de atrasar-se uma hora! Em todas as mais paradas, desde Cuiabá até aqui, repetiram-se as manifestações. Minhas palavras calaram fundo na alma popular. Verifiquei que há no Brasil duas mentalidades – a desse repugnante Rio de Janeiro e a do povo mais sadio das pequenas cidades.²³⁵

Este capital simbólico será mobilizado para a questão do petróleo, de modo que, como depositário dos interesses coletivos, e uma vez estes repousados no petróleo, como defendia, o

232 Possivelmente, *Ferro. A Solução do Problema Siderurgico do Brasil pelo Processo Smith*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

233 LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo*. Cit., pp. 137-138

234 Carta de Júlio Rodrigues a Monteiro Lobato. Teófilo Otoni, 30/10/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 306.

235 Carta de Monteiro Lobato a Arthur Neiva. [s/l, s/d]. In TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das Cartas”: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários*. 2007. 2º vol. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 260.

escritor sinta-se habilitado a elaborar e conduzir uma ação comum das companhias privadas petrolíferas nacionais, fazendo-se também destas porta-voz. Monteiro Lobato encarna, ao mesmo tempo, a figura de pensador e executor de uma política econômica nacional, que, a partir da ação de elementos privilegiados da atividade privada – entre os quais, ele próprio –, viesse a dar viabilidade à nação brasileira.

Vinculado ao capital simbólico estava o capital social do escritor, se reforçando mutuamente. Monteiro Lobato não terá receio em mobilizar este capital tanto no sentido de transformar o petróleo em interesse coletivo, quanto no de dar viabilidade às atividades das companhias petrolíferas. Deste modo, passa a estabelecer relações com várias autoridades públicas, em nível federal e estadual:

[...] O meu encontro com o presidente [Getúlio Vargas] pode vir a ser de muita importância para *todos nós petroleiros*. Fui ao Rio a chamado expresso dele e lá convidou-me para organizar um serviço que promova e facilite a entrada de capitais estrangeiros, afugentados com os histerismos nacionalistas dos ideólogos revolucionários. Depois de tratar esse assunto, *o fiz ver, que a grande coisa que tínhamos a fazer era produzir petróleo, só nisso estava a solução integral dos nossos problemas*²³⁶. [...]

No dia seguinte recebi no hotel um recado dizendo que o ministro [da agricultura] estava à minha espera. Recusei-me, dizendo que nada tinha a dizer ao ministro. Chamaram-me então ao Catete e lá o secretário do Presidente me declarou que era indispensável que eu fosse à audiência marcada pelo ministro, *o qual recebera ordens terminantes do presidente de fazer tudo que a [Companhia] Petróleos [do Brasil] quisesse, porque o que ele queria era ver petróleo*²³⁷. [...] Fui então ao ministro e, com as costas quentes, fiz a maior carga possível contra [o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.] a “quadrilha”, “a camorra”, ficando de escrever uma denúncia formal das manobras sabotadas desses vendidos.²³⁸

Vê-se que Lobato passa a gozar de acesso direto ao presidente, condição que provavelmente não se verifica para nenhum outro representante das companhias petrolíferas nacionais. Esse prestígio será gerido de diversos modos, inclusive por terceiros, como na ameaça anônima enviada ao presidente do Conselho Nacional do Petróleo, em 1940:

[...] o Monteiro Lobato, um dos maiores acionistas da empresa [Companhia Matogrossense de Petróleo], está coligindo elementos para dirigir uma longa exposição *ao Presidente da República, de quem é amigo pessoal*, cientificando-o de tudo que se está passando no Conselho do Petróleo em relação à Matogrossense. Convém evitar, pois, a explosão do Lobato, homem infernal²³⁹

A menção do autor como “homem infernal” e à sua “explosão” faz referência às expectativas provenientes tanto de seu capital simbólico, junto a opinião pública, quanto ao seu capital social, junto a diversos membros do governo.

236 Estes grifos, meus.

237 Estes grifos, do autor.

238 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 05/12/1934. In CHIARADIA. Op. cit., pp. 224-225.

239 Carta de Horta Barbosa a Getúlio Vargas, de 03.04.1940. HB 36.09.16 (I43). CPDOC - FGV. Grifo nosso.

A “longa exposição”, referida acima, será efetivamente enviada a Getúlio Vargas, motivando a prisão do autor. Ainda aí, a relação de amizade entre o escritor e o presidente constituirá um dos argumentos da defesa, indicando os vários sentidos da mobilização do capital social do escritor²⁴⁰.

Ainda às vésperas da criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1937, Lobato escrevia:

Nesses dois dias tive de ter 4 encontros com Presidente e ministros [...]. Estamos de vento em popa no petróleo. A Matogrossense terminou a venda das suas ações, 10 mil contos, e está agora apressando os estudos geológicos, preliminares dos estudos geofísicos. Tudo faz crer que desta feita venceremos a partida. Até um ministro da Agricultura, [Fernando Costa] amigo nosso e amigo do petróleo, temos na pasta. Até o Getúlio fala em petróleo em seus discursos. Evidentemente, a situação mudou – e é justamente porque estamos assim bem [...].²⁴¹

Como se depreende do trecho, Monteiro Lobato atribui a mentalidade pró-petróleo que despontava à sua ação, a qual buscava estender sua intervenção até mesmo para o interior Estado. Como uma ironia do destino, o Estado Novo, inaugurado poucos meses depois, reverterá a possibilidade de êxito das companhias privadas.

Conforme a campanha petrolífera e as atividades das empresas privadas se desenvolvem, Lobato busca converter seu capital social em viabilidade para as atividades petrolíferas também no âmbito de diferentes estados. Assim em São Paulo:

Vim correndo a S. Paulo conferenciar com o Interventor [Armando Salles] [...]. Fui felicíssimo. Estive em casa dele e sossegadamente conversei sobre tudo. Entusiasmou-se com a minha ideia do Governo do Estado fazer os estudos geofísicos [...]. O Dr. Armando prometeu-me dar o andamento mais rápido possível à proposta. Parece coisa líquida.²⁴²

Ainda pela mesma época, com outros membros importantes do mesmo governo:

Temos grandes novidades. Creio que já te contei que tive o encontro final com o Secretário da Agricultura [do estado de São Paulo] com o qual assentei tudo. Ele disse-me que ia dar imediato andamento ao negócio [do contrato dos estudos geofísicos] consultando a Embaixada [alemã] e pedindo parecer ao [Joviano] Pacheco [ligado ao Serviço Geológico estadual]. E eu duvidei do “vou já”. Disse-lhe que esse “vou já” dos governos era a coisa mais desacreditada do mundo (o Piza é amigo e com ele tenho liberdade). E ele disse que “eu iria ver”.

No dia seguinte encontrei o Joviano num bonde e ele me contou que fora chamado na véspera pelo Piza e encarregado de dar o parecer.²⁴³

Como no caso do governo federal, Lobato busca se fazer representante do conjunto das companhias nacionais diante dos estados: “[...] Vou hoje pedir audiência ao Armando para ver

240 LOBATO. *O Escandalo do Petroleo e Ferro*. Cit., p. 195.

241 Carta de Monteiro Lobato a Artur Neiva. TIN. Op. cit., p. 262.

242 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 20/03/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 238.

243 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 30/05/1935. in CHIARADIA. Op. cit., p. 248.

como vai a coisa. Aproveitarei o ensejo para apresentar o memorial dos Petroleiros pedindo que o Estado faça provas [geofísicas]²⁴⁴”.

A mobilização do capital social do autor não se limitava a São Paulo, onde Lobato gozava de especial prestígio; transborda em direção aos outros estados:

Estou de volta [...]. [...] ficou resolvido pelo Juracy Magalhães, Governador, que a Bahia também fará um contrato geofísico ao tipo do de Alagoas. Anteontem saí de Maceió de avião e ao chegar a Bahia fui logo ao palácio, porque o Juracy estava a minha espera. Acertamos tudo. [...] Todo o tempo que passei lá – 4 dias – estive como hóspede oficial, com automóvel às ordens. Meu prestígio no norte é um caso sério.²⁴⁵

Na ocasião, Lobato recebe o mesmo tratamento de uma alta figura oficial. Também em Mato Grosso e Paraná, o autor passa a gozar de influência junto à política local:

Em Mato Grosso tudo também corre maravilhosamente. Pegamos 520.000 hectares de contratos nas melhores zonas do sul, e o governo do estado manifestou um milhão de hect. de terras devolutas ao norte, onde está a oil seepage de Pacasnovas, de que falo em meu livro [*O Escandalo do Petroleo*]. Vai agora fazer o contrato de subsolo conosco, para que lancemos já a Cia Matogrossense de Petroleo. Já foi apresentado o projeto de lei autorizando 200 contos para os estudos geofísicos, devendo estar tudo liquidado no fim deste mês. Em setembro será feito o contrato com a ELBOF. Tudo ótimo. Também no Paraná contratamos 80.000 hectares nas melhores zonas – nas em que a Standard já meteu as unhas. O Paraná também fará estudos geofísicos. Estou acertando esse ponto com o Ribas.²⁴⁶

Claro que no âmbito dos estados, a questão do petróleo se ligava à disputa por autonomia regional diante do governo federal²⁴⁷, como indica o relato de Juraci Magalhães:

Lembro-me bem dos constantes embaraços ao empreendimento baiano. Observei quanto suspeitável “zelo” surgiu para evitar que o Banco do Brasil emprestasse ao Estado da Bahia, com a garantia do governo federal, a insignificante soma de seis mil contos de réis para custear a exploração do xisto betuminoso de Marau. Num preguiçoso arrastar-se de câmara lenta, somente a 28 de outubro de 1937 transformou-se em lei o projeto nº 640, da Câmara dos Deputados, relatado favoravelmente [...], enfrentando [...] o faccioso parecer de um técnico, ou pirotécnico, na mordaz classificação de Oscar Cordeiro. Menos de quinze dias depois, deixava eu o governo da Bahia por força do golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o malfadado e malfazejo Estado Novo. Toda a maquinaria da usina produtora de petróleo sintético, já pronta para embarque, ficou inexplicavelmente no porto de Hamburgo, até que sobreveio a guerra.²⁴⁸

O incorporador de Alagoas, Edson de Carvalho, será ainda mais explícito: “O Brasil são os Estados. Esse é o Brasil concreto, real. O polvo que, no Rio, explora os Estados, suga-os, cobre-os

244 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. [s/l], 16/05/1935 in CHIARADIA. Op. cit., p. 245.

245 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão, 28/12/1935. in CHIARADIA. Op. cit., p. 312.

246 Carta de Monteiro Lobato a Arthur Neiva. São Paulo, 22/08/1936. In TIN. Op. cit., p. 258.

247 Assim comentava o Ministro da Agricultura Odilon Braga: “No fundo, lobriga-se a competição tradicional entre descentralização federalista e a concentração nacional”. BRAGA. Op. cit., p. 73. Edson de Carvalho, por sua vez, comenta: “O Brasil são os Estados. Esse é o Brasil concreto, real. O polvo que, no Rio [de Janeiro], explora os Estados, suga-os, cobre-os de impostos, encalacra-lhes o futuro com o regime de empréstimos e deficits perpétuos, isso não é o Brasil”. CARVALHO, Edson de. Op. cit., pp. 112-113.

248 MAGALHÃES, Juraci Apud COUTINHO & SILVEIRA. Op. cit., p. 304.

de impostos, encalacra-lhes o futuro com o regime de empréstimos e deficits perpétuos, isso não é o Brasil²⁴⁹”.

Lobato, assim como demais agentes privados, pode se aproveitar dos conflitos entre governo federal e estados, buscando o apoio destes devido ao interesse pelo desenvolvimento regional. Um dos casos de maior reverberação pública será o do conflito entre o governador de Alagoas, Osman Loureiro, e o ministro Odilon Braga, quando da recusa do primeiro em entregar uma sonda federal que se encontrava em empréstimo nas perfurações da Companhia Petróleo Nacional:

A atitude inopinada do Ministro da Agricultura veio unir, num alto grito de protesto o governo [estadual], todas as classes, a mocidade das escolas, as elites, o povo em massa e os seus representantes, por unanimidade, na Assembleia Constituinte Estadual, cuja frase incisiva do líder da maioria define a indignação e as disposições dos alagoanos: “A sonda não irá”.²⁵⁰

Pelo conjunto das citações anteriores, percebe-se que Lobato, explorando seu capital social e simbólico, busca se colocar em posição privilegiada no debate sobre o petróleo, passando a encarnar, a um só tempo, o interesse público nacional e a representação das companhias privadas. Pelas suas palavras, é possível verificar que pretendia articular as atividades individuais das várias companhias em um movimento coletivo, ancorado em sua pessoa:

Em petróleo consegui um milagre [...]. Na cidade [de São Paulo,] onde fali, donde sai derrotado até a medula, consegui formar em 40 dias uma companhia de petróleo [a Companhia Petróleos do Brasil] com 3.000 contos de capital e mais 3000 contos de material dados de empréstimo pelo Estado. E ainda consegui fazer ressuscitar duas companhias mortas e enterradas – a [Companhia] Cruzeiro [do Sul] e a [Companhia] Petrolífera [Nacional]. E ainda lançar a [Companhia] [Petróleo] Nacional, que opera em Alagoas. *Dirigi todo o movimento como um Napoleãozinho. Fiz os manifestos de todas e toda a publicidade – e mobilizamos assim, em dinheiro, uns 10.000 contos.*²⁵¹

No mesmo sentido, também escreve a Oliveira Vianna:

[...] Pois, meu caro, estamos a trabalhar a sério no petróleo e com a vitória já bem mais próxima. Amanhã *minha companha* completa o seu primeiro ano de existência e nesse período fez mais pela solução do problema do carbono líquido do que o governo durante anos e anos. Da *minha ação* aqui brotaram da terra duas companhias novas e ressurgiram do túmulo onde estavam enterradas mais duas. Hoje somos quatro entidades vivíssimas, com dinheiro, que furam o solo brasílico em quatro zonas. Mas que furam de verdade, para achar petróleo, e não a moda do [diretor do Serviço Geológico e Mineralógico] Euzebio [Oliveira], “para provar que não há petróleo”. Andamos a apostar corrida e são quatro os cavalos – Alagoas, Lobato, Baloni e Cruzeiro. O povo conhece assim as companhias.²⁵²

249 CARVALHO, Edson de. Op. cit., pp. 112-113.

250 “O que o povo quer”. *Jornal de Alagoas*, 14/08/1935. Apud CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 140.

251 Carta de Monteiro Lobato a Artur Neiva, São Paulo, 08/11/1933. TIN. Op. cit., p. 236. Grifo nosso.

252 Carta de Monteiro Lobato a Oliveira Vianna. São Paulo, [s.d], LOBATO In TIN. Op. cit., p. 174. Grifo nosso.

Esta vinculação era buscada não apenas simbolicamente, mas também de modo prático, inicialmente por meio dos direitos do uso do “aparelho Romero” – trazido ao Brasil por Lobato –, logo depois, pela tentativa da formação de uma entidade dedicada a estudos geofísicos e à colocação de capital estrangeiro, a AMEP – Associação Mineração e Petróleo.

O uso do “aparelho Romero” se encaixa na conjuntura de escassez de conhecimentos técnicos sobre o petróleo e a geologia nacional. Prometia, de um modo relativamente simples, a partir do nível do solo, identificar uma possível zona petrolífera e sua capacidade, evitando assim a queima inútil de capital em poços sem viabilidade. Apesar do aparelho despertar muitas desconfianças, as companhias aceitaram o seu uso, já que, além de servir como um indício de petróleo em determinado local, ajudava a valorizar suas ações, quando não muito, pela vinculação pública a Monteiro Lobato. Em contrapartida, as companhias comprometiam porcentagem do futuro óleo que extrairiam aos detentores das patentes do aparelho, Felipe Romero, a Companhia Petróleos do Brasil e, de modo indireto, Monteiro Lobato.

É interessante que a eficácia do aparelho – independente de ela ter sido, de fato, real – era resultado do discurso do próprio escritor, como ele comenta algum tempo depois:

[...] eu treinei tão bem os 1200 acionistas da [Companhia] Petróleos [do Brasil] que eles ficaram com fé cega no aparelho Romero e juram em cima dele como protestante sobre a Bíblia. Daí não admitirem a menor dúvida – e o fato de eu falar em Elbof foi uma verdadeira heresia. “Mas temos o aparelho Romero, que é infalível, por que recorrer a outra geofísica?” é o argumento – e vá eu argumentar com 1200 fanáticos que eu mesmo fiz!²⁵³

O emprego do equipamento funcionou com instrumento de reforço de capital simbólico. Seu reconhecimento provinha da chancela e do discurso de Monteiro Lobato que, como vimos, gozava de credibilidade junto a importantes segmentos da opinião pública. Ao mesmo tempo, o aparelho também dava credibilidade ao escritor, validando suas afirmações sobre a existência de petróleo no país, especialmente nas localidades onde suas companhias atuavam. Por isso, mais do que científico, o aparelho representou um papel simbólico, que Lobato definia como “místico”:

Quanto ao aparelho Romero, eles não compreendem que, qualquer que seja o mérito desse aparelho, foi o elemento novo, místico, que me permitiu criar o atual movimento petrolífero. Tudo que está em andamento em S. Paulo e Alagoas saiu dele. Logo, deu um grande resultado; e se tirarmos petróleo em consequência deste meu movimento, terá sido, se não diretamente, pelo menos indiretamente em consequência da trazida para cá do aparelho Romero. Contestem isto, se forem capazes.²⁵⁴

253 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 30/05/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 249.

254 Carta de Monteiro Lobato a Arthur Neiva. S. Paulo, 4, 3, 1936. In TIN. Op. cit., p. 252.

Além disso, o aparelho representava uma versão concorrente à “geologia oficial”, enfraquecendo o monopólio da autoridade técnica dos funcionários do Serviço Geológico federal, que, paralelamente à ação que se erguia junto à iniciativa privada, buscavam criar um órgão nacional com legitimidade repousada na meritocracia²⁵⁵. O “aparelho Romero” significava, para as companhias privadas, uma fonte de validação técnica independente dos órgãos governamentais – especialmente federais -, capaz, portanto, de dar (a aparência de) autonomia às atividades destas empresas frente àqueles técnicos.

Entretanto, a fé de Lobato no “aparelho Romero” esmorece, ao que tudo indica, por dois motivos interligados. Conforme as atividades no poço da Companhia Petróleos do Brasil se desenvolvem, as previsões de descoberta iminente de óleo, feitas com base nas indicações daquele equipamento, não se efetivam – o que, aliás, também ocorre em outras localidades onde o aparelho fora empregado. Lobato, então, assim como outros petroleiros, sente a necessidade de recorrer a métodos científicos mais seguros, mudando a orientação experimentalista inicial de “furar, furar”. Além disso, os direitos de uso do “aparelho Romero” estavam vinculados à Companhia Petróleos do Brasil, de cuja direção Lobato estava abdicando, por volta de 1935, motivado por desentendimentos internos.

De fato, se o “aparelho Romero” cumpriu a função de legitimar o Lobato petroleiro, ao mesmo tempo e de modo contraditório, foi desde o início um complicador por causa de seus ares misteriosos e das dúvidas sobre sua eficácia. O emprego do instrumento, lembremos, fora um dos principais argumentos usados por Euzébio de Oliveira, chefe do Serviço Geológico, para desqualificar as pretensões petrolíferas de Lobato e das companhias privadas. Por isso, na nova fase de estudos geofísicos, era cobrado de Lobato a desvinculação radical de Romero e seu aparelho:

255 BRAGA. Op. cit., p. 61. Luciano Martins defende que os conflitos entre iniciativa privada e os técnicos dos órgãos governamentais provinham da nova orientação meritocrática destes. Aceitar as indicações dos técnicos a serviço da iniciativa privada, as quais contradiziam muitas afirmações dos técnicos do governo federal, representaria boicote às próprias pretensões destes órgãos. Tratava-se, portanto, da defesa do monopólio da autoridade técnica. Cf. MARTINS. Op. cit., p. 281. Sobre a posição do governo a respeito da técnica, comentando o documento do Ministro Odilon Braga, escreve Gabriel Cohn: “O que efetivamente fica caracterizado nesta parte do documento, e é significativo para a nossa análise, é que, para o burocrata, a técnica se apresenta e é incorporada não como um instrumento de ação mas como um elemento justificativo de sua conduta rotineira”. COHN. Op. cit., p. 38. A grande mudança, para Cohn, se dá após a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938. O documento referido são as *Bases para o Inquérito do Petróleo*, composto no momento de grande acirramento entre os técnicos oficiais e os representantes privados. Objetivando apurar as acusações de ambos os lados, o governo propõe abrir, em 1936, um inquérito sobre o petróleo. É nesta ocasião que também Lobato produz, como espécie de resposta às *Bases* de Odilon Braga, a primeira edição de *O Escandalo do Petróleo*. Os resultados do inquérito foram minimizados pelos representantes privados, que consideraram o processo tão somente como uma justificativa das ações do Ministério da Agricultura e dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral. A respeito desta posição, Cf. CARVALHO, Edson de. Op. cit.

Obrigado pela remessa do livro [*O Escandalo do Petroleo*]. Acabei de devorá-lo neste instante e desejo fazer duas objeções que você deve eliminar QUANTO ANTES.

1) Está na página 75, referindo-se ao Dr. Romero.

Tira esse nome deste livro, Lobato. Ponha qualquer outro nome. O Sinônimo do Romero NÃO MERECE ESTAR NESSE LIVRO. Parece que você ficou hipnotizado por esse homem, como aqueles hipnotizados pelo Balloni em afirmar de terem visto sair óleo do poço [...] da Graminha.

Elimina isso, Lobato. O nome do Romero está ligado a tantas coisas do passado que não deve ser mencionada num livro que justamente atinge os erros do passado.²⁵⁶

O “aparelho Romero” significou para as companhias privadas, e Lobato, uma fase de experimentalismo que antecedeu a acumulação técnica iniciada com os estudos geofísicos e com a vinda de técnicos estrangeiros interessados em desenvolver suas atividades junto às companhias privadas. Esse experimentalismo é flagrante no discurso de Lobato:

[...] tenho a dizer que me parece que o aparelho Romero recebeu com os estudos da Elbof uma tremenda confirmação.

E se os estudos geofísicos no Araquá e em outros pontos onde o mal ensinado aparelho deu provas positivas, forem também positivos, nesse caso o aparelho Romero terá recebido uma verdadeira consagração.

Infelizmente já não há, para nós, Romero – o safardana foi-se. Mas se estivesse aqui, seu aparelho agora é que iria prestar serviços, como o cão perdigueiro da geofísica. Graças à sua aplicação facilíma e rápida, com ele descobriríamos as regiões em que aplicar os processos geofísicos. Parece-me que é assim que teremos de raciocinar – e é como estou raciocinando.²⁵⁷

O experimentalismo era, aliás, característica comum às atividades das companhias privadas nacionais, como demonstra o testemunho do engenheiro Charles Frankie, então desenvolvendo trabalhos de perfuração na concessão da Companhia Petróleo Nacional, em Alagoas:

[...] o que foi feito até agora aqui, é somente diletantismo, e NUNCA foi serviço de perfuração em regra [...].

O Edson [de Carvalho], embora ser esforçado e infatigável, não tem os conhecimentos técnicos e mecânicos que uma perfuração requer. Ademais não tem a rotina que se ganha em trabalhos prolongados, dirigidos com raciocínio. Não censuro o Edson à quem quero muito bem, não é culpa dele de não conhecer as coisas mais rudimentares que um sondador medíocre dos nossos conhece cegamente.

[...] Saiba que TODOS OS DESASTRES AQUI SÃO PROVENIENTES DO DILETANTISMO.²⁵⁸

Em torno de 1935, conforme o afastamento ao “aparelho Romero” era realizado, Lobato vislumbra a criação de uma empresa nacional dedicada a estudos geofísicos para o petróleo e à viabilização de financiamento externo. O acontecimento que permite a Lobato dar esse passo é relatado pelo escritor:

Vou explicar-lhe o negócio [dos estudos geofísicos] do petróleo, agora que tenho elementos mais positivos. A coisa começou assim: o ano passado [1934] o Ministério da Agric[ultura] consultou o Ministro alemão sobre a

256 [Charles Frankie] a Monteiro Lobato. Riacho Doce, 20/07/1936. In CHIARADIA. Op. cit., p. 356.

257 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 08/09/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 368.

258 Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Riacho Doce, 11/09/1936. In CHIARADIA. Op. cit., p. 371.

melhor companhia de estudos geofísicos da Alemanha, e foi indicada a Elbof, que é a mais antiga, a mais acreditada do mundo e a que joga com maior número de processos visto como possui dois importantíssimos que são privilégios seus. O cônsul brasileiro em Hamburgo, logo depois, pediu em nome do governo brasileiro a Elbof que apresentasse uma proposta para estudos geofísicos em nosso território. A Elbof mandou como seu representante o engenheiro Winter, que é uma notabilidade na oil fraternity técnica, o qual aproveitou-se da oportunidade para também representar vários grupos financeiros e industriais para possíveis negócios no Brasil. A atenção dele, entretanto, voltava-se sobretudo para petróleo, cuja situação conhece muito bem pois já vinha acompanhando o movimento criado pela nossa [Companhia] Petróleos [do Brasil]. Tudo quanto escrevi – artigos, manifestos e briga com o Serviço Geológico, ele possui em seus files, vertido para o alemão. Apresentada a proposta pedida pelo Ministério, Mr. Winter entrou em entendimentos comigo para financiar as nossas perfurações por intermédio dum dos seus grupos, caso o governo contratasse os estudos geofísicos da Elbof e esses estudos dessem resultados positivos. Porque eu admiti a hipótese que esses estudos seriam feitos para o benefício do país e que o governo nos daria conhecimento deles, pelo menos nas nossas zonas de interesse. Mas como receio sempre de governos como o nosso, não me contentei com isso; pedi e obtive da Elbof uma proposta para estudos geofísicos para a nossa companhia, na escala das nossas possibilidades, e obtive da firma Piepmeyer & Cia., de Cassel, um acordo pelo qual esse grupo ou outros, seus associados, perfurarão para nós, financiando todas as despesas, caso os nossos estudos geofísicos por intermédio da Elbof sejam positivos.²⁵⁹

Monteiro Lobato tentará viabilizar, junto ao governo do estado de São Paulo, o financiamento para a realização de estudos nas locações da Companhia Petróleo Nacional. A ocasião aparece como oportunidade de resolver as dúvidas sobre a existência de petróleo – já agora não tão certa – na região; mas também como substituto da função que cumpria o “aparelho Romero” diante do Serviço Geológico, como comenta: “O fato de S.Paulo tratar estudos geofísicos com a Elbof tem uma significação altíssima. Quer dizer que S.Paulo repudia os estudos do SGF [Serviço Geológico federal]”²⁶⁰. A empresa alemã, assim como o “aparelho Romero”, funcionava como fonte legitimadora não vinculada aos órgãos federais, portanto, capaz de prover a autonomia prezada pelas companhias privadas (e pelos governos estaduais) em relação aos técnicos do governo federal.

No contexto de renovados conflitos entre o governador Osman Loureiro e o Ministro da Agricultura Odilon Braga, os estudos da ELBOF serão realizados, por fim, em Alagoas, em um desenrolar que, dado o desenvolvimento paralelo e independente de estudos geofísicos pelos técnicos federais e pela entidade alemã²⁶¹, pode ser entendido como tentativa de, por um lado, fazer prevalecer a autoridade técnica oficial em estudos geofísicos, e, por outro, afirmar a capacidade da iniciativa privada em mobilizar recursos para o mesmo fim, identificando as atividades da ELBOF com suas demandas. Por fim, a região será declarada como favorável para o petróleo, o que será interpretado como uma vitória das companhias privadas²⁶².

259 Carta de Monteiro Lobato a Arthur Neiva. Campos do Jordão, 22/02/1935. In. TIN. Op. cit., p. 244

260 Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Campos do Jordão, 29/08/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 288.

261 E. CARVALHO. Op. cit., p. 158 et seq.

262 Assim afirma o relatório da ELBOF: “Em conformidade com os conceitos recentíssimos da geologia petrolífera e da geofísica aplicada, juntamente com os indícios memoráveis de óleo e gás do Poço São João n. 2, podemos classificar a região em redor de Riacho Doce, como absolutamente petrolífera”. “Relatório da Piepmeyer & Co.,

Neste ínterim, a posição de Monteiro Lobato permite que ele passe a assumir a função de intermediário entre a ELBOF e interessados na realização de estudos geofísicos – particulares e governos estaduais. Surge, então, a AMEP – Associação Mineração e Petróleo – empresa nacional que, embora não chegue se constituir legalmente, tentou vincular a si as diversas companhias petrolíferas nacionais privadas e as regiões potencialmente petrolíferas através do oferecimento de estudos geofísicos:

Vou mandar ao Edson pelo próximo avião uma exposição a ser apresentada aos estados de Sergipe e Espírito Santo, para estudos geofísicos pela secção geofísica da [Companhia Petróleo] Nacional! Se ele concordar, atacaremos imediatamente esses dois sectores. Façam os cálculos certos aí do preço por mês que a Nacional poderá cobrar pelos estudos geofísicos. Queremos arranjar para ela o negócio da prospecção de Mato Grosso e Paraná. Façam o preço mínimo. Ganhar agora é erro. O certo é facilitar tudo agora para ganhar grosso depois. [...] Com os aparelhos do Piep e os técnicos garantidos aqui por ano, não precisamos mais de S. Paulo para coisa nenhuma. Em Mato Grosso o governo está conosco, assim como o de Alagoas está com Edson.²⁶³

Poucos dias depois, Lobato insiste no assunto:

Acho indispensável vocês fazerem uma comunicação muito bem feita sobre o valor dos estudos geofísicos, sobre o feliz sucesso dos estudos em Alagoas, mandando-a a todos os governadores de estado e sugerindo que imitem o exemplo de Alagoas. Isso tanto para os estados do norte como os do sul, com exceção deste aqui [São Paulo]. E devem já dar o preço-mês dos estudos que a [Companhia Petróleo] Nacional está habilitada a fazer – e o preço mínimo possível, para não assustá-los. Quanto a Mato Grosso, vamos trabalhar aquela gente desde já.²⁶⁴

A formação da nova empresa se faria possível através do aproveitamento dos quadros técnicos que, oriundos da ELBOF, se encontravam no país. Seja como empresa independente, seja como seção de estudos geofísicos da Companhia Petróleo Nacional²⁶⁵, a AMEP passa a se apresentar como órgão alternativo aos técnicos do governo federal.

Prezado Sr. [Julio] Rodrigues,

[...] Desde o dia 27 de Fevereiro acho-me aqui no Norte, tendo representado a AMEP nos estudos geofísicos

seção ELBOF, 01/09/1936. Apud. CARVALHO. Op. cit., p. 211..

263 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 14/06/1936. In CHIARADIA. Op. cit., p. 332.

264 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 18/06/ 1936. In CHIARADIA Op. cit., p. 333.

265 A seguinte carta de Frankie esclarece a relação entre ELBOF, AMEP e a Companhia Petróleo Nacional: “É preciso que a AMEP comunique ao Edson [de Carvalho] OFICIALMENTE a posição do W. [Winter], isto é, se ele (W.) é representante exclusivo, ou se a AMEP é representante da Elbof. Como o Edson [de Carvalho] tinha conversado com o [técnico a serviço da ELBOF] Dr. Keunecke [...], este disse igualmente a mim, em discussão posterior: a matriz de Kassel autorizou ao W. de passar a representação para a AMEP, em vista de não poder contratar pesquisas como estrangeiro.[...] A AMEP escreverá ao Edson uma carta, informando de tudo [...]. Esta carta será aqui apresentada aos dois técnicos da Elbof, os quais, por sua vez, escreverão para Kassel, requerendo a cassação da representação do W. e indicando como representante ÚNICO a AMEP. Assim TODA e qualquer correspondência com a Elbof será feita diretamente com a AMEP, ficando com a CPN [Companhia Petróleo Nacional] o Departamento Geofísico”. Carta de Charles Frankie a Monteiro Lobato. Riacho Doce, 19/06/36. In CHIARADIA. Op. cit., p. 334. Para todos os efeitos, o engenheiro Winter continuou como representante da ELBOF, sendo que nem a AMEP nem a seção geofísica da Companhia Petróleo Nacional conseguiram ter existência oficial.

aqui no Riacho Doce, estando atualmente na chefia da perfuração petrolífera.

Quanto aos seus terrenos em Cumaxatiba o seguinte:

Escrevi hoje ao Dr. Lobato, quem se acha outra vez firme em São Paulo, uma carta, relatando da sua correspondência, pedindo ao mesmo as necessárias providências para entrarem em combinação consigo para contrato de pesquisas, manifesto das ocorrências, etc.

A AMEP está tomando hoje tais contatos para explorações incumbindo-se de obter no país, ou no estrangeiro os meios necessários para explorações e refinações.

Nada adianta V.S. ir ao Rio entender-se diretamente com o ministro da Agricultura. Agora mesmo recebi carta do Lobato, relatando que uma pessoa, descobridora de um *oil-seepage* com uma vazão de 600 litros diários desde há 3 anos vem labutando no Rio, para obter a assistência técnica do DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral].

Nada consegui. Avistou-se com os membros da AMEP, os quais já enviaram um dos seus componentes para a localidade, a fim de observar tudo e fechar imediatamente o contrato para exploração.²⁶⁶

Mais uma vez, Lobato ocupa posição privilegiada, fazendo-se porta-voz da resolução do problema petrolífero pela via privada: “Fiz ao Osman Loureiro uma longa exposição sobre os estudos da Elbof e vou abrir as negociações”²⁶⁷.

O comportamento da ELBOF após sua entrada no Brasil é significativo. Apesar de ter sido requisitada pelo governo federal, logo aproxima-se, por intermediação de seu representante Winter, de Lobato, permitindo que este ensaie a criação da AMEP. Isso valia, por um lado, pelo reconhecimento do lugar que Monteiro Lobato ocupa nas atividades petrolíferas nos anos 1930, ao ponto de vir a despertar o interesse de uma empresa privada estrangeira com experiência no ramo. Por outro, o comportamento da ELBOF, aceitando a representação de Lobato – assim como da AMEP ou de uma seção geofísica da Companhia Petróleo Nacional – junto aos governos estaduais, é indicativo da configuração ainda indecisa quanto ao melhor caminho para o equacionamento da questão petrolífera nacional, sendo a via privada ao menos uma possibilidade tão palpável quanto a estatal. Em outro sentido, porém, a necessidade de se recorrer sempre ao governo, ainda que aos governos estaduais em disputa com o federal, aponta igualmente para a insuficiência das companhias e agentes privados na viabilização do negócio.

Como vimos, a questão da modernização sob Monteiro Lobato ganha feições específicas. Tomando para si a responsabilidade de – e a legitimidade como – intérprete dos problemas nacionais, Lobato vai buscar a tradução prática de seu projeto modernizador na atividade de pesquisa e exploração do petróleo, elevando-o a questão nacional. Busca se fazer, neste processo, enquanto escritor nacional e pessoa da iniciativa particular, representante e agente dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, se coloca à frente das companhias privadas petrolíferas nacionais como intermediário junto à opinião pública e aos governos estaduais e federal, buscando criar um amplo movimento de apoio às suas propostas.

266 Carta de Charles Frankie a Julio Rodrigues. Riacho Doce, 28/06/1936. In CHIARADIA. Op. cit., p. 342.

267 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos do Jordão. 17/10/1935. In CHIARADIA. Op. cit., p. 304.

A seguir, procuramos realizar uma análise sintética do significado e dos limites da posição modernizadora de Lobato.

3.5 Síntese da posição modernizadora de Monteiro Lobato nos anos 1930

Quando se vislumbra panoramicamente o envolvimento de Monteiro Lobato com a questão da modernização nacional, especificamente seu esforço em desenvolver a atividade petrolífera no país, ressaltam algumas importantes características: a intensidade de seu envolvimento com o projeto que idealiza; a quantidade de empreendimentos que, com diferentes graus de êxito ou fracasso, iniciou, estimulou e desenvolveu, impressionante para um particular com capitais limitados; o flagrante experimentalismo técnico; a ambiguidade de sua posição de dependência e rechaço com relação ao Estado e organismos estatais; e, por fim, a quantidade e diversidade de obstáculos que se levantam diante de sua ação.

Pode-se dizer que, no âmbito da pequena ou média iniciativa privada – que era, do ponto de vista econômico, o lugar que Monteiro Lobato e seus principais parceiros ocupavam – o escritor explora razoavelmente os limites das possibilidades de sua ação enquanto agente particular. Uma das marcas de sua atuação era uma espécie de volubilidade que o levava a percorrer, no âmbito da ação privada, as diversas oportunidades que emergiam, muitas vezes, ao menos em aparência, sem ter se dedicado demoradamente sobre suas consequências ou real viabilidade. Como saldo negativo, erigia-se a imagem de um homem que, sob o signo da instabilidade, parecia estar orientado pelo capricho.

Na verdade, Monteiro Lobato havia determinado como programa e meta um núcleo sintético de ideias que determinaria sua ação: o desenvolvimento nacional de dois setores chaves da economia moderna – as indústrias do ferro e do petróleo – através da ação de uma iniciativa privada esclarecida que, alicerçada sobre um nacionalismo singular não ufanista, se faria depositária dos interesses nacionais. A partir deste programa – e dentro de seus limites – o escritor buscava se movimentar em diferentes sentidos possíveis, parecendo não haver uma grande preocupação no estabelecimento de um planejamento sólido a respeito da implementação destas propostas.

Ao que parece, Lobato e muitos de seus parceiros esperavam que os diferentes grupos que

deveriam se envolver no projeto – capitalistas, pessoas públicas, militares, imprensa e a população em geral – se sensibilizassem por meio de seus discursos e propostas, oferecendo adesão. De fato, diversos particulares, agentes públicos e setores representativos da opinião pública se sentiram atraídos pelo que logo se tornará uma campanha nacional, mas não o suficiente para fazer decolar a proposta. Em diferentes sentidos – político, técnico e financeiro – o projeto modernizador lobatiano irá se desenvolver como uma disputa de posições em definição, se desdobrando em um progressivo afunilamento e sofrendo diversos reveses, tanto abaixo quanto acima do solo.

Como resposta a esta difícil conjuntura – apoio relativo e ambíguo, escassez de capitais e de conhecimentos técnicos, falta de recursos humanos e equipamentos – Monteiro Lobato desenvolve um método que pode ser definido como experimentalismo instrumental. As características volúveis da atuação de Monteiro Lobato não eram fruto do capricho, mas uma técnica que visava acertar o passo por meio do investimento simultâneo e experimental em diversos empreendimentos, para, por fim, decidir pela opção mais viável. Este método representava uma resposta em um momento de baixa acumulação de conhecimentos técnicos, mas resultava em agravo devido à facilidade de desperdício do escasso capital.

Como consequência de seu experimentalismo, avultam a quantidade de empreendimentos iniciados ou a que se vinculou: Companhia Petróleos do Brasil, em São Paulo, Companhia Petróleo Nacional, em Alagoas, e a Companhia Matogrossense de Petróleo, das quais foi incorporador; Companhia Petrolífera Nacional e Companhia Cruzeiro do Sul, às quais se ligou através dos direitos de uso do “aparelho Romero”; a promoção pública deste equipamento – inclusive com a submissão de suas patentes à Companhia Petróleos do Brasil – o qual, conforme vimos, serviu como estratégia para criar vínculo junto às companhias petrolíferas nacionais concorrentes e como instrumento de legitimação alternativo aos técnicos do Estado; a aproximação à ELBOF e seus técnicos, empresa alemã contatada para realização de estudos geofísicos; a Aliança Mineração e Petróleo – AMEP, que seria destinada à colocação de capital estrangeiro nas atividades petrolíferas nacionais e à realização de estudos geofísicos, através dos recursos da ELBOF; a tentativa de formar uma seção de estudos geofísicos da Companhia Petróleo Nacional, igualmente se valendo dos mesmos técnicos da ELBOF; a proposta de formação de um Departamento do Petróleo, enviada a Getúlio Vargas mas, ao que parece, sem resposta; fora empreendimentos relacionados à siderurgia, como a promoção do “processo Smith” e a montagem de um forno siderúrgico experimental. Compõem-se, junto a estes empreendimentos, diversos movimentos destinados a fazê-los andar, caracterizados pela mesma experimentação: o ensaio de técnicas de investigação do

solo, equipamentos e materiais alternativos, como o inicial emprego entusiasmado do “aparelho Romero”, seu abandono posterior e a aposta em estudos geofísicos; experimentação de formas distintas de financiamento – ações de subscrição pública, utilização de equipamentos e pessoal cedidos pelo Estado, financiamento estatal de estudos geológicos e geofísicos, financiamento estrangeiro, subvenção governamental por metro perfurado. Tinha o mesmo sentido o nomadismo da atuação do escritor, que o leva a expandir sua atividade para diferentes regiões do país: após um período de intensificada e frustrada experiência em São Paulo, parte para Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Paraná, entre outros estados. É como se o projeto de modernização o constituísse em um neobandeirante, obrigando-o a abrir as fronteiras de um novo Brasil, ao expandir sua ação para além de São Paulo²⁶⁸.

É dentro deste contexto experimental e a partir daquele núcleo de ideias que deve ser entendida a posição de Lobato em relação aos diversos níveis do Estado.

Desde o início de sua atuação na atividade petrolífera, e de modo geral desde o começo de seu envolvimento com a questão da modernização, Monteiro Lobato sente a necessidade de buscar o apoio estatal, mas o faz de modo explicitar os espaços de atuação correspondentes a cada parte, Estado e iniciativa privada. É ilustrativo, a respeito, o trecho de carta já citada enviada a Getúlio Vargas, no início da década de 1930:

Dê-me seu apoio *convicto* – e resolveremos o problema máximo do Brasil – o do carbono; e em seguida resolveremos o do ferro. Feito isso, todos os mais problemas se solverão por si, automática e necessariamente. [...]

Dê-me seu apoio e eu darei petróleo e ferro ao Brasil. Por audaciosa que pareça a proposição, está dentro de todas as possibilidades. Em matéria de petróleo, já consegui um milagre – poços de mais de mil metros numa zona onde a camorra do Serviço Geológico, em quinze anos de trabalho e com dispêndio de milhares de contos, só os conseguiu de 400 e tantos [metros]. E ninguém se admire se de nosso poço saia o Brasil de amanhã.²⁶⁹

À iniciativa privada caberia indubitavelmente a construção do “Brasil de amanhã”, restando ao Estado apenas auxiliá-la. A mensagem é clara: os organismos estatais – representado aqui pelo

268 Em entrevista a Mario da Silva Brito, comentando o artigo “Direito de Secessão”, publicado na primeira edição de *A Onda Verde*, relata Lobato: “[...] minha estadia na América mudou meu pensamento. Encontrei lá um país do tamanho do nosso, com as partes perfeitamente felizes dentro do todo. E estudando o porque, convenci-me de que fôra o tremendo desenvolvimento econômico, conseqüente à produção do ferro e do petróleo, que hegemonizou o país, impossibilitando a estagnação criadora dos regionalismos separatistas.” LOBATO. *Presfúcios e Entrevistas*. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 232. A respeito da imagem ligando os agentes privados do petróleo aos bandeirantes, ver artigo de possível autoria de Monteiro Lobato: “A pesquisa de petróleo no Brasil é uma aventura tremenda. Para os que nela se lançam é preciso uma rjeza d'alma muito maior do que as que possuíam os bandeirantes que devassaram o nosso 'hinterland'. Dilatar as fronteiras da nossa pátria foi uma obra muito pequena em relação à que constitui a conquista de nosso subsolo, para assegurar a nossa posição de país de primeira grandeza no conceito das nações”. *Diário Carioca*, 03/09/1933. Apud BRAGA. op. cit. p. 48.

269 LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo*. cit., p. 137. Grifo do autor.

Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, então responsável pela pesquisa de petróleo no país – teriam se mostrado ineficientes em conduzir a questão. A iniciativa privada, ao contrário, estaria mais apta, como se provaria pela profundidade de perfuração de um de seus poços, alcançada em pouco tempo e com recursos inferiores. Assim, ao Estado caberia dar “apoio”, ou seja, dadas as expectativas do escritor e seus parceiros, auxílio político, técnico e financeiro. Portanto, a instituição estatal se limitaria em prover todas as necessidades da iniciativa privada, sendo esta a responsável por administrar os recursos disponibilizados no sentido do desenvolvimento nacional.

Esta posição de Monteiro Lobato tem sua origem em uma concepção negativa sobre o organismo estatal, construída a partir da experiência política da Primeira República. Durante a década de 1920, e ainda posteriormente, era comum a percepção do Estado como uma instituição ocupada por interesses privativos, isto porque estava propenso a identificar os interesses da nação com os interesses da oligarquia agroexportadora e patriarcal, sendo uma de suas funções, nesta configuração, a provisão de empregos públicos para membros daquela elite, funcionando como “viveiro de empregos”, de acordo com uma aceção comum à época²⁷⁰. Deste modo, a lógica de funcionamento de muitos órgãos estatais não visava a eficiência, mas o reforço dos traços clientelistas. Sergio Buarque de Holanda, ainda na década de 1930, dera um exemplo desta percepção, indicando a presença de um “funcionalismo patrimonial” através da invasão da esfera pública pela esfera privada, herança da tradição patriarcal, em conflito, embora, com frações de um Estado burocrático capitalista emergente²⁷¹. Monteiro Lobato estava orientado por aquela visão negativa, elegendo a ferrovia Central do Brasil, conhecida por inúmeros desastres, como metáfora da ineficiência estatal. Assim, o Estado não teria condições nem interesse em conduzir as necessárias transformações econômicas da nação.

A essa concepção, se soma a imagem positiva sobre os agentes privados. É conhecida a experiência que Monteiro Lobato teve nos Estados Unidos junto a importantes empresários industriais – em especial os membros das indústrias de Henry Ford²⁷² – quando teria amadurecido suas ideias econômicas, o que parece ser confirmado pela correspondência da *Barca de Greyre*²⁷³. Entretanto, cabe notar que o escritor já vinha se debruçando sobre aquelas ideias antes mesmo de embarcar para os Estados Unidos. Em 1926, Monteiro Lobato publica sua tradução de uma espécie de autobiografia de Henry Ford, para a qual escreverá um prefácio em que considerava o industrial,

270 O termo é de Emylio de Maya, referindo-se à criação, durante a presidência Afonso Pena, do Serviço Geológico e Mineralógico. No contexto, Maya debita o “atraso” do país à má organização dos organismos governamentais. Cf. MAYA. Op. cit. pp. 94-95.

271 HOLANDA Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 146.

272 Cf. LOBATO. *A Barca de Gleyre*. Cit., p. 338-348.

273 Idem,

enquanto “idealista orgânico”, um modelo²⁷⁴. Ao fim do texto, Lobato arremata: “Para o Brasil não há leitura nem estudo mais fecundo que o livro de Henry Ford. Tudo está por fazer – e que lucro imenso se começarmos a fazer com base na lição do portador na nova Boa Nova!”²⁷⁵

A solução preconizada no livro de Henry Ford – uma forma de organização industrial da produção, na qual cabe destaque ao empresário – torna-se resposta para a questão da malformação nacional – referida ali em “tudo está por fazer”. Mas a adequação da perspectiva fordista ao país tornava necessária uma intermediação cultural, de modo que não aparecesse como um ideário excêntrico à especificidade brasileira. O “idealismo orgânico”, conceito criado por Oliveira Vianna²⁷⁶, passa a ser mobilizado por Lobato como instrumento de aclimatação da experiência de Ford ao Brasil. Esta operação corresponde a uma apropriação e sutil recriação das concepções fordistas. De modo geral, a própria defesa da modernização necessita desta justificativa que é, ao mesmo tempo, uma tradução²⁷⁷.

Monteiro Lobato pensa os “idealistas orgânicos” como agentes privados esclarecidos, os quais teriam construído a Inglaterra e os Estados Unidos e deveriam construir também o Brasil. A concepção que liga o agente privado – empresário, industrial, produtor ou capitalista – à questão nacional encontrava-se disponível na obra de Henry Ford: “A salvação não está em Washington, mas em nós mesmos [...]. O cuidado com o bem-estar de um país só cabe a nós, como particulares e só assim há acerto e garantia social. Nada custa ao governo prometer muito em troca de pouco, mas é incapaz de cumprir tais promessas”²⁷⁸.

O “bem geral”, portanto, é consequência da atividade industrial: “A vida é fácil ou difícil conforme a capacidade ou incapacidade que se manifesta na produção e na circulação. Por muito tempo se julgou como certo que a indústria só existisse para produzir lucros. Era erro. A indústria existe para o bem geral”²⁷⁹. Essa concepção sobre a “função social” da produção – e do produtor – não escapava a Lobato:

274 LOBATO, Monteiro. “Prefácio” a *Minha Vida e Minha Obra*. In FORD, Henry. *Os princípios da Prosperidade*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967, p. 7.

275 Ibid. p. 9.

276 Cf. VIANNA, Oliveira. *O idealismo da constituição*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

277 Lembremos um trecho já citado anteriormente: “Os ideólogos da revolução já aplicaram todas as suas mezinhas salvadoras – e a aflição econômica persiste. Eram *idealistas utópicos*. Mas o grande idealismo é o *idealismo orgânico* – o que não procura conformar o mundo por uma teoria que um sujeito tem lá na cabeça, mas sim *melhorar* o que existe. Em vez de arrancar a árvore velha para plantar uma nova, de uma espécie que *ele acha* a adequada, melhorar, adubar, podar a árvore velha. Foi assim que a grande Inglaterra se fez e é assim que os Estados Unidos estão se fazendo. Praticam o idealismo orgânico”. LOBATO. *Monteiro Lobato Vivo*. Cit., p. 59.

278 FORD, Henry. *Os princípios da Prosperidade*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967, pp. 15-16.

279 FORD. Op. cit. p. 191

Indústria, não é, como se pensava, um meio empírico de ganhar dinheiro; é o meio científico de transportar os bens naturais da terra em utilidades de proveito geral, com proveito geral. O fim não é o dinheiro, é o bem comum, e o meio prático de o conseguir reside no aperfeiçoamento constante dos processos de trabalho conduzido de par com uma rigorosa distribuição de lucros a todos os sócios de cada empresa. São três os sócios: o consumidor, e receberá ele a sua quota de lucros sob a forma de produtos cada vez melhores e cada vez mais baratos; o operário, e receberá ele a sua parte sob a forma de salários cada vez mais altos; o dono, e receberá ele um equitativo dividendo.²⁸⁰

No mesmo sentido, Ford considera a produção como o grande fim a que se almeja:

Sobrepor o interesse da produção ao interesse do produtor. Sem lucros, está claro, não se desenvolve uma empresa; nada há mau no fato de ganhar dinheiro e uma empresa bem conduzida não pode deixar de dar lucros; mas os lucros só devem vir, e vem necessariamente, como recompensa de uma boa produção. O lucro não pode ser o ponto de partida, mas dever ser o resultado dos serviços prestados.²⁸¹

Quem viabilizaria este estado de coisas seria o produtor, justificando sua posição privilegiada na sociedade: “Os capitalistas que são o que são porque descobriram meios de aperfeiçoar a indústria produtiva, constituem uma das bases da sociedade. Nada possuem de seu, mas administram a riqueza em benefício dos outros”²⁸².

Possivelmente, Ford representou uma das fontes para a elaboração da concepção lobatiana sobre a função da iniciativa privada e sobre o limitado papel reservado ao Estado em uma almejada sociedade de produtores. Como se vê, não foi ao acaso que o escritor buscara se aproximar do círculo social ligado a Henry Ford durante sua estadia nos Estados Unidos.

Portanto, quando Lobato inicia a implementação de seu projeto de modernização, já tinha uma posição consolidada a respeito dos agentes da iniciativa privada e do Estado. Esta posição orientará sua atuação nos anos 1930, o conduzindo, progressivamente, a uma inconciliável colisão com os agentes e organismos públicos, por sua vez empenhados na expansão da intervenção estatal e no estabelecimento de uma base meritocrática de atuação²⁸³. Esse choque, entretanto, não era necessidade do lugar de Lobato enquanto agente privado. No mesmo período, Roberto Simonsen, ocupando importantes cargos como representante dos setores industriais, ao mesmo tempo em que apostava na modernização nacional, caminhava em sentido oposto ao de Lobato. Ainda na década de 1930, a respeito da siderurgia, escrevia:

280 LOBATO, Monteiro. “Prefácio” a *Minha Vida e Minha Obra*. In FORD, Henry. *Os princípios da Prosperidade*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967, pp. 8-9.

281 FORD. Op. cit., p. 24.

282 FORD. Op. cit. p. 17.

283 MARTINS. Op. cit., pp. 282-283.

A falta desse desenvolvimento impede a nossa maior evolução industrial e maior enriquecimento. A deficiência de capitais nacionais e a ausência de uma *larga política econômica* não permitem aos industriais brasileiros a sua cooperação, em proporções adequadas ao grande impulso que o problema está reclamando. [...] [Porém, o] Sr. Presidente da República e as nossas forças armadas o compreenderam [...].²⁸⁴

Antes de Monteiro Lobato entrar em cena, alguns setores políticos já vinham discutindo a redefinição das regras para a exploração dos recursos minerais, especialmente os petrolíferos, debatendo a necessidade de autorização governamental para a pesquisa e lavra de jazidas e a possibilidade de interdição ao capital estrangeiro no setor²⁸⁵. A Revolução de 1930 interrompe momentaneamente o debate, que será restabelecido no contexto do Código de Minas, promulgado em 1934, e a reforma do Serviço Geológico, reorganizado no Departamento Nacional de Produção Mineral, no mesmo ano²⁸⁶.

Ecoando as propostas anteriores a 1930, o Código de Minas desvinculava as jazidas minerais da propriedade do solo, exigindo autorização do Estado para sua pesquisa e exploração, o que representava certa limitação para a expectativa de livre iniciativa de Lobato e seus parceiros. Lobato argumentava que, sob o manto do nacionalismo, a Código de Minas cumpria função oposta, criando embaraços para a exploração do subsolo também a nacionais, o que, no contexto de superprodução mundial do combustível, interessaria aos grandes trustes de petróleo²⁸⁷. De fato, a lei representava relativo grau de intervenção estatal na atividade, embora, como argumenta Luciano Martins – reproduzindo o discurso do então Ministro da Agricultura Juarez Távora – seu sentido inicial não visasse a promoção do monopólio estatal na atividade, mas a subtração das jazidas minerais do domínio dos estados²⁸⁸, estabelecido sob regime legal da Primeira República²⁸⁹.

Durante toda a década, Lobato orientará parte de sua energia à revisão do Código de Minas, buscando um ambiente de livre organização da iniciativa particular. Entrava em campo o esforço por suprimir a intenção dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de

284 SIMONSEN, Roberto. *A evolução...* cit., p. 62. Grifo nosso.

285 MARTINS. Op. cit., p. 267-269. Desde 1926, Simões Lopes, vinha, junto a Câmara dos Deputados, se dedicando ao tema, defendendo a separação entre a propriedade do solo e subsolo, o envio de técnicos brasileiros para se especializarem no estrangeiro, a organização de estatísticas sobre as reservas minerais do país, o reexame dos contratos entre Estado e empresas privadas que exploram o subsolo, aumento do orçamento do Serviço Geológico e Mineralógico e o financiamento desta despesa através da criação de um imposto suplementar sobre importação de derivados do petróleo. Junto com o paulista Marcondes Filho, Simões Lopes redige um anteprojeto de lei sobre o petróleo, que estabelece, entre outros pontos, a interdição da propriedade e exploração de jazidas petrolíferas por estrangeiros, a expropriação estatal de qualquer jazida quando de interesse nacional, a necessidade de autorização federal para a exploração por particular. Eusébio de Oliveira, consultado sobre o anteprojeto, argumentava não ser possível impedir a exploração do estrangeiro devido a escassez de recursos do Serviço Geológico. MARTINS. Idem.

286 Cf. MARTINS. Op. cit., p. 267 et seq.

287 LOBATO. *O Escândalo do Petróleo*. 9 ed. cit., p. 99 et seq.

288 MARTINS. Op. cit., pp. 279-280.

289 MAYA. Op. cit., pp. 226-228.

intervir no funcionamento das companhias petrolíferas privadas²⁹⁰. A visão de Lobato sobre o Estado e a defesa do papel do setor privado impediam que enxergasse ou aceitasse a nova forma de atuação estatal em gestão, conforme descrita por Gabriel Cohn:

O padrão tradicional de atuação dos órgãos da administração pública, voltados para a rotina e a sustentação de possibilidades de emprego para os membros da oligarquia dominante, revelava-se incompatível com as necessidades de uma sociedade cujo centro de equilíbrio se deslocava para o polo urbano-industrial. A alternativa que se oferecia então, era o padrão técnico.²⁹¹

Para Lobato, os obstáculos oferecidos pelo Código de Minas e o DNPM eram resultados, por uma parte, da incapacidade congênita do Estado; por outra, da ação infiltrada de elementos a serviço dos trustes internacionais do petróleo. De modo diferente, Luciano Martins sustenta que, no conflito entre empresários e técnicos oficiais, estava em jogo não o monopólio sobre as jazidas minerais, mas a conquista, através do monopólio da informação técnica, do monopólio dos recursos políticos. As características da atuação de Monteiro Lobato, ao colocar em dúvida a capacidade ou prestígio da “técnica oficial”, conduziam-no a entrar em choque com os novos organismos que se queriam legitimados a partir de critérios meritocráticos²⁹².

Entretanto, no período que antecede ao Estado Novo, à criação do Conselho Nacional do Petróleo e ao incremento do Código de Minas, havia espaço para as reivindicações do escritor. Tanto a técnica oficial quanto a técnica do setor privado passavam, com descompasso muito pequeno, por um momento de acumulação de conhecimentos técnicos. Assim como os organismos governamentais, também os agentes do setor privado nacional tratavam de construir condições próprias de investigação do subsolo – e Monteiro Lobato, para além de possíveis tropeços, se mostrara, desde o início, consciente desta necessidade. Em diversas ocasiões, se tornava clara a corrida e disputa entre as duas “técnicas”, por exemplo, no contexto das pesquisas geofísicas em Alagoas.

Após atrito entre o interventor de Alagoas, Osman Loureiro, simpático à Companhia Petróleo Nacional, e o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, fora determinada, através do financiamento do Estado alagoano, a execução de estudos geofísicos em Riacho Doce, sob responsabilidade da alemã ELBOF. Curiosamente, o DNPM se apressa em também realizar pesquisas geofísicas em região limítrofe, como se estivesse em jogo a capacidade técnica daquele

290 O Ministro da Agricultura Odilon Braga, se referindo a “mudança de mentalidade” em relação a política petrolífera, afirmava o “dever da intervenção da técnica oficial na vida interna das empresas, em benefício delas próprias e no dos interesses dos nacionais”. BRAGA. Op. cit., p. 51.

291 COHN. Op. cit., p. 15.

292 MARTINS. Op. Cit. p. 281.

órgão. Os relatórios dos dois estudos são publicados quase simultaneamente, ambos reconhecendo a região alagoana como favorável para a formação de petróleo, destacando o documento federal – para escândalo de Monteiro Lobato, de Edson de Carvalho e dos técnicos a serviço do estado de Alagoas – uma área pesquisada muitas vezes superior àquela da ELBOF. Tratava-se, claramente, de buscar mostrar serviço²⁹³. Ainda sobre o episódio, e no contexto de disputa entre as duas “técnicas”, Edson de Carvalho relata ter sido um dos técnicos da ELBOF que teria ensinado ao funcionário do DNPM como usar a balança de torção – equipamento de medição geofísica há pouco adquirido pelo governo federal – fato que demonstraria a debilidade técnica oficial²⁹⁴. Faz-se necessário, porém, relativizar as afirmações de Carvalho, empenhado em justificar as atividades de sua companhia em detrimento da ação do governo federal. De qualquer modo, o caso é ilustrativo da fragilidade da experiência técnica de ambos os lados, já que, além da companhia privada precisar recorrer a uma empresa estrangeira, ao fim, os estudos da ELBOF indicaram que as sondas da empresa de Carvalho e Lobato estavam mal posicionadas²⁹⁵.

Assim, embora a promulgação do Código de Minas e a criação do DNPM se insiram na conjuntura de constituição da ossatura material de um Estado intervencionista²⁹⁶, no momento em que Monteiro Lobato e os agentes do setor privado passaram a se debruçar sobre a pesquisa e exploração do petróleo, ainda estava em aberto a forma de condução do setor. Mesmo o Estado, na figura do chefe do executivo federal, parecia ainda indeciso sobre o equacionamento da questão. A disposição de Vargas em, por diversas vezes, receber Monteiro Lobato para tratar do assunto indica, além do reconhecimento de sua figura como representante dos interesses nacionais a partir de sua posição no grupo privado interessado no petróleo, a abertura de setores do Estado para o reconhecimento das reivindicações da iniciativa particular, que exigiam auxílio e liberdade de ação. Entretanto, o comprometimento do Estado com estes interesses era precário, como reconhecia o próprio Monteiro Lobato, ao apelidar o presidente de “Getúlio gelatina”²⁹⁷. Mais plausível seria a

293 CARVALHO, Edson de. Op. cit., pp. 183-212; 263-280.

294 Assim é o relato de Edson de Carvalho: “[...] tinha acontecido naquela manhã, em Garça Torta, pertinho de Riacho Doce, quando um dos técnicos do Piepmeyer [ELBOF], Dr. Keunecke passava pelo local. Aludindo ao fato, disse o técnico alemão com um sorriso nos lábios, que tinha encontrado um dos engenheiros meio confuso com a Balança de Torção. Um deles, disse mesmo ao Dr. Keunecke que os dados colhidos pareciam confusos. O Dr. Keunecke foi então olhar esperando descobrir qualquer defeito no aparelho. Não tinha defeito. Os técnicos da Piepmeyer sempre foram profundos conhecedores de todos os seus aparelhos. Informou-se melhor e lhe mostrou como os dados estavam certos, havendo divergência *apenas* na interpretação. Para a interpretação correta, ele devia tomar Riacho Doce como estando ao Norte da linha magnética, e não ao Sul. Era só isso”. CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 184.

295 CARVALHO, Edson de. Op. cit., p. 211.

296 DRAIBE, Sônia. *Rumo e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 82 et. seq.

297 Carta de Monteiro Lobato a Charles Frankie. Campos [do Jordão], 03/07/1935 In CHIARADIA. Op. cit., p. 277.

inscrição daqueles interesses dentro das estruturas estatais, como vinha sendo o tom do governo pós-1930²⁹⁸. A recusa reiterada de Lobato em aceitar tal arranjo – motivada por sua concepção negativa sobre o Estado e o papel que atribuía à iniciativa privada – o conduz, após a criação do Estado Novo, a uma colisão inevitável. Em diversos sentidos, a atuação do novo Conselho Nacional do Petróleo parecia orientada para a construção do monopólio estatal na atividade, liquidando as companhias privadas.

Conforme transcorre a década, portanto, o espaço de atuação de Lobato vai se estreitando. É plausível afirmar que o Estado também passava por um momento de aprendizagem, sendo possível que as dificuldades apresentadas pelas entidades privadas representadas por Lobato tenham, em parte, convencido Vargas a tomar a direção do setor. Pelo lado de Lobato, que nunca se demonstrou contrário ao capital estrangeiro²⁹⁹, a manutenção dos obstáculos técnicos, financeiros e políticos o predispunham à aceitação da presença de companhias estrangeiras no setor, esperando que fosse possível manter o comando nacional da atividade – esse era o contexto dos trabalhos da alemã ELBOF e da AMEP. Para as frações do nacionalismo estatal, tal possibilidade soava alarmante. Não será por acaso que, diante dos novos marcos regulatórios de 1937, a maior parte das companhias petrolíferas nacionais privadas terão suas atividades obstaculizadas devido a presença de pequenos acionistas de origem estrangeira.

É importante notar que, embora marcadas pela indefinição, as propostas modernizadoras de Monteiro Lobato visavam o desenvolvimento da industrialização pesada em um período definido pela historiografia como “industrialização restringida”³⁰⁰, estando, em um sentido limitado, *avant la lettre*. Entretanto, a novidade da proposta lobatiana teve seu preço: a atividade do escritor estava marcada por um experimentalismo erigido como uma técnica, passível de avultadas inconsistências. Ainda mais, a escala da proposta excedia em muito a capacidade das companhias privadas que apostaram no negócio. O Estado, inicialmente aberto às reivindicações de Lobato, vai consolidando sua posição intervencionista, estrangulando, por fim, a possibilidade de movimentação do escritor, já que este se recusava a compor a articulação dos diferentes interesses sociais no interior da estrutura estatal.

Monteiro Lobato cumpre um papel paradoxal, terminando por afirmar, pelo seu insucesso, a viabilidade de um modelo de capitalismo industrial de Estado. Êxito e fracasso que abrem caminho

298 DRAIBE. Op. cit., p. 83.

299 Por exemplo, em meados da década, Vargas teria proposto a criação de um organismo estatal, sob direção de Lobato, destinado à captação de capital estrangeiro. Cf. Carta de Lobato a Charles Frankie. São Paulo, 05/12/1934. In CHIARADIA. Op. cit., p. 224.

300 Cf. MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª Ed. Campinas; Editora da UNICAMP, 1995.

para a almejada superação da malformação nacional.

CONCLUSÃO

Em 1943, durante as comemorações de 25 anos de *Urupês*, escrevia Oswald de Andrade em carta aberta a Monteiro Lobato:

1918 – São Paulo ouvia o ruído dos primeiros aviões, voando muito alto, no azul, com medo de esbarrar nas casas de dois andares. E parava gente para ver. Da minha janela, naquela *garçonnière* que era um pouco distante do centro – na Rua Líbero Badaró – olhávamos também. Por cima do cretone de um largo sofá de palha, sem bordas, misto de divã e de cama, rodavam umas provas. Na primeira página lia-se impresso o seu nome. E mal suspeitávamos – eu e você e os outros frequentadores daquele refúgio da cidade, que nos aparecia vulcânica nos tímpanos ainda recentes da *Ligth and Power*, que uma oposição começava entre seu livro e o avião. Hoje, passados cinco lustros, é você quem reclama sua parte gloriosa na recuperação da nacionalidade que alguns daqueles moços iam arduamente tentar nas lutas da literatura.³⁰¹

Com estas palavras, Oswald pretendia generosamente conduzir Monteiro Lobato para o interior do movimento modernista, do qual teria sido enxotado por caprichos de juventude. A residência do poeta, estrategicamente posicionada para os símbolos da iminente e irresistível modernidade que emergia, de onde possivelmente escrevera suas primeiras páginas incendiárias, estaria relacionada também com a gestação daquele outro “Marco Zero”³⁰², o *Urupês*. Com este esquecido elo agora evidenciado, o modernista buscava fazer justiça, subtraindo Lobato ao desterro do “passadismo”.

Talvez o elemento mais significativo do trecho seja a presença da constante tendência do modernismo paulista em reposicionar e ressignificar a história cultural brasileira a partir de sua órbita. Neste jogo, Monteiro Lobato ora é posto para fora, perdendo valor, ora reconduzido para dentro, podendo gozar de cidadania cultural. De qualquer forma, não sobra espaço para desenvolver uma atividade independente aos valores culturais modernistas, os quais apenas retrospectivamente se tornaram tão hegemônicos³⁰³. A questão é que, ao ser medido por referências distintas das suas, o escritor sempre aparece como um excêntrico, mesmo aceito, o que, no limite, conduz à incompreensão.

Tendo em vista estas considerações, o presente trabalho buscou ser uma contribuição para pensar a especificidade de Monteiro Lobato. Elegendo a questão nacional como o problema de fundo que faz desdobrar a produção e a trajetória lobatianas, a pesquisa se debruçou em dois momentos significativos do itinerário do escritor: a elaboração de um conjunto literário vinculado

301 ANDRADE, Oswald. *Ponta de Lança: polêmica (Obras Completas)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971, pp. 3-4.

302 Ibid., p. 4.

303 A respeito, cf. PASSIANI. Op. cit., p. 86 et seq.

ao questionamento da viabilidade nacional, entre 1914 e 1925, aproximadamente; e o projeto modernizador que se fazia resposta ao “problema do Brasil”, nos anos 1930.

Seguindo os passos de estudos que buscaram, em diferentes perspectivas, reavaliar a produção cultural brasileira na primeira metade do século XX – são exemplos as obras citadas de Roberto Schwarz, Paulo Arantes e Sergio Miceli – e pesquisas orientadas para a particularidade de Monteiro Lobato em relação ao movimento cultural da segunda e terceira décadas do século – fundamentalmente, os trabalhos de Enio Passiani e Tadeu Chiarelli – nos dedicamos, no primeiro momento, a pensar o estranhamento da literatura lobatiana, principalmente em relação à estética modernista. Nossa intuição era que este estranhamento escondia a chave para a compreensão não apenas da especificidade do autor, mas também dos sentidos possíveis para a construção da nacionalidade na abordagem do que era então caracterizado como “problema nacional”. Esse caminho nos conduziu ao elemento que pensamos ser fundamental neste conjunto literário – o trágico – que tem repercussões tanto em termos estéticos, como no modo de interpretar a nação. Esse *modo de formar* se desenrola em um nível mais profundo do que as vinculações sociais mais imediatas que compunha um nacionalismo de matiz paulista. Além do mais, o elemento trágico oferece uma chave para explicar a posterior rejeição modernista ao escritor, já que se chocava com a “estrutura cultural eufórica” deste movimento.

Ao estruturar sua literatura “adulta” sobre o elemento trágico, o autor não intentava uma solução para os impasses nacionais. Ao contrário, intensificava-os oferecendo uma incômoda problematização sobre as inviabilidades do país. Esta literatura se caracteriza, assim, por uma tensão constantemente reposta. O “revés trágico” desorganiza o texto, solapa os equilíbrios e desestabiliza as convenções, aparecendo, ao fim, como um tipo de conhecimento – um ensinamento sobre a falta nunca expressamente nomeada. É uma expressão literária da malformação nacional.

A questão nacional, que determinou a feitura trágica do texto lobatiano, também conduziu o autor a um projeto modernizador, o qual representava a resposta de Lobato para a malformação. Em termos mais gerais, com o ambiente criado pela Revolução de 1930, Lobato encontrava o campo aberto para a construção de uma nova viabilidade nacional, colocando-se como seu porta-voz e agente de implementação. Sua ação, entretanto, esbarra tanto em obstáculos internos às próprias propostas – demasiadamente largas para uma iniciativa privada com limitados recursos –, quanto em outros atores que vislumbravam o Estado como o lugar de realização da nação.

A aposta de Monteiro Lobato em um projeto de modernização nacional o conduzirá ao rompimento com a perspectiva trágica que caracterizou o *ciclo literário de Urupês* e sua forma

anterior de interpretar os problemas nacionais. De modo coerente com a afirmação de uma nova viabilidade para o país, o escritor adere, no início da campanha petrolífera, a uma visão eufórica. Não se tratava mais de elaborar a questão em termos literários, mas da necessidade de fazer da euforia uma estética da experiência prática. Dada a delicada conjuntura na qual se desdobrou a ação das empresas petrolíferas nacionais privadas, o otimismo desmedido era ferramenta necessária para a adesão moral e econômica ao projeto. De outro modo, o comportamento eufórico era um tipo de capital simbólico que poderia ser convertido, por exemplo, em capital econômico.

Paradoxalmente, o desenvolvimento da campanha petrolífera conduz a uma série de crescentes tensões que parecia deslocar o trágico do plano literário para a vida real. Passando de criador à criatura, Monteiro Lobato se vê enredado em um destino cruel, como o herói trágico que deve ser sacrificado para o bem comum da comunidade. O “desfecho trágico” da campanha do petróleo, com a prisão do escritor em 1941, simbolizava os novos limites que a experiência histórica impunha para os agentes da construção nacional. A espécie de Monteiro Lobato – o homem de letras responsável pela elaboração do país – estava sendo extinta, dando lugar a novos tipos de agentes político-sociais e intérpretes da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos não publicados.

- Carta de Horta Barbosa a Getúlio Vargas, 03.04.1940. HB 36.09.16 (I43). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- Carta de Horta Barbosa a Getúlio Vargas, 22.08.1940. HB 36.09.16. (I55). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- Memorial sobre o Conselho Nacional do Petróleo. HB 36.09.16 (I43). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- Oferecido pela Companhia Mattogrossense de Petroleo aos seus dignos colaboradores. HB 36.09.16, pasta I. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- [Panfleto da Copeba]. HB 38.07.07 vp (XVI-28). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- Programa para a pesquisa de petróleo. BH 38.07.07 vp (VI 14). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.
- Prospecto. HB 38.07.07 Pasta VI, doc 10. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.

Obras de referência, historiografia e documentos publicados.

- A Novella Semanal*. São Paulo, n. 1; n. 3, 1921.
- AMARAL, Amadeu. *A Poesia da Viola: folclore paulista*. São Paulo: Typ. Soc. Edit. Olegario Riberio, 1921.
- AMARAL, Brenno Ferraz do. *Cidades Vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Comp. Editores, 1924.
- _____. “O momento - A geração do Centenário”. In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- ANDRADE, Mario de. “O movimento modernista.” In _____ *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- ANDRADE, Oswald. *Ponta de Lança: polêmica (Obras Completas)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In ARANTES, Paulo & ARANTES, Otilia. *Sentido da Formação. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia & SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1997.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOURDIEU. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias)” in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 8, São Paulo, USP, 1970.
- _____. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. “Literatura e subdesenvolvimento”. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARVALHO, Edson. *O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1962, vol. 1 e 2.
- CHIARADIA, Kátia. *Ao Amigo Frankie, do seu Lobato. Estudo da correspondência entre Monteiro Lobato e Charles Frankie (1934-37) e sua presença em O Escândalo do Petróleo*

- (1936) e *O Poço do Visconde* (1937). 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos Vernissages*. São Paulo: Edusp, 1995.
- COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/ EDUSP, 1971.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade: Minha e Minha Obra, Hoje e Amanhã, Minha Filosofia da Indústria*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.
- FROTA, Lélia Coelho (org.). *Carlos & Mario: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002.
- FURTADO, Celso. *A Formação Econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Os lugares da tragédia”. In. ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. *Filosofia & Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil. Sua História*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- KOSELLECK. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSHIAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: EDUSP;

Com-Arte, 2006.

KUGELMAS, Eduardo. *Difícil Hegemonia: Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*.

Tese [Doutorado]. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a Crítica e o Modernismo*. 2ªed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *A Onda Verde*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1921.

_____. *A Onda Verde e O Presidente Negro*. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1957.

_____. *Críticas e outras notas*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *Ferro. A Solução do Problema Siderurgico do Brasil pelo Processo Smith*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

_____. *Mr Slang e o Brasil e Problema Vital*. 9 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

_____. *Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *O Escandalo do Petroleo*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *O Escandalo do Petroleo e Ferro*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. *O Poço do Visconde (Geologia para Crianças)*. 14º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

_____. “Prefácio”. In FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade: Minha e Minha Obra, Hoje e Amanhã, Minha Filosofia da Indústria*. 3ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1967.

_____. *Prefácios e Entrevistas*. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. *Urupês*. São Paulo: Edições da “Revista do Brasil”, 1918.

_____. *Urupês – outros contos e coisas (“Edição Ônibus”)*. São Paulo Rio de Janeiro – Bahia – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

LOURENÇO, Eduardo. “Da literatura brasileira como rasura do trágico”. In *A Nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOYOLA, Leonidas de. *Urupês e o Sertanejo Brasileiro*. [Paraná]: s.l., 1919.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MACHADO, Roberto. *O Nascimento do Trágico. De Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

- MARINHO JR, Ilmar Penna. *Petróleo: Política e Poder. Um novo choque do petróleo?* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique. Formation et évolution des structures politiques au Brésil.* Paris: Éditions Anthropos, 1976.
- MAYA, Emylio de. *O Brasil e o Drama do Petróleo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.* 10ª Ed. Campinas; Editora da UNICAMP, 1995.
- MESQUITA FILHO, Julio de. “A comunhão paulista” In *Revista do Brasil.* São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MOST, Glenn W. Da tragédia ao trágico”. In. Kathrin Holzermayr ROSENFELD. *Filosofia & Literatura: o trágico.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação. Rio de Janeiro – São Paulo – Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. Editores, 1964.*
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi . *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. “Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna.” In BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de (orgs). *O Pensamento de Oliviera Vianna.* Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- PASSIANI, Enio. “A construção da hegemonia: Monteiro Lobato, mercado editorial e a construção do campo literário no Brasil.” In *Miscelânea.* Assis, vol. 6, jun./nov. 2009.
- _____. *Na trilha do Jeca. Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil.* Bauru, EDUSC, 2003.
- PEREIRA, Jesus Soares. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PIRES, Cornélio. *Scenas e paisagens da Minha Terra (Musa Caipira).* São Paulo: Monteiro Lobato & Cia Editores, 1921.

- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.
- PRATES, Homero. “Arte regional...” In *Panóplia, Mesário de Arte e Literatura*. São Paulo, s.d. *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922; ano VIII, maio-agosto de 1923.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.
- SALLES, Antonio. “Regionalismo”. In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 27 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Das Cidades: Editora 34, 2008.
- _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- _____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. 4ª ed. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, João Pinto da. *Phisionomia de “novos”*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922.
- SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo : Edição da "Revista do Brasil" Monteiro Lobato & C., 1920.
- SIMONSEN, Roberto. *As Finanças e a Indústria. Conferencia realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de Abril de 1931*. São paulo Editora Limitada, [s/d].
- _____. *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: [s/n], 1939.
- SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro/ Brasília: Editora Atenova S.A./ Editora da Universidade de Brasília, 1978.
- SOUZA, Jeronymo de. “Prefácio”. In Monteiro LOBATO. *Crítica e outras notas*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das lestras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das Cartas”: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários*. 2007. 2º vol. Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- Terra Roxa e Outras Terras*. São Paulo: Livraria Martins Editora; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978
- UNAMUNO, Miguel de. *Do Sentimento Trágico da Vida nos Homens e nos Povos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VENANCIO, Giselle Martins . “Da *Revista do Brasil* ao Brasil em Revista: breve análise da trajetória editorial de Oliveira Vianna.” In *Varia História*, nº 26, Janeiro, 2002.
- VIANNA, Oliveira. “A comunhão paulista” In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, ano VIII, maio-agosto de 1923.
- _____. “O idealismo na evolução política do Imperio e da Republica”. In *Revista do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro, vol. 21, ano VII, setembro-dezembro de 1922.
- _____. *O idealismo da constituição*. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.
- _____. *Populações meridionais do Brasil. Populações Rurais do Centro-Sul*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. vol. 1.
- WILLIAMS, Raymond. *Tragédia Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.